

**ESTADO DO PARANÁ**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas
CEP: 86320-000 CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212
E-mail: Site: <http://congonhinhas.pr.gov.br/>

Solicitação de Compra Nº 39/2024

Solicitante:	Rosana Cristina Sumbach	Data da Solicitação:	16/04/2024
Organograma:	1100000000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		
Local de Entrega:	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - Avenida São Paulo, nº 896		
Objeto:	O Registro de Preços é uma ferramenta que serve para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Construção destinados a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, que serão utilizados no uso comum e rotineiro na execução das políticas públicas.		
Justificativa:	A Aquisição do Material de Construção se fazem necessários para utilização nos serviços de manutenção, recuperação da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois (02) Créditos Fundiários e (01) uma Vila Rural. Tal contratação é indispensável para o desempenho do papel da Administração Pública perante nossa sociedade. Sendo assim, podemos afirmar que os itens serão usados de forma a atender as demandas quanto a preservação, conservação e manutenção das minas d'água no que tange a distribuição da mesma, contemplando todos lugares aos quais necessitem.		
Observações:	Horário entrega: 08h/11:30h - 13h/16h, segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), impreterivelmente, pois as mercadorias não serão recebidas em horário ou dia diferente do mencionado.		
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	770103553-1	14,00	BAR	AÇO CA 50 3/8, DE 12 METROS - BARRA - CATMAT 236982	88,0000	1.232,00
2	770103554-1	14,00	BAR	AÇO CA 50 5/16, 12 METROS - BARRA - CATMAT 236987	76,1300	1.065,82
3	770103555-1	14,00	BAR	AÇO CA 60 5,00MM, DE 12 METROS - BARRA - CATMAT 248588	56,0000	784,00
4	770103557-1	30,00	M3	AREIA LAVADA MÉDIA - METRO CÚBICO - CATMAT 216954	210,0000	6.300,00
5	770103574-1	40,00	UND	CAIBRO MADEIRA 5CM X 5CM X 3M - UNIDADE - CATMAT 601835	31,5000	1.260,00
6	770103620-1	20,00	M3	PEDRA BRITA 1 - METRO CÚBICO - CATMAT 216957	170,0000	3.400,00
7	770103639-1	20,00	UND	TABUA DE MADEIRA 30CM - 3 METROS CADA - UNIDADE - CATMAT 357740	133,8300	2.676,60
8	770103644-1	20,00	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1ª LINHA, LT 18L - CATMAT 601008	433,0000	8.660,00
9	770103646-1	20,00	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1ª LINHA LT 3,6L - CATMAT 601008	171,4900	3.429,80
10	770103654-1	50,00	BAR	TUBO PVC SOLDAVEL, P/ HIDRAULICA, MARRON 60MM X 6M - BARRA - CATMAT 481325	156,2700	7.813,50
11	770103662-1	20,00	UND	VIGA DE MADEIRA 9CM X 5CM - UNIDADE - CATMAT 242904	191,8200	3.836,40
12	770103635-1	30,00	UND	SARRAFO 1,5 X 2,00 CM X 2,00M - UNIDADE - CATMAT 606045	21,3000	639,00
13	770103640-1	15,00	UND	TABUA DE MADEIRA 15CM - 3 METROS CADA - UNIDADE - CATMAT 388559	244,4000	3.666,00

Preço Total: 44.763,12**Dotações Utilizadas:**

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
512 - 11.002.17.512.0037.2077.3.3.90.30.00	Manutenção do Setor de Saneamento	00000-	44.763,12

00000.01.07.00.00.1
.500.0000

Prefeitura Municipal de Congonhinhas
Estado do Paraná
PROTOCOLO
Nº 218/2024 Hora: 08:36
Data 23 / 04 / 2024
Assinatura



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas

CPF: 75.825.828/0001-88

E-mail: Site: <http://congonhinhas.pr.gov.br/>

Congonhinhas, 16 de Abril de 2024.

ROSANA CRISTINA

SUMBACH:90114582904

Assinado de forma digital por

ROSANA CRISTINA

SUMBACH:90114582904

Dados: 2024.05.03 07:56:59 -03'00'

Assinatura do Responsável

Estudo Técnico Preliminar 23/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23/2024

2. Descrição da necessidade

INTRODUÇÃO - Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei nº 14.133/21.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Fundamentação: O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) refere-se a eventual Aquisição, para tratar da necessidade de Materiais de Construção para manutenção da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois Créditos Fundiários e uma Vila Rural. Tal contratação é indispensável para o desempenho do papel da administração pública perante nossa sociedade.

Sendo assim, podemos afirmar que os itens serão usados de forma a atender as demandas quanto a preservação, conservação e manutenção das minas d'água no que tange a distribuição da mesma, contemplando todos lugares aos quais necessitem.

Logo, os materiais em questão, são listados os quantitativos, bem como a sua pretendida aquisição para o desempenho diário das atividades, cuja amplitude é relacionada a todas as necessidades inerentes as suas funções, sejam elas de manutenção, conservação ou preservação, ou ainda, em caráter emergencial e urgente em casos excepcionais.

Pretende-se adquirir os bens através de **ATA DE REGISTRO DE PREÇO** para eventual aquisição, não compreendendo a aquisição de forma obrigatória, sendo requisito de compra a necessidade evidente.

Pretende-se adquirir os materiais, selecionando a proposta mais vantajosa para a administração, observando os princípios da isonomia e de sustentabilidade.

Portando, a justificativa para a aquisição destes materiais encontra respaldo na legislação vigente, assegurando a adequação às normativas que regem o sistema de saúde brasileiro e reforçando o compromisso com a melhoria das condições de atendimento e cuidado à população do Município de Congonhinhas/PR.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.	Ana Paula de Godoi Roveri
Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde .	Rosana Cristina Sumbach

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, III

Fundamentação: O presente ETP refere-se a eventual aquisição, pelo prazo de 12 (doze) meses, de materiais de construção para manutenção da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois Créditos Fundiários e uma Vila Rural bem como as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.1. Os licitantes, na Descrição Detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:

4.1.1. Especificações técnicas;

4.1.2. Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;

4.1.3. Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;

4.1.4. Prazo de validade da proposta;

4.1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada Menor Preço Por Item;

4.1.6. O contrato terá início imediatamente após a assinatura do mesmo;

4.1.7 O objeto desse estudo deverá estar consoante a sua descrição, para a correta execução contratual.

A **CONTRATADA** deverá impreterivelmente, indicar e-mail e número de WhatsApp válidos (com confirmação de leitura ativada), a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante;

Lembramos que a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT**, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos **termos da Lei nº 4150 /62**.

No momento da entrega dos itens, os produtos fornecidos devem estar em perfeitas condições de higiene e conservação. Os itens devem estar em perfeitas condições, intactas e sem perfurações, e que, os produtos entregues serão submetidos a uma avaliação visual e sensorial de qualidade, e também quantitativamente conforme Autorização de Fornecimento e condições do Termo de Referência e seus apêndices, que será realizada da seguinte forma: caso sejam aprovados, de acordo com as condições expressas acima, os produtos serão denominados em conformidade. Estando fora dos padrões acima descritos, os produtos serão considerados em desconformidade. Todos os itens, bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais.

EXECUÇÃO DO OBJETO PELA CONTRATADA:

O objeto do contrato deverá manter validade de 12 (doze) meses e deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias, após a solicitação através da nota de empenho.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto com a devida comprovação, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

Entrega do Produto: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - Av. São Paulo, nº 896, Centro, Congonhinhas-Pr.

Horário de Entrega: das 08h às 11h e das 13h às 16h, de segunda - feira a sexta - feira (exceto feriados), impreterivelmente, pois o estabelecimento permanece fechado fora do aqui mencionado.

5. Levantamento de Mercado

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. **(inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).**

A pesquisa de preço será realizada pelo setor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento e deverá realizar consulta a fornecedores locais/regionais, por meio de consulta a correio eletrônico ou outro meio idôneo, bem como consulta do Banco de preços em observância as **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, de 07 de julho de 2021**, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

No âmbito da administração pública federal, autarquia e fundacional estabelece em seu **artigo 6º** que "serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços".

O preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, sendo que a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Já a utilização da mediana é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, uma vez que, nesse caso, há influência dos extremos dos dados coletados. Já a média é indicada quando os preços estão dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos. Na quase totalidade das situações, não se deve estimar os preços de mercado a (partir do menor valor. Estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado. Representa, apenas, o valor mais barato dentre os preços coletados. Este método somente é indicado quando estamos em um ambiente de competição oligo) Olista. Explicitamente declaramos que a contratação é viável. Justificada pela necessidade e pela forma de contratação proposta.

6. Descrição da solução como um todo

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

Os itens constantes no presente estudo são itens padronizados na Grade Geral de aquisição dos bens em questão, visa atender à necessidade da manutenção periódica que as redes de abastecimento de água da zona rural necessitam para atender de forma satisfatória as famílias que dela fazem uso.

Por se tratarem de itens padronizados, onde, noutro, já realizamos processo licitatório para aquisição do objeto, a solução mais cabível para a contratação seria o REGISTRO DE PREÇOS ORIGINÁRIO DE PREGÃO ELETRÔNICO, dado as características do objeto (enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021), considerando a ampla concorrência sendo o critério de julgamento pelo Menor Preço Por Item.

Ressaltamos que o regime proposto tem como principal benefício a adequação de cotas para empenhamento. Dessa forma, poderá ser feita uma melhor avaliação do período a ser compreendido, buscando a otimização dos recursos do erário. Outra vantagem deste Sistema é a fixação dos preços pelo período de um ano, ficando a Ata de Registro de Preços à disposição da Administração Pública para, quando e se necessário, efetuar a contratação. Com isso, após realizado o procedimento Licitatório, as contratadas deverão efetivar o fornecimento dos itens licitados, conforme o prazo de entrega a ser definido no termo de referência, e emissão de nota de empenho, seguindo criteriosamente as descrições determinadas em tal termo, além das unidades de medida de acordo com a listagem de itens adquiridos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020).

Pretende-se contratar os itens descritos neste ETP pelo MENOR PREÇO, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção do fornecimento para tratar da necessidade da compra de materiais de construção para manutenção da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois Créditos Fundiários e uma Vila Rural integrantes da Saúde do Município de Congonhinhas / PR.

- Segue em anexo Solicitação de Compras.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 44.763,12

Fundamentação: O preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, sendo que a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados.

O valor final de cada item foi baseado nas pesquisas em consulta do BANCO DE PREÇOS.

Estimativa de Valor, indicando a forma que se chegou ao valor de R\$ 44.763,12 (Quarenta e quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e doze centavos), preço determinado após realizada pesquisa de preço obtido através de orçamentos do banco de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

Devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, conforme disposto na alínea b) do inciso V do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020.

A contratação pretendida será realizada de forma fracionada, uma vez que o produto será entregue conforme necessidade e solicitação desta Secretaria, não sendo este um fator impeditivo para a competitividade entre os fornecedores.

A presente contratação será dividida em itens unitários com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item. Garantindo, assim, a ampla concorrência. Tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU no tocante à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido. Assim destaca-se ainda que a aquisição dos itens licitados, destina-se a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Congonhinhas / PR e, não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, nos termos do artigo 3º da consolidação das leis trabalhistas (CLT).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XI li do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º. inciso XIII da JN 40/2020).

Considerando a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de aquisição dos medicamentos, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

Além disso, os materiais de construção, objeto do presente instrumento, são essenciais para o bom funcionamento das unidades a serem contempladas, ratificando a importância da efetivação da contratação pretendida.

Considerando a evidente necessidade a Contratação de Empresa aquisição de materiais de construção, objetivando atender com eficiência e eficácia as necessidades e expectativas das famílias usuárias do abastecimento de água da zona rural do Município de Congonhinhas / PR e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas, da presente contratação, conclui-se pela total viabilidade da contratação pretendida.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Fundamentação: Em atenção aos princípios da eficiência e economicidade que regem a Administração Pública, somado à transparência que deve nortear as despesas custeadas com orçamento público, é primordial que seja implementada a sistemática, a da realização de estudos preliminares para a aquisição de bens ou prestação de serviços, como forma de obter melhoria da qualidade dos gastos e conduzir a uma gestão eficiente dos recursos públicos.

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) regulamenta a fase preparatória no âmbito do Fundo Municipal de Saúde para aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades nos próximos doze meses, visando atender as demandas já existentes no que se refere a preservação, conservação ou manutenção, ou ainda, em caráter emergencial ou urgente, bem como o atendimento das atividades inerentes dos serviços que precisam ser executados pelos trabalhadores da rede de água da zona rural, em que a finalidade é o atendimento do papel da administração perante a nossa comunidade do Município de Congonhinhas / PR

Pretende-se contratar os itens descritos neste estudo com qualidade, melhor preço, e que atenda a especificação, correspondendo às necessidades requisitadas.

13. Providências a serem Adotadas

Fundamentação: A fiscalização, recepção e controle dos produtos adquiridos serão responsabilidade dos funcionários da Unidade de Saúde, onde ficarão encarregadas de conferir a compatibilidade, integridade e qualidade do item entregue com a solicitação enviada ao fornecedor.

Não será necessário providências.

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Fundamentação: A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento visa sempre a preservação, proteção e cuidados com o meio ambiente, realizando o descarte correto dos materiais, eletrônicos, recipientes, embalagens, entre outros, através do departamento de vigilância sanitária, mantendo o bom estar do ambiente do município e região. Desta forma, é buscado sempre empresas que compartilham do mesmo ideal, mantendo o ambiente limpo e bem cuidado.

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020). Considerando a análise desenvolvida no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação mostrase viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de aquisição de Materiais de Construção, competitividade do mercado.

Além disso, os Materiais de Construção, objeto do presente instrumento, são essenciais para o bom funcionamento das unidades a serem contempladas, ratificando a importância da efetivação da contratação pretendida.

Considerando a evidente necessidade da Contratação de Empresa para Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Congonhinhas /PR, em atendimento as necessidades preçpuas das demais Unidades Integrantes de Saúde do Município de Congonhinhas/PR, e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas da presente contratação, conclui-se pela total viabilidade da contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ROSANA CRISTINA
SUMBACH:90114582904

Assinado de forma digital por ROSANA
CRISTINA SUMBACH:90114582904
Dados: 2024.04.17 09:29:51 -03'00'

ROSANA CRISTINA SUMBACH

Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.



Assinou eletronicamente em 17/04/2024 às 08:33:40.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Relatório de Cotação.pdf (2.73 MB)
- Anexo II - Solicitação de Compra.pdf (997.32 KB)

Anexo I - Relatório de Cotação.pdf

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGONHINHAS**
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGONHINHAS

CNPJ: 09.660.468/0001-87

Responsável: Rosana Cristina Sumbach

Departamento: Administração Secretaria de Saúde

**Relatório de Cotação: Material de construção**

Pesquisa realizada entre 16/04/2024 13:57:10 e 16/04/2024 14:33:04

Relatório gerado no dia 16/04/2024 15:40:13 (IP: 138.97.134.26)

Item 1: AÇO CA 50 3/8.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 11	14	R\$ 88,00 (un)	2,8%	R\$ 1.232,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ-PI	NºPregão:142023 UASG:980286	14/11/2023	R\$ 88,00
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ-PI	NºPregão:142023 UASG:980286	14/11/2023	R\$ 88,00
3	MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA JAVARI	NºPregão:182023 UASG:257026	01/11/2023	R\$ 77,50
Valor Unitário				R\$ 84,50

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 88,00

Item 2: AÇO CA 50 5/16.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 15	14	R\$ 76,13 (un)	2,4%	R\$ 1.065,82

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar da Amazônia 23ª Brigada de Infantaria de Selva 51º Batalhão de Infantaria de Selva	NºPregão:222023 UASG:160160	15/01/2024	R\$ 76,13
2	MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	NºPregão:132023 UASG:257039	30/11/2023	R\$ 83,70
3	MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA JAVARI	NºPregão:182023 UASG:257026	01/11/2023	R\$ 60,00
Valor Unitário				R\$ 73,28

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 76,13

Item 3: AÇO CA 60 5,00MM.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 6	14	R\$ 56,00 (un)	1,8%	R\$ 784,00



Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	NºPregão:102023 UASG:928989	26/12/2023	RS 65,50
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ-PI	NºPregão:142023 UASG:980286	14/11/2023	RS 56,00
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ-PI	NºPregão:142023 UASG:980286	14/11/2023	RS 52,00
Valor Unitário				RS 57,83
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 56,00				

Item 4: AREIA.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 7	30	RS 210,00 (un)	14,1%	RS 6.300,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA JAVARI	NºPregão:232023 UASG:257026	26/12/2023	RS 218,18
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA/BA	NºPregão:242023 UASG:983485	13/12/2023	RS 204,38
3	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA SUINOS E AVES/CONCORDIA/SC	NºPregão:142023 UASG:135030	23/10/2023	RS 210,00
Valor Unitário				RS 210,85
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 210,00				

Item 5: CAIBRO MADEIRA.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 8	40	RS 31,50 (un)	2,8%	RS 1.260,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO/RJ	NºPregão:562023 UASG:985905	03/01/2024	RS 56,35
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA RS	NºPregão:2152023 UASG:988655	14/12/2023	RS 31,50
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA/BA	NºPregão:242023 UASG:983485	13/12/2023	RS 29,35
Valor Unitário				RS 39,07
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 31,50				

Item 6: PEDRA BRITA.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 9	20	RS 170,00 (un)	7,6%	RS 3.400,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço



1	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, ciência e Tec. do Mato Grosso do Sul	NºPregão:392023 UASG:158132	21/12/2023	RS 166,64
2	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA CLIMA TEMPERADO/PELOTAS/RS	NºPregão:242023 UASG:135031	13/11/2023	RS 170,00
3	COMANDO DA MARINHA DELEGACIA FLUVIAL DE GUAIÁRA	Dispensa de Licitação Nº 68/2023 UASG: 789322	01/11/2023	RS 219,55

Valor Unitário	RS 185,40
Mediana dos Preços Obtidos: RS 170,00	

Item 7: TÁBUA DE MADEIRA.

PREÇOS / PROPOSTAS		QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
3 / 7		20	RS 133,83 (un)	6%	RS 2.676,60
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação
1	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO Prefeitura Municipal de Jacarei			NºPregão:2462023 UASG:986589	24/01/2024
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA/RS			NºPregão:1632023 UASG:988841	04/01/2024
Valor Unitário					RS 150,00

Preço PMS	Descrição Produto	UF	Código de Insumo 1	Código de Insumo 2	Unidade Medida	Desonerado	Data	Preço
1	TABUA DE MADEIRA PARA PISO, CUMARU/IPE CHAMPANHE OU EQUIVALENTE DA REGIAO, ENCAIXE MACHO/FEMEA, *10 X 2* CM.	AC	00006178		M2	Sim	25/01/2024	RS 133,83
Valor Unitário								RS 133,83
Mediana dos Preços Obtidos: RS 133,83								

Item 8: TINTA LATEX ACRILICO.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL	
3 / 42	20	RS 433,00 (un)	19,3%	RS 8.660,00	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público		Identificação	Data Licitação	Preço
1	GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA		NºPregão:1292023 UASG:987769	08/02/2024	RS 433,00
2	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Planalto Comando 3ª Brigada de Infantaria Motorizada 41 Batalhão de Infantaria Motorizado		NºPregão:32023 UASG:160102	15/01/2024	RS 419,78
3	SECRETAIA-GERAL DE GOVERNO - SGG Secretaria da Fazenda Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins		NºPregão:1262023 UASG:925957	04/01/2024	RS 640,42
Valor Unitário					RS 497,73
Mediana dos Preços Obtidos: RS 433,00					



Item 9: TINTA LATEX ACRILICO.

PREÇOS / PROPOSTAS		QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL	
3 / 10		20	RS 171,49 (un)	7,7%	RS 3.429,80	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL		Dispensa de Licitação Nº 90002/2024 UASG: 200386	01/02/2024	RS 145,49
2	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	SEDE SUREG		Dispensa de Licitação Nº 90002/2024 UASG: 135476	01/02/2024	RS 199,90
3	MINISTÉRIO DA DEFESA	Comando do Exército Comando Militar do Leste 1ª Região Militar		NºPregão:352023 UASG:160298	10/01/2024	RS 171,49
Valor Unitário					RS 172,29	
Mediana dos Preços Obtidos: RS 171,49						

Item 10: TUBO PVC SOLDAVEL.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL	
3 / 11	50	R\$ 156,27 (un)	17,5%	R\$ 7.813,50	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público		Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica BASE AÉREA DE SANTA MARIA		NºPregão:592023 UASG:120643	17/01/2024	R\$ 168,81
2	MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA JAVARI		NºPregão:232023 UASG:257026	26/12/2023	R\$ 156,27
3	MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA JAVARI		NºPregão:232023 UASG:257026	26/12/2023	R\$ 156,27
Valor Unitário					R\$ 160,45
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 156,27					

Item 11: VIGA DE MADEIRA.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL	
3 / 13	20	RS 191,82 (un)	8,6%	RS 3.836,40	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público		Identificação	Data Licitação	Preço
1	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Casa da Moeda do Brasil		NºPregão:1292023 UASG:179083	18/01/2024	RS 191,82
2	COMANDO DA MARINHA SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO SUL/RS		Dispensa de Licitação Nº 108/2023 UASG: 785510	01/11/2023	RS 184,00
Valor Unitário				RS 187,91	



Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE IVATE	001-2024-IVATÉ-PR	19/03/2024	R\$ 194,43
Valor Unitário				R\$ 194,43
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 191,82				

Item 12: SARRAFO.

PREÇOS / PROPOSTAS		QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL	
3 / 23		30	R\$ 21,30 (un)	1,4%	R\$ 639,00	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO Prefeitura Municipal de Jacarei			NºPregão:2482023 UASG:986589	24/01/2024	R\$ 17,81
2	PMSP PMSP			Dispensa de Licitação Nº 45/2023 UASG: 925089	01/01/2024	R\$ 21,30
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA			NºPregão:562023 UASG:985903	14/11/2023	R\$ 23,10
Valor Unitário					R\$ 20,74	
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 21,30						

Item 13: TÁBUA DE MADEIRA.

PREÇOS / PROPOSTAS		QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO		% VALOR GLOBAL	TOTAL		
3 / 6		15	RS 244,40 (un)		8,2%	RS 3.666,00		
Preço Compras Governamentais	Órgão Público				Identificação	Data Licitação	Preço	
1	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO Prefeitura Municipal de Jacarei				NºPregão:2462023 UASG:986589	24/01/2024	R\$ 255,29	
Valor Unitário							R\$ 255,29	

Preço PMS	Descrição Produto	UF	Código de Insumo 1	Código de Insumo 2	Unidade Medida	Desonerado	Data	Preço
1	TABUA DE MADEIRA PARA PISO, IPE (CERNE) OU EQUIVALENTE DA REGIAO, ENCAIXE MACHO/FEMEA, *20 X 2* CM	BA	00006182		M2	Não	06/03/2024	R\$ 244,40
2	TABUA DE MADEIRA PARA PISO, IPE (CERNE) OU EQUIVALENTE DA REGIAO, ENCAIXE MACHO/FEMEA, *20 X 2* CM	BA	00006182		M2	Sim	13/03/2024	R\$ 244,40
Valor Unitário								RS 244,40

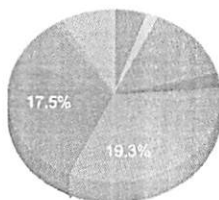
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 244,40



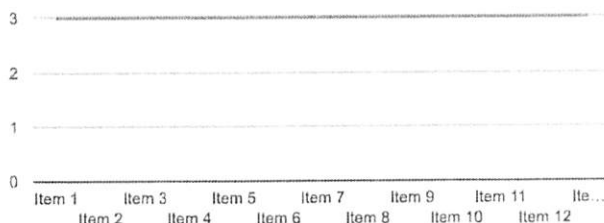
Valor do Item em relação ao total

- 1) AÇO CA 50 3/8.
- 2) AÇO CA 50 5/16.
- 3) AÇO CA 60 ...
- 4) AREIA.
- 5) CAIBRO MADE...
- 6) PEDRA BRITA.
- 7) TÁBUA DE M...

1/2 ▼



Quantidade de preços por item



Detalhamento dos Itens

Item 1: AÇO CA 50 3/8.

Preço Estimado: R\$ 88,00 (un)

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 88,00

Quantidade	Descrição	Observação
14 Barras	DE 12 METROS. - BAR.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Iniciais

R\$ 88,00

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ-PI

Data: 14/11/2023 11:00

Objeto: Registro de preços para futuras aquisições de materiais de construção em geral, para atender as necessidades do Município de Cajazeiras do Piauí-PI, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital)..

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Descrição: Vergalhão Armação Concreto - Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50, Bitola: 3/8 POL.,

Identificação: N°Pregão:142023 / UASG:980286

Lote/Item: /126

CatMat: 236982 - Material: Ferro | Tipo: Ca-50 | Comprimento: 12 M | Bitola: 3/8 POL | Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes

Ata: [Link Ata](#)

Adjudicação: 17/11/2023 10:21

Homologação: 17/11/2023 13:26

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 100

Unidade: Barra 12,00 M

UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
46.423.434/0001-03	ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA	R\$ 87,98

Marcas: ARCELOR
Fabricante: ARCELOR
Modelo: ARCELOR

Descrição: Vergalhão Armação Concreto, Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50, Bitola: 3/8 POL.,

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RS	Erechim	R SANTOS DUMONT, 888	Jessiano	(54) 3015-2661	atrium.vendas@gmail.com

34.349.810/0001-70 ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO LTDA

R\$ 88,00

VENCEDOR

Marcas: FERRONORTE
Fabricante: FERRONORTE
Modelo: FERRONORTE

Descrição: Vergalhão Armação Concreto, Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50, Bitola: 3/8 POL.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PI	Cajazeiras do Piauí	AV ARACI FERREIRA, 447	(86) 8889-4480	netocng12@hotmail.com



CNPJRazão Social do FornecedorValor da Proposta Inicial

41.250.142/0001-94COMERCIAL VIEIRA COSTA LTDA

R\$ 88,00

Marca: CERÂMICA IPUEIRAS
Fabricante: CERÂMICA IPUEIRAS
Modelo: Vergalhão Armação Concreto
Descrição: Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50, Bitola: 3/8 POL,

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
CE	Quiterianópolis	R PADRE MOACIR, 39	VIEIRA	(88) 9697-6838	vieiracostacomercio@gmail.com

36.673.446/0001-24J.LAVANDOSKI FERRAGENS

R\$ 100,00

Marca: GERDAU
Fabricante: GERDAU
Modelo: GERDAU
Descrição: Vergalhão Armação Concreto, Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50, Bitola: 3/8 POL.,

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RS	Erechim	R FULGENCIO MIGUEL COFFY, 414	Jonas	(54) 99150-7689	jlavandoskiferragens@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Iniciais

R\$ 88,00

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS DO PIAUI-PI	Data: 14/11/2023 11:00
Objeto: Registro de preços para futuras aquisições de materiais de construção em geral, para atender as necessidades do Município de Cajazeiras do Piauí-PI, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital)..	Modalidade: Pregão Eletrônico
	SRP: SIM
Descrição: Vergalhão Armação Concreto - Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50, Bitola: 3/8 POL,	Identificação: NºPregão:142023 / UASG:980286
CatMat: 236982 - Material: Ferro Tipo: Ca-50 Comprimento: 12 M Bitola: 3/8 POL Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes	Lote/Item: /128
	Ata: Link Ata
	Adjudicação: 17/11/2023 10:21
	Homologação: 17/11/2023 13:26
	Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
	Quantidade: 100
	Unidade: Barra 12,00 M
	UF: PI

CNPJRazão Social do FornecedorValor da Proposta Inicial

46.423.434/0001-03ATRIUM INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS LTDA

R\$ 87,98

Marca: ARCELOR
Fabricante: ARCELOR
Modelo: ARCELOR
Descrição: Vergalhão Armação Concreto, Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50, Bitola: 3/8 POL.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RS	Erechim	R SANTOS DUMONT, 888	Jessiano	(54) 3015-2661	atrium.vendas@gmail.com

34.349.810/0001-70ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO LTDA

R\$ 88,00

VENCEDOR

Marca: FERRONORTE
Fabricante: FERRONORTE
Modelo: FERRONORTE
Descrição: Vergalhão Armação Concreto, Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50, Bitola: 3/8 POL.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PI	Cajazeiras do Piauí	AV ARACI FERREIRA, 447	(86) 8889-4480	nctocng12@hotmail.com

41.250.142/0001-94COMERCIAL VIEIRA COSTA LTDA

R\$ 88,00

Marca: CERÂMICA IPUEIRAS
Fabricante: CERÂMICA IPUEIRAS
Modelo: Vergalhão Armação Concreto
Descrição: Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50, Bitola: 3/8 POL.,

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
CE	Quiterianópolis	R PADRE MOACIR, 39	VIEIRA	(88) 9697-6838	vieiracostacomercio@gmail.com



CNPJ

Razão Social do Fornecedor

Valor da Proposta Inicial

36.673.446/0001-24

J.LAVANDOSKI FERRAGENS

RS 100,00

Marca: GERDAU

Fabricante: GERDAU

Modelo: GERDAU

Descrição: Vergalhão Armação Concreto, Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50, Bitola: 3/8 POL.

Estado: RS

Cidade: Erechim

Endereço: R FULGENCIO MIGUEL COFFY, 414

Nome de Contato: Jonas

Telefone: (54) 99150-7689

Email: jlavandoskiferragens@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Iniciais

RS 77,50

Órgão: MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA JAVARI

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para Construção de 05 (cinco) Unidades Básicas de Saúde Indígena.

Descrição: Vergalhão Armação Concreto - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro , Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes , Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50 , Bitola: 3/8 PO

CatMat: 236982 - Material: Ferro | Tipo: Ca-50 | Comprimento: 12 M | Bitola: 3/8 POL | Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes

Data: 01/11/2023 09:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: N°Pregão:182023 - UASG:257026

Lote/Item: 1/6

Ata: [Link Ata](#)

Adjudicação: 03/11/2023 17:14

Homologação: 08/11/2023 11:04

Fonte: [www.comprasgovernamentais.gov.br](#)

Quantidade: 50

Unidade: Barra 12,00 M

UF: AM

CNPJ

Razão Social do Fornecedor

Valor da Proposta Inicial

20.926.720/0001-90

N OLIMPIO LIMA

RS 77,40

Marca: GERDDAU

Fabricante: GERDAU

Modelo: SEM VERSÃO

Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA-50 COMPRIMENTO:12 M, BITOLA:3/8 POL, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES

Estado: AM

Cidade: Atalaia do Norte

Endereço: RUA FRANCISCO UTACILIO, 49

Telefone: (97) 9174-1428

07.664.487/0001-56

VITORIA REGIA COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO

RS 77,50

VENCEDOR

LTDA

Marca: Acelomital

Fabricante: Acelomital

Modelo: BARRA

Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA-50 COMPRIMENTO:12 M, BITOLA:3/8 POL, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES

Estado: AM

Cidade: Manaus

Endereço: AV CORONEL SAVIO BELOTA, 1995

Telefone: (92) 3088-1919

03.499.782/0001-43

D. R. MORENO

RS 77,50

Marca: GERDAU

Fabricante: GERDAU BRASIL

Modelo: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO

Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA-50 COMPRIMENTO:12 M, BITOLA:3/8 POL, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES

Estado: AM

Cidade: Tabatinga

Endereço: R VELHA, SN

Nome de Contato: Cleia

Telefone: (97) 9169-1515/ (97) 3412-2996

Email: nunesmateriaisdeconstrucao@hotmail.com



Item 2: AÇO CA 50 5/16.

Preço Estimado: R\$ 76,13 (un)

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 76,13

Quantidade	Descrição	Observação
14 Barras	DE 12 METROS. - BAR.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Iniciais RS 76,13

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA	Data: 15/01/2024 10:00
Comando do Exército	Modalidade: Pregão Eletrônico
Comando Militar da Amazônia	SRP: SIM
23ª Brigada de Infantaria de Selva	Identificação: NºPregão:222023 / UASG:160160
51º Batalhão de Infantaria de Selva	Lote/Item: /58
Objeto: Aquisição de Material de Construção para manutenções de rotina..	Ata: Link Ata
Descrição: Vergalhão armação concreto - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro ,	Adjudicação: 15/02/2024 16:27
Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes , Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50 , Bitola: 5/16 PO	Homologação: 19/02/2024 11:57
CatMat: 236987 - Material: Ferro Tipo: Ca-50 Comprimento: 12 M Bitola: 5/16 POL	Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes	Quantidade: 100
	Unidade: Unidade
	UF: PA

CNPJ Razão Social do Fornecedor Valor da Proposta Inicial

51.164.013/0001-37 A RODRIGUES COM E SERVICOS LTDA RS 76,13
VENCEDOR

Marca: SINOBRAS
Fabricante: SINOBRAS
Modelo: SINOBRAS
Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA-50, COMPRIMENTO:12 M, BITOLA:5/16 POL, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES

Endereço:

38.109.847/0001-81 C.PEREIRA DIGIBYTE NEGOCIOS ELETRONICOS E DIGITAIS RS 76,13

Marca: Arcelor
Fabricante: Arcelor
Modelo: 0001
Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA-50, COMPRIMENTO:12 M, BITOLA:5/16 POL, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RS	Erechim	R LUIZ DAL PRA, 185	(54) 9123-9181	negocios.digibyte@gmail.com

32.936.252/0001-13 J C FARIAS PEREIRA RS 76,13

Marca: METAL MAIA
Fabricante: METAL MAIA
Modelo: ARMAÇÃO VIGAS/ PILARES E LAJES
Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL: FERRO, TIPO: CA-50, COMPRIMENTO: 12 M, BITOLA: 5/16 POL, APLICAÇÃO: ARMAÇÃO VIGAS/ PILARES E LAJES

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PI	Teresina	AV DOUTOR MANOEL AYRES NETO (CJ V V SOL), 6228	Carlos	(86) 9958-1510	licitacoes.farias@gmail.com

25.246.282/0001-32 D. N. DA ROCHA LTDA RS 76,13

Marca: metal norte
Fabricante: metal norte
Modelo: vergalhão
Descrição: vergalhão

Endereço:



CNPJ		Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Inicial	
36.673.446/0001-24		J.LAVANDOSKI FERRAGENS			R\$ 80,00	
Marca: GERDAU						
Fabricante: GERDAU						
Modelo: GERDAU						
Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA 50, COMPRIMENTO:12 M, BITOLA:5/16 POL, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RS	Erechim	R FULGENCIO MIGUEL COFFY, 414	Jonas	(54) 99150-7689	jlavandoskiferragens@gmail.com	
29.216.954/0001-18		SOLUCOES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI			R\$ 2.000,00	
Marca: VERGALHÃO ARMAÇÃO C						
Fabricante: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO						
Modelo: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO						
Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL FERRO, TIPO CA-50, COMPRIMENTO 12 M, BITOLA 5/16 POL, APLICAÇÃO ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
RO	Porto Velho	R MIGUEL CALMON, 3905		(69) 3301-5863	solucoesnorte@solucoesnorte.com.br	
Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Iniciais					R\$ 83,70	
Órgão: MINISTÉRIO DA SAÚDE				Data: 30/11/2023 10:00		
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA				Modalidade: Pregão Eletrônico		
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá				SRP: SIM		
Objeto: Aquisição de insumos e para operacionalização das manutenções em Sistema de Abastecimento de Água e Redes de Distribuição em aldeias adstritas do Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá.				Identificação: N°Pregão:132023 / UASG:257039		
				Lote/Item: /172		
				Ata: Link Ata		
Descrição: Vergalhão armação concreto - Material: Ferro, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12 M, Bitola: 5/16 POL, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes,				Adjudicação: 12/01/2024 13:22		
CatMat: 236987 - Material: Ferro Tipo: Ca-50 Comprimento: 12 M Bitola: 5/16 POL Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes				Homologação: 12/01/2024 14:39		
				Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br		
				Quantidade: 160		
				Unidade: Unidade		
				UF: MT		
CNPJ		Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Inicial	
51.044.736/0001-00		GR COMERCIO DE ACO LTDA			R\$ 74,99	
Marca: ARCELORMITTAL						
Fabricante: ARCELORMITTAL						
Modelo: CA50						
Descrição: Vergalhão CA50 Reto da ArcelorMittal é um produto de excelente qualidade e desenvolvido com aço de baixo teor de carbono						
Endereço:						
,						
29.567.496/0001-61		A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO			R\$ 83,00	
Marca: GERDAU						
Fabricante: GERDAU						
Modelo: GERDAU						
Descrição: Vergalhão armação concreto - Material: Ferro, Tipo: Ca-50, Comprimento: 12 M, Bitola: 5/16 POL, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes.						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
MT	Cuiabá	R VINTE E CINCO, 27	ALEXANDRO	(65) 3052-3604	alexleite1@hotmail.com	
21.793.208/0001-85		DF MAQUINAS E FERRAMENTAS EIRELI			R\$ 83,69	
Marca: GERDAU						
Fabricante: GERDAU						
Modelo: GERDAU						
Descrição: AÇO CA 50 8.0 MM VERGALHÃO BARRA 12M						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
DF	Brasília	R COPAIBA, 01	NELSON/PAULO	(61) 99924-2800	dfferramentas@outlook.com	



CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial		
22.914.319/0001-65	CINQUE TERRE EIRELI		R\$ 83,70		
VENCEDOR					
Marca: GERDAU					
Fabricante: GERDAU					
Modelo: VERGALHAO					
Descrição: ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
MT	Cuiabá	AVENIDA CARMINDO DE CAMPOS, 146	(65) 3359-7860	merkato.financeiro@gmail.com	
36.673.446/0001-24	J.LAVANDOSKI FERRAGENS		R\$ 100,00		
Marca: GERDAU					
Fabricante: GERDAU					
Modelo: GERDAU					
Descrição: ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RS	Erechim	R FULGENCIO MIGUEL COFFY, 414	Jonas	(54) 99150-7689	jlavandoskiterragens@gmail.com
29.216.954/0001-18	SOLUCOES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI		R\$ 10.000,00		
Marca: VERGALHÃO ARMAÇÃO C					
Fabricante: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO					
Modelo: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO					
Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL FERRO, TIPO CA-50, COMPRIMENTO 12 M, BITOLA 5/16 POL, APLICAÇÃO ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
RO	Porto Velho	R MIGUEL CALMON, 3905	(69) 3301-5863	solucoesnorte@solucoesnorte.com.br	

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Iniciais R\$ 60,00

Órgão: MINISTÉRIO DA SAÚDE	Data: 01/11/2023 09:00
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA	Modalidade: Pregão Eletrônico
DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA JAVARI	SRP: SIM
Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para Construção de 05 (cinco) Unidades Básicas de Saúde Indígena.	Identificação: N°Pregão:182023 / UASG:257026
Descrição: Vergalhão Armação Concreto - Vergalhão Armação Concreto Material: Ferro ,	Lote/Item: 1/7
Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes , Comprimento: 12 M, Tipo: Ca-50 , Bitola: 5/16 PO	Ata: Link Ata
CatMat: 236987 - Material: Ferro Tipo: Ca-50 Comprimento: 12 M Bitola: 5/16 POL	Adjudicação: 03/11/2023 17:14
Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes	Homologação: 08/11/2023 11:04
	Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
	Quantidade: 50
	Unidade: Barra 12,00 M
	UF: AM

CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial
20.926.720/0001-90	N OLIMPIO LJMA		R\$ 59,90
Marca: GERDAU			
Fabricante: GERDAU			
Modelo: SEM VERSÃO			
Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA-50, COMPRIMENTO:12 M, BITOLA:5/16 POL, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES			
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
AM	Atalaia do Norte	RUA FRANCISCO OTACILIO, 49	(97) 9174-1428
07.664.487/0001-56	VITORIA REGIA COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO		R\$ 60,00
VENCEDOR			
LTDA			
Marca: Acelomital			
Fabricante: Acelomital			
Modelo: BARRA			
Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA-50, COMPRIMENTO:12 M, BITOLA:5/16 POL, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES			
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
AM	Manaus	AV CORONEL SAVIO BELOTA, 1995	(92) 3088-1919



CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial
03.499.782/0001-43	D. R. MORENO				R\$ 60,00
Marca: GERDAU					
Fabricante: GERDAU BRASIL					
Modelo: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO					
Descrição: VERGALHÃO ARMAÇÃO CONCRETO, MATERIAL:FERRO, TIPO:CA-50, COMPRIMENTO:12 M, BITOLA:5/16 POL, APLICAÇÃO:ARMAÇÃO VIGAS/PILARES E LAJES					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
AM	Tabatinga	R VELHA, SN	Cleia	(97) 9169-1515/ (97) 3412-2996	nunesmateriaisdeconstrucao@hotmail.com

Item 3: AÇO CA 60 5,00MM.

Preço Estimado: R\$ 56,00 (un)

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 56,00

Quantidade	Descrição	Observação
14 Barras	DE 12 METROS. - BAR.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Iniciais R\$ 65,50

Órgão:	SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	Data:	26/12/2023 09:00
Objeto:	Registro de preços para futuros e eventuais fornecimentos de materiais de construção para atender as necessidades do SAAE do Município de Carinhanha-BA, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Edital e seus Anexos..	Modalidade:	Pregão Eletrônico
		SRP:	SIM
Descrição:	Vergalhão armação concreto - Vergalhão Armação Concreto Material: Aço , Tipo: Ca-60 , Comprimento: 6 M, Bitola: 3/16 PO	Identificação:	NºPregão:102023 / UASG:928989
		Lote/Item:	/10
CatMat:	336342 - Material: Aço Tipo: Ca-60 Comprimento: 6 M Bitola: 3/16 POL	Ata:	Link Ata
		Adjudicação:	26/12/2023 15:10
		Homologação:	26/12/2023 15:19
		Fonte:	www.comprasgovernamentais.gov.br
		Quantidade:	70
		Unidade:	Barra 6,00 M
		UF:	BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial	
28.588.513/0001-84	ALVARO DONATO NETO		R\$ 65,50	
VENCEDOR				
Marca: GERDAU				
Fabricante: GERDAU				
Modelo: U.N				
Descrição: Treliça fabricada com aço CA-60 nervurado, para melhor aderência do produto ao concreto. Tamanho 6 m				
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
BA	Carinhanha	PRACA DOS PILOTOS, 111	(77) 9967-5828	donatoconstrucoesenn@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Iniciais R\$ 56,00

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ-PI	Data:	14/11/2023 11:00
Objeto:	Registro de preços para futuras aquisições de materiais de construção em geral, para atender as necessidades do Município de Cajazeiras do Piauí-PI, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital)..	Modalidade:	Pregão Eletrônico
		SRP:	SIM
Descrição:	Vergalhão Armação Concreto - Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Diâmetro: 5 MM, Tipo: Ca-60b.	Identificação:	NºPregão:142023 / UASG:980286
		Lote/Item:	/125
CatMat:	248588 - Material: Ferro Tipo: Ca-60b Comprimento: 12 M Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes Diâmetro: 5 MM	Ata:	Link Ata
		Adjudicação:	17/11/2023 10:21
		Homologação:	17/11/2023 13:26
		Fonte:	www.comprasgovernamentais.gov.br
		Quantidade:	100
		Unidade:	Barra 12,00 M
		UF:	PI



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
34.349.810/0001-70	ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO LTDA	R\$ 52,00
VENCEDOR		

Marca: FERRONORTE
Fabricante: FERRONORTE
Modelo: FERRONORTE

Descrição: Vergalhão Armação Concreto, Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Diâmetro: 5 MM, Tipo: Ca 60b,

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PI	Cajazeiras do Piauí	AV ARACI FERREIRA, 447	(86) 8889-4480	nctocng12@hotmail.com

36.673.446/0001-24	J.LAVANDOSKI FERRAGENS	R\$ 60,00
--------------------	------------------------	-----------

Marca: GERDAU
Fabricante: GERDAU
Modelo: GERDAU

Descrição: Vergalhão Armação Concreto, Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Diâmetro: 5 MM, Tipo: Ca- 60b.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RS	Erechim	R FULGENCIO MIGUEL COFFY, 414	Jonas	(54) 99150-7689	jlavandoskiferragens@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Iniciais R\$ 52,00

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS DO PIAUÍ-PI

Data: 14/11/2023 11:00

Objeto: Registro de preços para futuras aquisições de materiais de construção em geral, para atender as necessidades do Município de Cajazeiras do Piauí-PI, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital)..

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Descrição: Vergalhão Armação Concreto - Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Diâmetro: 5 MM, Tipo: Ca-60b,

Identificação: NºPregão:142023 / UASG:980286

Lote/Item: /127

Ata: [Link Ata](#)

CatMat: 248588 - Material: Ferro | Tipo: Ca-60b | Comprimento: 12 M | Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes | Diâmetro: 5 MM

Adjudicação: 17/11/2023 10:21

Homologação: 17/11/2023 13:26

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 500

Unidade: Barra 12,00 M

UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
34.349.810/0001-70	ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS NETO LTDA	R\$ 52,00
VENCEDOR		

Marca: FERRONORTE
Fabricante: FERRONORTE
Modelo: FERRONORTE

Descrição: Vergalhão Armação Concreto, Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Diâmetro: 5 MM, Tipo: Ca-60

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PI	Cajazeiras do Piauí	AV ARACI FERREIRA, 447	(86) 8889-4480	nctocng12@hotmail.com

41.250.142/0001-94	COMERCIAL VIEIRA COSTA LTDA	R\$ 52,00
--------------------	-----------------------------	-----------

Marca: CERÂMICA IPUEIRAS
Fabricante: CERÂMICA IPUEIRAS
Modelo: Vergalhão Armação Concreto

Descrição: Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Diâmetro: 5 MM, Tipo: Ca-60b,

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
CE	Quiterianópolis	R PADRE MOACIR, 39	VIEIRA	(88) 9697-6838	vieiracostacomercio@gmail.com

36.673.446/0001-24	J.LAVANDOSKI FERRAGENS	R\$ 70,00
--------------------	------------------------	-----------

Marca: GERDAU
Fabricante: GERDAU
Modelo: GERDAU

Descrição: Vergalhão Armação Concreto, Material: Ferro, Aplicação: Armação Vigas/Pilares E Lajes, Comprimento: 12 M, Diâmetro: 5 MM, Tipo: Ca- 60b,

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RS	Erechim	R FULGENCIO MIGUEL COFFY, 414	Jonas	(54) 99150-7689	jlavandoskiferragens@gmail.com



Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA/BA
Objeto: Contratação de empresas para fornecimento de materiais para construção em geral, que serão destinados às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social no Município de Correntina-BA, que possuem residência precária e/ou inacabadas, fora das condições de habitabilidade, observando os critérios estabelecidos na nº 1.029/2018 e na Resolução nº 009/2023, conforme descritos no Anexo I – Termo de Referência do Edital.
Descrição: Areia - Tipo: Lavada, Granulometria: Média,
CatMat: 216954 - AREIA

Data: 13/12/2023 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:242023 / UASG:983485
Lote/Item: 2/11
Ata: [Link Ata](#)
Adjudicação: 21/12/2023 08:45
Homologação: 08/01/2024 10:06
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 120
Unidade: Metro Cúbico
UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
06.175.074/0001-45	JZ MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 108,75
VENCEDOR		
Marca: Draga		
Fabricante: Draga		
Modelo: Draga		
Descrição: Arcia lavada cm m³		

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Correntina	R DA CHACARA, 12	Zilma	(77) 3488-3519	atacadaodaconstrucao@hotmail.com

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
35.875.067/0001-54	GMF SERVICOS E MATERIAIS DE CONSTRUCOES LTDA	R\$ 300,00
Marca: In Natura		
Fabricante: In Natura		
Modelo: In Natura		
Descrição: Arcia lavada cm m³		

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
CE	Fortaleza	R CAPITAO JUSTINO FERREIRA RAMOS. SN	Oscar	(85) 9981-0453	gmfcomercioeservicos1@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Iniciais R\$ 210,00

Órgão: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA SUINOS E AVES/CONCORDIA/SC
Objeto: Aquisição de materiais de construção e materiais elétricos.
Descrição: Areia - Areia Tipo: Lavada , Granulometria: Média
CatMat: 216954 - AREIA

Data: 23/10/2023 09:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: N°Pregão:142023 / UASG:135030
Lote/Item: /10
Ata: [Link Ata](#)
Adjudicação: 24/10/2023 08:48
Homologação: 24/10/2023 13:38
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 20
Unidade: Metro Cúbico
UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
17.089.606/0001-48	CONCORDIA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 210,00
VENCEDOR		
Marca: GR EXTRAÇÃO DE AREIA		
Fabricante: GR EXTRAÇÃO DE AREIA		
Modelo: AREIA MÉDIA		
Descrição: Areia Tipo: Lavada , Granulometria: Média		

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
SC	Concórdia	R GUILHERME HELMUTH ARENDT, 320	(49) 3441-2744



Item 4: AREIA.

Preço Estimado: R\$ 210,00 (un)

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 210,00

Quantidade	Descrição	Observação
30 Metros Cúbicos	LAVADA MÉDIA. - M3.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Iniciais R\$ 218,18

Órgão: MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA JAVARI	Data: 26/12/2023 11:00 Modalidade: Pregão Eletrônico SRP: SIM Identificação: N°Pregão:232023 / UASG:257026 Lote/Item: 2/36 Ata: Link Ata Adjudicação: 02/01/2024 18:12 Homologação: 09/01/2024 11:11 Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br Quantidade: 5 Unidade: Metro Cúbico UF: AM
Objeto: Aquisição de insumos e equipamentos necessários à Manutenção e Ampliação de 06 (seis) Sistemas e a Implantação de 06 (seis) Sistemas de Abastecimento de Água nas aldeias de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari DSEI/VAJ.,	
Descrição: Areia - Areia Tipo: Lavada , Granulometria: Média CatMat: 216954 - AREIA	

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
04.214.268/0001-87	MARTINS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 218,00
Marca: regional Fabricante: regional Modelo: areia Descrição: AREIA, TIPO:LAVADA, GRANULOMETRIA:MÉDIA		
Estado: AM Cidade: Tabatinga Endereço: AV AMIZADE, 1116 Nome de Contato: João Gualberto C. Martins Telefone: (92) 8127-2573 Email: cassamartins@hotmail.com		
03.499.782/0001-43	D. R. MORENO	R\$ 218,18
Marca: REGIONAL Fabricante: REGIONAL Modelo: AREIA Descrição: AREIA, TIPO:LAVADA, GRANULOMETRIA: MÉDIA		
Estado: AM Cidade: Tabatinga Endereço: R VELHA, SN Nome de Contato: Cleia Telefone: (97) 9169-1515/ (97) 3412-2996 Email: nunesmateriaisdeconstrucao@hotmail.com		
05.481.242/0001-68	JOSE CARLOS GOMES DA COSTA	R\$ 218,18
VENCEDOR		
Marca: REGIONAL Fabricante: REGIONAL Modelo: NACIONAL Descrição: Areia Tipo: Lavada , Granulometria: Média		
Estado: AM Cidade: Benjamin Constant Endereço: AV CASTELO BRANCO, 173 Telefone: (92) 3232-0114		
29.216.954/0001-18	SOLUCOES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI	R\$ 1.000,00
Marca: AREIA Fabricante: AREIA Modelo: AREIA Descrição: AREIA, TIPO LAVADA, GRANULOMETRIA MÉDIA		
Estado: RO Cidade: Porto Velho Endereço: R MIGUEL CALMON, 3905 Telefone: (69) 3301-5863 Email: solucoesnorte@solucoesnorte.com.br		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Iniciais R\$ 204,38



Item 5: CAIBRO MADEIRA:		
Preço Estimado: R\$ 31,50 (un)	Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 31,50	

Quantidade	Descrição	Observação
40 Unidades	5CM X 5CM X 3M. - UNID.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Iniciais		R\$ 56,35
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO/RJ	Data: 03/01/2024 08:00	
Objeto: Eventual aquisição de materiais de construção tendo em vista a manutenção da sec. mun. de obras, (trevos, campo de futebol, cemitérios, praças, estradas, bueiros, mata burro) sec. mun. de educação e cultura (escolas, creches) sec. mun. de saúde, (postos de saúde) sec. mun. de assistência social.	Modalidade: Pregão Eletrônico	
	SRP: SIM	
	Identificação: N°Pregão:562023 / UASG:985905	
	Lote/Item: /91	
	Ata: Link Ata	
	Adjudicação: 16/01/2024 15:20	
	Homologação: 31/01/2024 10:18	
	Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br	
	Quantidade: 200	
	Unidade: Unidade	
	UF: RJ	

CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial		
40.909.945/0001-45	CARVALHO BONAN INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA		R\$ 56,30		
VENCEDOR					
Marca: MADEIREIRA VENTURI					
Fabricante: MADEIREIRA VENTURI					
Modelo: CONFORME PROPOSTA					
Descrição: CONFORME PROPOSTA					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
RJ	São Sebastião do Alto	RUA ARNECIDIO LANNES QUEIROZ, 41	(22) 2556-1191 / (22) 2556-1317	pauloleitecontador@hotmail.com	
37.984.422/0001-59	MADWORK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA		R\$ 56,35		
Marca: nativa					
Fabricante: nativa					
Modelo: caibro					
Descrição: CAIBRO 5X5CMX6MTS ANGELIM					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Jandira	RUA FRANCISCO JOSE LONGO, 677	Tiago	(11) 4142-3789	licitacao@madwork.com.br
11.445.428/0001-64	ECC EMPREENDIMENTOS CASA E CONSTRUCOES LTDA		R\$ 56,35		
Marca: CONF PROPOSTA ANEXA					
Fabricante: CONF PROPOSTA ANEXA					
Modelo: .					
Descrição: CONF EDITAL					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:		
RJ	Itaocara	R WALTER LUIZ RIMES, 77	(22) 3861-3236		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Iniciais	R\$ 31,50
--	-----------



Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA RS
Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas para fins de registro de preços de materiais de construção e hidráulicos, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Processo SEI 0.023932/2023-25..
Descrição: Caibro - Caibro Tipo Madeira: Cupiúba. , Largura: 5 CM, Espessura: 5 CM, Características Adicionais: Aparelhada
CatMat: 601835 - CAIBRO

Data: 14/12/2023 08:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:2152023 / UASG:988655
Lote/Item: /68
Ata: [Link Ata](#)
Adjudicação: 21/12/2023 09:32
Homologação: 21/12/2023 10:07
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 120
Unidade: Unidade
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
47.114.120/0001-83	L'OFFERTA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	RS 31,00

Marca: TOLARDO
Fabricante: TOLARDO
Modelo: TOLARDO
Descrição: CAIBRO PINNUS 5 X 5 X 5,40

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RS	Caxias do Sul	R ANGELO MICHELIN, 176	Reni	(54) 99612-2844	lofferta176@gmail.com

06.099.646/0001-54	MERCASERRA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI	RS 31,50
--------------------	---	----------

Marca: GRAZZIOTIN
Fabricante: GRAZZIOTIN
Modelo: GRAZZIOTIN
Descrição: CAIBRO EM MADEIRA DE PINUS 5CM X 5CM X 5,40M

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RS	Caxias do Sul	AV SERRANO SANTO ANTONIO, 1236	(54) 3229-4788	mercaserri@gmail.com

06.288.902/0001-51	NEUMANN MADEIREIRA LTDA	RS 31,62
* VENCEDOR *		

Marca: PRODUÇÃO PRÓPRIA
Fabricante: NEUMANN MADEIREIRA
Modelo: PINUS
Descrição: CAIBRO EM MADEIRA DE PINUS 5CM X 5CM X 5,40M

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RS	Santa Clara do Sul	ROD ERS 413 KM 8,5, 440	(51) 3714-3175	leandro@chiarelli.net.br

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Iniciais	RS 29,35
---	----------

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA/BA
Objeto: Contratação de empresas para fornecimento de materiais para construção em geral, que serão destinados às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social no Município de Correntina-BA, que possuem residência precária e/ou inacabadas, fora das condições de habitabilidade, observando os critérios estabelecidos na nº 1.029/2018 e na Resolução nº 009/2023, conforme descritos no Anexo I – Termo de Referência do Edital..
Descrição: Caibro - Material: Madeira, Tipo Madeira: Angelim, Largura: 6 CM, Espessura: 5 CM, Comprimento: 300 CM, Características Adicionais: Sem Tratamento,
CatMat: 480613 - CAIBRO

Data: 13/12/2023 08:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:242023 / UASG:983485
Lote/Item: 7/36
Ata: [Link Ata](#)
Adjudicação: 21/12/2023 08:47
Homologação: 08/01/2024 10:08
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 700
Unidade: Metro
UF: BA



CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial		
06.175.074/0001-45	JZ MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA		R\$ 8,69		
VENCEDOR					
Marca: Jarana					
Fabricante: Jarana					
Modelo: Jarana					
Descrição: Caibro de madeira 6 x 4cm					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Correntina	R DA CHACARA, 12	Zilma	(77) 3488-3519	atacadaodaconstrucao@hotmail.com
37.439.428/0001-45	TERRA LAVRAS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA		R\$ 50,00		
Marca: UNIÃO MADEIRAS					
Fabricante: UNIÃO MADEIRAS					
Modelo: METRO (EUCALIPTO TRATADO)					
Descrição: Caibro de madeira 6 x 4cm					
Endereço:			Telefone:		Email:
R CLAUDIO MANOEL DA COSTA, 31			(35) 9761-3760		terralavras@yahoo.com

Item 6: PEDRA BRITA.

Preço Estimado: R\$ 170,00 (un)

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 170,00

Quantidade	Descrição	Observação
20 Metros Cúbicos	1. - M3.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Iniciais

R\$ 166,64

Órgão: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Data: 21/12/2023 09:00

Secretaria Executiva

Modalidade: Pregão Eletrônico

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

SRP: SIM

Instituto Federal de Educação, ciência e Tec. do Mato Grosso do Sul

Identificação: N°Pregão:392023 / UASG:158132

Objeto: Aquisição de equipamentos e insumos REMANESCENTES do PE 7/2023 para o laboratório de marcenaria, laboratórios de edificações e outras demandas das unidades do IFMS.

Lote/Item: /85

Ata: [Link Ata](#)

Descrição: Brita - Brita Material: Rocha Triturada , Tamanho: Brita 1

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

CatMat: 216957 - BRITA

Quantidade: 119

Unidade: Metro Cúbico

UF: MS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial	
32.982.863/0001-06	MAILTON DOS SANTOS ORUE		R\$ 166,64	
VENCEDOR				
Marca: C.B				
Fabricante: C.B				
Modelo: C.B				
Descrição: Brita, material rocha triturada, tamanho brita 1. Material deve estar limpo, não deve conter material orgânico ou de outra Natureza divergente do objeto. Metro cúbico				
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MS	Jardim	RUA NUBE NUNES LEITE, 142	(67) 9961-0544	rachaprecozero1@hotmail.com

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Iniciais

R\$ 170,00



Órgão: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA CLIMA TEMPERADO/PELOTAS/RS
Objeto: Aquisição parcelada de material para manutenção de bens imóveis/instalações..
Descrição: Brita - Material: Rocha Triturada, Tamanho: Brita 1,
CatMat: 216957 - BRITA

Data: 13/11/2023 09:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:242023 / UASG:135031
Lote/Item: 1/2
Ata: [Link Ata](#)
Adjudicação: 14/11/2023 13:49
Homologação: 17/11/2023 08:45
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 200
Unidade: Metro Cúbico
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
13.298.122/0001-58	PRIMAVERA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 140,00
VENCEDOR		

Marca: JA SILVEIRA
Fabricante: JA SILVEIRA
Modelo: 2023/2023
Descrição: PEDRA BRITA NUMERO 1

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RS	Pelotas	EST MONTE BONITO RUA NOVE, S/N	(53) 3277-3097	primavera@macsulrede.com.br

31.512.534/0001-20	JVC ENGENHARIA E SERVICOS LTDA	R\$ 170,00
--------------------	--------------------------------	------------

Marca: GR EXTRAÇÃO
Fabricante: GR EXTRAÇÃO
Modelo: BRITA 1
Descrição: BRITA, MATERIAL ROCHA TRITURADA, TAMANHO BRITA 1

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RS	Cachoeirinha	AV CAPITAO GARIBALDI PINTO DOS SANTOS, 308	VINICIUS	(51) 8108-2619	pavisul@outlook.com

15.658.667/0001-53	REAL CENTER MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 170,00
--------------------	--	------------

Marca: PEDREIRA TAMOIO
Fabricante: PEDREIRA TAMOIO
Modelo: Ref. N° 1
Descrição: BRITA, ROCHA TRITURADA, TAMANHO N° 1 - CATMAT 216957. Marca: PEDREIRA TAMOIO. Fabricante: PEDREIRA TAMOIO. Modelo: Ref. N° 1. Prazo de entrega é de até 10 (dez) dias contados da data do recebimento da Nota de Empenho. Garantia do produto: 12 (doze) meses; Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação. Validade da Ata de Registro de preços: 12 (doze) meses. Procedência Nacional. Nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	AV MARECHAL FONTENELLE, 05443	Carlos Alberto Fernandes Correia	(21) 2401-5624	realcenter.net@uol.com.br

32.936.252/0001-13	J C FARIAS PEREIRA	R\$ 170,00
--------------------	--------------------	------------

Marca: QUIBRITA
Fabricante: Indústria Quibrita Mineração
Modelo: BRITA 1
Descrição: BRITA, ROCHA TRITURADA, TAMANHO N° 1

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PI	Teresina	AV DOUTOR MANOEL AYRES NETO (CJ V V SOL), 6228	Carlos	(86) 9958-1510	licitacoes.farias@gmail.com

01.172.123/0001-72	CARDOSO & DUARTE LTDA	R\$ 180,00
--------------------	-----------------------	------------

Marca: j.a
Fabricante: j.a
Modelo: j.a
Descrição: AREIA TIPO LAVADA, GRANULOMETRIA MÉDIA

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
RS	Pelotas	R XAVIER FERREIRA, 346	(53) 2278-1570



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
35.875.067/0001-54	GMF SERVICOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇOES LTDA	R\$ 300,00
Marca: In Natura Fabricante: In Natura Modelo: In Natura Descrição: BRITA, ROCHA TRITURADA, TAMANHO Nº 1 - CATMAT 216957		
Estado: CE	Cidade: Fortaleza	Endereço: R CAPITAO JUSTINO FERREIRA RAMOS, SN
Nome de Contato: Oscar		Telefone: (85) 9981-0453
		Email: gmfcomercioservicos1@gmail.com

52.333.210/0001-03	NOVAX DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 15.000,00
Marca: MAC ENGENHARIA Fabricante: MAC ENGENHARIA Modelo: MAC ENGENHARIA Descrição: BRITA, ROCHA TRITURADA, TAMANHO Nº 1 - CATMAT 216957		
Endereço:		

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Iniciais R\$ 219,55

Órgão: COMANDO DA MARINHA DELEGACIA FLUVIAL DE GUAÍRA	Data: 01/11/2023 00:00
Objeto: Aquisição de material para manutenção da área externa da Delegacia Fluvial de Guaíra.	Modalidade: Dispensa de Licitação
Descrição: BRITA - BRITA, MATERIAL ROCHA TRITURADA, TAMANHO BRITA I	SRP: NÃO
CatMat: 216957 - BRITA	Identificação: Dispensa de Licitação Nº 68/2023 / UASG: 789322
	Lote/Item: 6/1
	Ata: N/A
	Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
	Quantidade: 1
	Unidade: Unidade
	UF: RJ

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
08.347.543/0001-91	J. C. MENDONCA - MATERIAIS DE CONSTRUCAO	R\$ 219,55
VENCEDOR		
Marca: PILAO Fabricante: Fabricante não informado Descrição: BRITA, MATERIAL ROCHA TRITURADA, TAMANHO BRITA I		
Estado: PR	Cidade: Guaiira	Endereço: AV THOMAZ LUIZ ZEBALLOS, 1373
		Telefone: (44) 3642-5071

Item 7: TÁBUA DE MADEIRA.

Preço Estimado: R\$ 133,83 (un)

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 133,83

Quantidade	Descrição	Observação
20 Unidades	30CM - 3 METROS CADA. - UNID.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Iniciais R\$ 130,21



Órgão: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Prefeitura Municipal de Jacarei
Objeto: Registro de preços para fornecimento de madeiras..
Descrição: Tábua madeira - Tábua Madeira Espécie: Cedrinho , Comprimento: 3 M, Largura: 30 CM, Espessura: 2,50 C
CatMat: 387805 - TÁBUA MADEIRA

Data: 24/01/2024 09:31
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:2462023 / UASG:986589
Lote/Item: /1
Ata: [Link Ata](#)
Adjudicação: 24/01/2024 13:03
Homologação: 25/01/2024 15:59
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 30
Unidade: Peça 4,00 M
UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial
35.874.560/0001-50	GARANT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA				R\$ 66,75
VENCEDOR					
Marca: madeira					
Fabricante: madeira					
Modelo: idem descrição do material					
Descrição: TABUA 20 X5,00M GARAPEIRA, de acordo com Termo de Referência – Anexo I					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
SP	Guaratinguetá	R DOUTOR CASTRO SANTOS, 514	(12) 3132-7171	rh@garant.com.br	
18.408.522/0001-92	RCL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E SERVICOS EIRELI				R\$ 130,00
Marca: GARAPEIRA					
Fabricante: PROPRIO					
Modelo: TABUA					
Descrição: TÁBUA MADEIRA, ESPÉCIE CEDRINHO, COMPRIMENTO 3 M, LARGURA 30 CM, ESPESSURA 2,50 CM					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
GO	Aparecida de Goiânia	AV CARAIBAS, S/N	JEFFERSON VITOR CARDOSO	(62) 8405-5906	rcl.licitacao@gmail.com
52.515.543/0001-45	52.515.543 MARIA DE LOURDES LIMA ALMANZA				R\$ 130,00
Marca: CASA DAS MADEIRAS					
Fabricante: CASA DAS MADEIRAS					
Modelo: TABUA CEDRINHO					
Descrição: TÁBUA MADEIRA, ESPÉCIE CEDRINHO, COMPRIMENTO 3 M, LARGURA 30 CM, ESPESSURA 2,50 CM					
Endereço:					
,					
14.139.819/0001-49	ACAPU COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI				R\$ 130,41
Marca: ACP					
Fabricante: ACP					
Modelo: ACP					
Descrição: Tábua Madeira Espécie: Cedrinho , Comprimento: 3 M, Largura: 30 CM, Espessura: 2,50 C					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Peruibe	AV TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 700	Carlos	(11) 99173-4401	acapumadeiras@gmail.com
35.072.779/0001-35	M G ALVARENGA LTDA				R\$ 130,46
Marca: Mad. Catarinense					
Fabricante: Mad. Catarinense					
Modelo: -					
Descrição: Tábua de madeira com 20cm de largura, 2cm de espessura e 5 metros de comprimento garapeira ou cedrinho;					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
MG	Uberlândia	AV SOLIDARIEDADE, 1750	(34) 3083-3300	mgalvarenga2019@gmail.com	
48.273.663/0001-06	MARCIO HENRIQUE PINTO CHAVES LTDA				R\$ 130,46
Marca: MADEIRA REDENTOR					
Fabricante: MADEIRA REDENTOR					
Modelo: MADEIRA					
Descrição: Tábua Madeira Espécie: Cedrinho , Comprimento: 3 M, Largura: 30 CM, Espessura: 2,50 C					
Endereço:					
,					



CNPJRazão Social do FornecedorValor da Proposta Inicial

39.603.357/0001-08JJB COMERCIO VAREJISTA DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA

R\$ 433,00

Marca: FÊNIX
Fabricante: FÊNIX
Modelo: FÊNIX
Descrição: Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos Tipo Acabamento: Semi-Brilho Cor: Gelo Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa/ TINTA ACRÍLICA LÍQUIDA VISCOSO ACABAMENTO SEMI BRILHO GELO LATA 18 L

Estado:Cidade:Endereço:Telefone:Email:

SC:ConcórdiaEST DOS COQUEIROS, SN(49) 3444-8196/ (49) 8808-8317jjblicitacao@gmail.com

23.655.332/0001-00SUPREME COMERCIAL EIRELI

R\$ 433,00

Marca: SupremaCor
Fabricante: Superação Ind. e Com.
Modelo: Premium
Descrição: Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos Tipo Acabamento: Semi-Brilho Cor: Gelo Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa/ TINTA ACRÍLICA LÍQUIDA VISCOSO ACABAMENTO SEMI BRILHO GELO LATA 18 L. Modelo: Premium, Prazo de Validade / Garantia: Conforme Edital.

Estado:Cidade:Endereço:Telefone:Email:

SP:GuarulhosR BURITI BRAVO, 126(11) 2423-7766drp2@magnocontabil.com.br

37.433.111/0001-00PODIUM COMERCIO DE PRODUTOS E ASSESSORIA LTDA

R\$ 433,00

Marca: REVETEX
Fabricante: REVETEX
Modelo: REVETEX
Descrição: Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa

Endereço:

.

51.997.965/0001-31SSP COMERCIAL DIAMANTE LTDA

R\$ 433,00

Marca: DECORACOR
Fabricante: DECORACOR
Modelo: TINTA Semi-Brilho 18L
Descrição: Tinta acrílica - Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa MARCA DECORACOR

Endereço:

.

44.207.436/0001-21DISTRIBUIDORA JORDAO COMERCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS LTDA

R\$ 433,00

Marca: TNS
Fabricante: TNS
Modelo: BRANCO GELO
Descrição: Tinta acrílica - Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa TNS

Endereço:

.

09.655.702/0001-88E C DA SILVA FERRAGENS LTDA

R\$ 433,00

Marca: NOBRE TINTAS
Fabricante: NOBRE TINTAS
Modelo: TINTA ACRÍLICA LÍQUIDA VISCOSO ACABAMENTO SEMI BRI
Descrição: TINTA ACRÍLICA LÍQUIDA VISCOSO ACABAMENTO SEMI BRILHO GELO LATA 18 L

Endereço:

.

45.309.056/0001-60SILVA DISTRIBUIDORA E FERRAGISTA LTDA

R\$ 433,00

Marca: ANJO
Fabricante: ANJO
Modelo: ANJO
Descrição: Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos Tipo Acabamento: Semi-Brilho Cor: Gelo Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa/ TINTA ACRÍLICA LÍQUIDA VISCOSO ACABAMENTO SEMI BRILHO GELO LATA 18 L

Estado:Cidade:Endereço:Telefone:Email:

GO:GoiâniaAVENIDA CIRCULAR, 1192(62) 9258-1469 / (0000) 0000-0000silvadistribuidora3301@gmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
85.076.404/0001-11	J N P MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 433,00
Marca: Eucatex Fabricante: Eucatex Modelo: Eucatex Descrição: Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos Tipo Acabamento: Semi-Brilho Cor: Gelo Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa/ TINTA ACRÍLICA LÍQUIDA VISCOSO ACABAMENTO SEMI BRILHO GELO LATA 18 L Endereço: ,		
23.662.635/0001-20	RM CORREA COMERCIO LTDA	R\$ 433,00
Marca: CASTELENSE Fabricante: CASTELENSE Modelo: NA Descrição: CONFORME EDITAL Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email: PR Araucária R PAULO ALVES PINTO, 1908 (41) 3552-4909 rmcorreacomercio@gmail.com		
42.902.599/0001-07	VALLECOR INDUSTRIA DE TINTAS E REVESTIMENTOS LTDA	R\$ 433,00
Marca: PROPRIA Fabricante: PROPRIA Modelo: PROPRIA Descrição: Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos Tipo Acabamento: Semi-Brilho Cor: Gelo Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa/ TINTA ACRÍLICA LÍQUIDA VISCOSO ACABAMENTO SEMI BRILHO GELO LATA 18 L Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email: PR Faxinal R ANTONIO GARCIA DA COSTA, 100 (17) 9617-7724 vallecortintas@gmail.com		
36.986.531/0001-42	LICITAR COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS ELETRICOS, HIDRAULICOS LTDA	R\$ 500,00
Marca: Tinsul Fabricante: Tinsul Modelo: 1402B Descrição: Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos Tipo Acabamento: Semi-Brilho Cor: Gelo Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa/ TINTA ACRÍLICA LÍQUIDA VISCOSO ACABAMENTO SEMI BRILHO GELO LATA 18 L Estado: Cidade: Endereço: Nome de Contato: Telefone: Email: SC Blumenau R HERMANN TRIBESS, 2050 Jardel (47) 3232-8620 negocios@grupolicitar.com.br		
09.017.325/0001-51	CHEVROMAIS - COMERCIO DE PECAS, ACESSORIOS E LUBRIFICANTES LTDA	R\$ 1.000,00
Marca: REVETEX Fabricante: REVETEX Modelo: REVETEX Descrição: Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos Tipo Acabamento: Semi-Brilho Cor: Gelo Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa/ TINTA ACRÍLICA LÍQUIDA VISCOSO ACABAMENTO SEMI BRILHO GELO LATA 18 L Estado: Cidade: Endereço: Nome de Contato: Telefone: Email: PR Curitiba AV MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 7779 KAUE MUNIZ DO AMARAL (41) 3076-7210 autopecaschevromais@hotmail.com		
51.855.693/0001-73	51.855.693 ODAILSON NOGUEIRA DOS SANTOS	R\$ 12.000,00
Marca: EVOLUSOM Fabricante: EVOLUSOM Modelo: C-EDITAI Descrição: TINTA ACRÍLICA, COMPONENTES LATEX, AGUA, RESINA E PIGMENTOS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, COR GELO, TIPO ACABAMENTO SEMI-BRILHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS APLICAÇÃO INTERNA/EXTERNAA Endereço: ,		
Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Iniciais		R\$ 419,78



Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar do Planalto
Comando 3ª Brigada de Infantaria Motorizada
41 Batalhão de Infantaria Motorizado

Data: 15/01/2024 08:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:32023 / UASG:160102
Lote/Item: /109
Ata: [Link Ata](#)
Adjudicação: 12/03/2024 15:48
Homologação: 13/03/2024 15:21
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 50
Unidade: Lata 18,00 L
UF: GO

Objeto: Aquisições de materiais elétricos, hidráulicos e de pintura, para atender as necessidades do 41º Batalhão de Infantaria Motorizado.

Descrição: Tinta acrílica - Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Cor: Gelo , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa

CatMat: 601008 - Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos | Aspecto Físico: Líquido Viscoso | Cor: Gelo | Tipo Acabamento: Semi-Brilho | Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
30.199.011/0001-03	DANTAS DISTRIBUICAO E SERVICOS LTDA	R\$ 291,00

Marca: Imperial
Fabricante: Imperial
Modelo: Imperial
Descrição: Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Cor: Gelo , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa

Endereço:

11.202.638-0001-21	CASTRO ARANTES QUIMICA INDUSTRIAL LTDA	R\$ 300,00
--------------------	--	------------

Marca: SUPERMAN
Fabricante: SUPERMAX
Modelo: SUPERMAX
Descrição: Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MG	Córrego Fundo	ROD MG 050, S/N	(37) 3322-9643	supermaxcor@gmail.com

40.000.327/0001-88	AVANCO SERVICOS E COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA	R\$ 330,40
--------------------	--	------------

Marca: MYSTER CRYL
Fabricante: MYSTER CRYL
Modelo: MYSTER CRYL
Descrição: Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	QUADRA SAAN QUADRA 3, 75	Veloze	(61) 8472-9620	avanco.mat.serv.ltda@gmail.com

08.403.769/0001-62	AEROQUALITY COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA	R\$ 350,00
--------------------	--	------------

Marca: IRAJÁ
Fabricante: IRAJÁ TINTAS
Modelo: ACRÍLICA PREMIUM
Descrição: Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Jacareí	AV EDUARD SIX, 540	MARCIO	(12) 99145-3663	empenhos@t.brasil317.com.br

04.597.880/0001-86	RENOVA COMERCIAL LTDA	R\$ 400,00
--------------------	-----------------------	------------

Marca: ACRILPLUS
Fabricante: ACRILPLUS
Modelo: TINTA ACRILICA SEMI-BRILHO 18 LTS
Descrição: TINTA ACRÍLICA COMPONENTES: LATEX, ÁGUA, RESINA E PIGMENTOS , ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO VISCOSO , COR: GELO , TIPO ACABAMENTO: SEMI-BRILHO , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: APLICAÇÃO INTERNA/EXTERNA

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
GO	Goiânia	AV ANTONIO FIDELIS, 1326	Antonio	(62) 3999-0951	rennovacomercial@hotmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
52.627.084/0001-91	INTEGRA TECH SOLUCOES LTDA	R\$ 439,56
Marca: LEINERTEX Fabricante: LEINERTEX Modelo: LEINERTEX Descrição: Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Cor: Gelo , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa Endereço: .		
50.568.513/0001-71	CONSOMAR MATERIAL ELETRICO E HIDRAULICO LTDA	R\$ 500,00
VENCEDOR Marca: LUZTOL Fabricante: LUZTOL Modelo: UND Descrição: Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa Endereço: .		
16.889.292/0001-03	APOLL COMERCIO DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI	R\$ 525,00
Marca: Maza Plus Sb Fabricante: Maza Modelo: Tinta acrílica Descrição: Tinta acrílica - Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Cor: Gelo , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email: SP Franca R FRANCISCO BARBOSA, 1367 (16) 3026-1246 apoll.franca@hotmail.com		
18.408.522/0001-92	RCL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E SERVICOS EIRELI	R\$ 1.000,00
Marca: LUZTOL Fabricante: LUZTOL Modelo: TINTA ACRILICA Descrição: Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa Estado: Cidade: Endereço: Nome de Contato: Telefone: Email: GO Aparecida de Goiânia AV CARAIBAS, S/N JEFFERSON VITOR CARDOSO (62) 8405-5906 rcl.licitacao@gmail.com		
51.890.698/0001-07	ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA	R\$ 1.500,00
Marca: REVETEX Fabricante: REVETEX Modelo: REVETEX Descrição: Tinta acrílica - Tinta Acrílica Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Cor: Gelo , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa Endereço: .		
Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Iniciais		R\$ 640,42
Orgão: SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO - SGG Secretaria da Fazenda Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins Objeto: Aquisição de material de consumo - cal, gesso, tintas, etc.. Descrição: Tinta acrílica - Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa CutMat: 601008 - Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos Aspecto Físico: Líquido Viscoso Cor: Gelo Tipo Acabamento: Semi-Brilho Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa		Data: 04/01/2024 09:00 Modalidade: Pregão Eletrônico SRP: SIM Identificação: N°Pregão:1262023 / UASG:925957 Lote/Item: /15 Ata: Link Ata Adjudicação: 07/03/2024 12:02 Homologação: 11/03/2024 15:07 Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br Quantidade: 225 Unidade: Lata 18,00 L UF: TO



CNPJ

Razão Social do Fornecedor

Valor da Proposta Inicial

30.223.908/0001-25

D F S DE MELO LOPES

R\$ 300,00

Marca: HIPERCOR

Fabricante: HIPERCOR

Modelo: HIPERCOR

Descrição: Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa

Estado:

Cidade:

Endereço:

PE

Recife

R VINTE E UM DE ABRIL, 435

Telefone:

Email:

(81) 8761-7449

diegotlavirusmi@hotmail.com

36.435.916/0001-11

VALE COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA

R\$ 470,00

Marca: KOKAR

Fabricante: KOKAR

Modelo: TINTA

Descrição: Tinta - Finalidade: uso geral; Categoria: resina acrílica; Composição: à base de resina acrílica, com antimofa, antiespumante, conservante e agentes de proteção; Cor: branco gelo; Tipo: premium; Acabamento: acetinado.

Estado:

Cidade:

Endereço:

TO

Palmas

Q 102 NORTE AVENIDA NS 2, SN

Telefone:

Email:

(63) 3215-5144

contato@triangulocontabilidade.com.br

52.110.281/0001-39

ALAGOANNA COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUCAO LTDA

R\$ 500,00

VENCEDOR

Marca: OZZ TINTAS

Fabricante: OZZ TINTAS

Modelo: OZZ TINTAS

Descrição: Tinta - Finalidade: uso geral; Categoria: resina acrílica; Composição: à base de resina acrílica, com antimofa, antiespumante, conservante e agentes de proteção; Cor: branco gelo; Tipo: premium; Acabamento: acetinado.

Endereço:

,

42.153.938/0001-91

C. V. MATIAS LTDA

R\$ 500,00

Marca: POLINIL

Fabricante: POLINIL

Modelo: TINTA

Descrição: Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa

Endereço:

,

13.128.777/0001-88

PREMOLD COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI

R\$ 500,00

Marca: kokar

Fabricante: kokar

Modelo: acetinado

Descrição: Tinta - Finalidade: uso geral; Categoria: resina acrílica; Composição: à base de resina acrílica, com antimofa, antiespumante, conservante e agentes de proteção; Cor: branco gelo; Tipo: premium; Acabamento: acetinado

Estado:

Cidade:

Endereço:

TO

Palmas

Q 712 SUL ALAMEDA 2 QI 01, SN

Telefone:

Email:

(63) 3214-7220

perfilcontab@hotmail.com

49.686.829/0001-89

MF EMPREENDIMENTOS LTDA

R\$ 590,00

Marca: MAZA

Fabricante: MAZA

Modelo: ACRÍLICO PREMIUM TOTAL PROTECT

Descrição: Tinta - Finalidade: uso geral; Categoria: resina acrílica; Composição: à base de resina acrílica, com antimofa, antiespumante, conservante e agentes de proteção; Cor: branco gelo; Tipo: premium; Acabamento: acetinado.

Endereço:

,

50.939.843/0001-26

CM DISTRIBUIDORA LTDA

R\$ 615,06

Marca: Leinertex

Fabricante: Leinertex

Modelo: Leinertex

Descrição: Leinertex

Endereço:

,

Relatório gerado no dia 18/04/2024 15:40:13 (IP: 138.97.134.26)
Código Validação: aOF9BkPnuDwJDIOInC6gcP%2bU28D1OgoCgJO3tkc4rQqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=aOF9BkPnuDwJDIOInC6gcP%252bU28D1OgoCgJO3tkc4rQqHU8nPtm6WA%253d%253d>

28 / 45

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
51.997.965/0001-31	SSP COMERCIAL DIAMANTE LTDA	R\$ 665,78
Marca: DECORACOR Fabricante: DECORACOR Modelo: Tinta acrílica 18L Descrição: Tinta acrílica - Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa - MARCA: DECORACOR Endereço: .		
51.951.885/0001-45	R5 COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	R\$ 700,00
Marca: MAXVINIL Fabricante: MAXVINIL Modelo: LT Descrição: conforme especificação do edital Endereço: .		
16.889.292/0001-03	APOLL COMERCIO DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI	R\$ 797,50
Marca: Universo Premium Fabricante: Tintas Universo Modelo: Tinta acabamento acetinado premium Descrição: Tinta acrílica - Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email: SP Franca R FRANCISCO BARBOSA, 1367 (16) 3026-1246 apoll.franca@hotmail.com		
07.708.861/0001-78	UNIVERSO COMERCIAL PALMAS EIRELI	R\$ 1.053,50
Marca: MAZA Fabricante: MAZA Modelo: ACRÍLICO PREMIUM BRANCO 18 LITROS Descrição: Tinta - Finalidade: uso geral; Categoria: resina acrílica; Composição: à base de resina acrílica, com antimofo, antiespumante, conservante e agentes de proteção; Cor: branco gelo; Tipo: premium; Acabamento: acetinado. Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email: TO Palmas Q 103 NORTE (ACNO 11) AVENIDA LO 04, SN (63) 3322-3302 universocomercialpalmas@gmail.com		
51.890.698/0001-07	ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA	R\$ 1.500,00
Marca: REVETEX Fabricante: REVETEX Modelo: REVETEX Descrição: Tinta acrílica - Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa Endereço: .		
20.063.556/0001-34	AUTOLUK - COMERCIO DE PNEUMATICOS E PECAS LTDA	R\$ 2.000,00
Marca: REVETEX Fabricante: REVETEX Modelo: REVETEX Descrição: Tinta acrílica - Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa Estado: Cidade: Endereço: Telefone: Email: PR Curitiba R HEITOR DE ANDRADE, 865 (41) 3277-2376 rempel@uol.com.br		
52.627.084/0001-91	INTEGRA TECH SOLUCOES LTDA	R\$ 2.580,00
Marca: SHERWIN WILLIAMS Fabricante: SHERWIN WILLIAMS Modelo: SHERWIN WILLIAMS Descrição: Tinta Acrílica Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Cor: Gelo , Tipo Acabamento: Semi-Brilho , Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa Endereço: .		



Item 9: TINTA LATEX ACRILICO.

Preço Estimado: R\$ 171,49 (un)Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 171,49

Quantidade	Descrição	Observação
20 Latas	1ª LINHA LT 3,6L - LT	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas IniciaisR\$ 145,49

Órgão:	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL	Data:	01/02/2024 00:00
Objeto:	Aquisição de materiais comuns para a execução de manutenção preditiva, preventiva e corretiva no edificio sede da Superintendência Regional da Policia Federal no Pará.	Modalidade:	Dispensa de Licitação
Descrição:	TINTA ACRÍLICA - TINTA ACRÍLICA, COMPONENTES LATEX, ÁGUA, RESINA E PIGMENTOS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, COR GELO, TIPO ACABAMENTO SEMI-BRILHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS APLICAÇÃO INTERNA/EXTERNA	SRP:	NÃO
CatMat:	601008 - Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos Aspecto Físico: Líquido Viscoso Cor: Gelo Tipo Acabamento: Semi-Brilho Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa	Identificação:	Dispensa de Licitação Nº 90002/2024 / UASG: 200386
		Lote/Item:	2/1
		Ata:	N/A
		Fonte:	www.comprasgovernamentais.gov.br
		Quantidade:	50
		Unidade:	Balde 20,00 L
		UF:	PA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
48.920.400/0001-41	48.920.400 JUAN PABLO SILVA DE QUEIROZ	R\$ 145,49
VENCEDOR		
Marca: LUZTOL		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: TINTA ACRÍLICA, COMPONENTES LATEX, ÁGUA, RESINA E PIGMENTOS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, COR GELO, TIPO ACABAMENTO SEMI-BRILHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS APLICAÇÃO INTERNA/EXTERNA		
Endereço:		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas IniciaisR\$ 199,90

Órgão:	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO SEDE SUREG	Data:	01/02/2024 00:00
Objeto:	Contratação de empresa especializada em comercialização de produtos específicos para pintura de superfícies de alvenaria, com objetivo de realização de pintura externa e internas das paredes de alvenaria que compõem as dependências do escritório da UA Campina Grande, promovendo manutenção corretiva e preventiva.	Modalidade:	Dispensa de Licitação
Descrição:	TINTA ACRÍLICA - TINTA ACRÍLICA, COMPONENTES LATEX, ÁGUA, RESINA E PIGMENTOS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, COR GELO, TIPO ACABAMENTO SEMI-BRILHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS APLICAÇÃO INTERNA/EXTERNA	SRP:	NÃO
CatMat:	601008 - Componentes: Latex, Água, Resina E Pigmentos Aspecto Físico: Líquido Viscoso Cor: Gelo Tipo Acabamento: Semi-Brilho Características Adicionais: Aplicação Interna/Externa	Identificação:	Dispensa de Licitação Nº 90002/2024 / UASG: 135476
		Lote/Item:	1/1
		Ata:	N/A
		Fonte:	www.comprasgovernamentais.gov.br
		Quantidade:	3
		Unidade:	Balde 18,00 L
		UF:	PB

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
24.285.371/0001-25	MARCOS ANTONIO GARCIA	R\$ 199,90
VENCEDOR		
Marca: CORALAR		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: TINTA ACRÍLICA, COMPONENTES LATEX, ÁGUA, RESINA E PIGMENTOS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, COR GELO, TIPO ACABAMENTO SEMI-BRILHO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS APLICAÇÃO INTERNA/EXTERNA		
Endereço:		



Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Iniciais

R\$ 171,49

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA	Data: 10/01/2024 08:30
Comando do Exército	Modalidade: Pregão Eletrônico
Comando Militar do Leste	SRP: SIM
1ª Região Militar	Identificação: N°Pregão:352023 / UASG:160298
Objeto: Aquisição de Materiais de Elétrica - 2º CTA..	Lote/Item: 53
Descrição: Tinta Pintura Predial - Tinta Pintura Predial Composição Básica: Água, Pigmentos Ativos E Inertes, Coalecentes , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Tipo Acabamento: Fosco Aveludado , Cor: Azul Del Rey , Características Adicionais: Latex	Ata: Link Ata
CatMat: 600895 - Composição Básica: Água, Pigmentos Ativos E Inertes, Coalecentes Aspecto Físico: Líquido Viscoso Tipo Acabamento: Fosco Aveludado Cor: Azul Del Rey Características Adicionais: Latex	Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
	Quantidade: 30
	Unidade: Lata 18,00 L
	UF: RJ

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
16.889.292/0001-03	APOLL COMERCIO DE MOVEIS E MATERIAIS PARA CONSTRUCAO EIRELI	R\$ 149,60

Marcu: Maza				
Fabricante: Maza				
Modelo: Selador acrílico				
Descrição: Tinta Pintura Predial - Tinta Pintura Predial Composição Básica: Água, Pigmentos Ativos E Inertes, Coalecentes , Aspecto Físico: Líquido Viscoso , Tipo Acabamento: Fosco Aveludado , Cor: Azul Del Rey , Características Adicionais: Latex				
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	Franca	R FRANCISCO BARBOSA, 1367	(16) 3026-1246	apoll.franca@hotmail.com

33.404.351/0001-17	LUZITANO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 171,00
--------------------	---------------------------------------	------------

Marca: HYDRONORTH			
Fabricante: HYDRONORTH			
Modelo: LATA 18L			
Descrição: Selador acrílico para exterior. Deverá ter rendimento de até 120 m2/demão;deverá ter 18 litros;deverá ter tempo de secagem ao toque de até 2 horas e final de até 6 horas. CTF 15-10: fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes.			
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
RJ	Rio de Janeiro	AV VICENTE DE CARVALHO, 509	(21) 3391-0090

40.760.138/0001-03	MB TINTAS LTDA	R\$ 171,40
--------------------	----------------	------------

Marcu: SULAN	
Fabricante: SINTEPLAST	
Modelo: SELADOR ACRÍLICO PREMIUM - BALDE 18L	
Descrição: Selador acrílico para exterior SULAN. Deverá ter rendimento de até 120 m2/demão; deverá ter 18 litros; deverá ter tempo de secagem ao toque de até 2 horas e final de até 6 horas.	
Endereço:	
.	

46.920.049/0001-63	A R 7 SOLUCOES LTDA	R\$ 171,48
VENCEDOR		

Marca: HEXABRAS					
Fabricante: COMBRATIN					
Modelo: SELAPLUS					
Descrição: TINTA PINTURA PREDIAL, COMPOSIÇÃO BASICA ÁGUA, PIGMENTOS ATIVOS E INERTES, COALESCENTES, ASPECTO FISICO LÍQUIDO VISCOSO, TIPO ACABAMENTO FOSCO AVELUDADO, COR AZUL DEL REY, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LATEX					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	R DA CRECHE, 27	Deniz	(21) 99125-2616	ar7.solucoes@gmail.com

31.952.323/0001-09	VI MERCADORIAS E SERVICOS EM GERAL LTDA	R\$ 171,49
--------------------	---	------------

Marcu: EXTRACRILL	
Fabricante: EXTRACRILL	
Modelo: EXTRACRILL	
Descrição: Selador acrílico para exterior.Deverá ter rendimento de até 120 m2/demão;deverá ter 18 litros;deverá ter tempo de secagem ao toque de até 2 horas e final de até 6 horas. CTF 15 1310: fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes. Pagamento, Prazos de Entrega, Garantia e Validade do Item: tudo em conformidade com o Edital e seus anexos. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias após a data de sua apresentação.	
Endereço:	
.	



CNPJ31.206.714/0001-84Razão Social do FornecedorQLUZ MATERIAL ELETRICO, HIDRAULICO E BAZAR LTDAValor da Proposta InicialR\$ 171,49

Marca: Resicolor
Fabricante: Resicolor
Modelo: acrílico
Descrição: Alvenaria. Complementos Rendimento: Sobre Reboco: Balde 18L: até 175m²/demão Galão 3,6L: até 35m²/demão Sobre Bloco: Balde 18L: até 125m²/demão. Galão 3,6L: até 25m²/demão. Obs.: Rendimento teórico, variável conforme substrato, métodos e técnicas de aplicação. Selador Acrílico é um fundo de cor branca, que uniformiza diversos tipos de superfícies de alvenaria. Indicado como primeira demão em superfícies novas - não pintadas - proporcionando maior rendimento do acabamento devido a sua característica de reduzir a absorção da parede. Produto classificado conforme ABNT NBR 11.702:2019 Tipo 4.1.2.5

Endereço:

30.737.096/0001-36JTA ASSESSORIA E MATERIAIS LTDAValor da Proposta InicialR\$ 171,49

Marca: SULAN/SINTEPLAST
Fabricante: SULAN/SINTEPLAST
Modelo: SULAN/SINTEPLAST
Descrição: TINTA PINTURA PREDIAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA ÁGUA, PIGMENTOS ATIVOS E INERTES, COALECENTES, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO VISCOSO, TIPO ACABAMENTO FOSCO AVELUDADO, COR AZUL DEL REY, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS LATEX

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	R MAPENDI, 00550	Andre	(21) 3586-9968	jtaassessoria@outlook.com

20.010.599/0001-51SOMARK DISTRIBUIDORA DE PECAS E SERVICOS DE MANUTENCAO EIRELIValor da Proposta InicialR\$ 200,00

Marca: IRAJÁ
Fabricante: IRAJÁ TINTAS
Modelo: SELADOR ACRÍLICO
Descrição: Selador acrílico para exterior. Deverá ter rendimento de até 120 m2/demão; deverá ter 18 litros; deverá ter tempo de secagem ao toque de até 2 horas e final de até 6 horas. CTF 15-10: fabricação de tintas, esmaltes, lacas, vernizes, impermeabilizantes, solventes e secantes.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	São Paulo	RUA GUIMARAES PASSOS, 82	ANA	(11) 5023-0084	comercial@somark.com.br

Item 10: TUBO PVC SOLDÁVEL.

Preço Estimado: R\$ 156,27 (un)Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 156,27

Quantidade	Descrição	Observação
50 Barras	P/ HIDRAULICA, MARRON 60MM X 6M. - BAR.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas IniciaisR\$ 168,81

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando da Aeronáutica
BASE AÉREA DE SANTA MARIA

Objeto: Aquisição de Materiais de Consumo de Pintura e Hidráulica.
Descrição: Tubo Hidráulico - Material: Pvc, Diâmetro: 60 MM,
CatMat: 481325 - TUBO HIDRÁULICO

Data: 17/01/2024 13:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:592023 / UASG:120643
Lote/Item: /56
Ata: [Link Ata](#)
Adjudicação: 12/03/2024 14:46
Homologação: 12/03/2024 16:03
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 4
Unidade: Tubo 6,00 M
UF: RS



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
90.371.246/0001-62	BONFILIO ALI & CIA LTDA	R\$ 132,67
VENCEDOR		

Marca: TUBOZAN
Fabricante: TUBOZAN
Modelo: TUBOZAN
Descrição: Tubo PVC rígido hidráulico marrom diametro nominal 50mm, pressão:7,50 KGF/CM2 A 20°C, material fornecido em barra de 6 metros com bolsa em uma extremidade.

Endereço:

.

40.044.357/0001-96	CJC COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS LTDA	R\$ 168,81
--------------------	---	------------

Marca: KRONA
Fabricante: KRONA
Modelo: 0028
Descrição: Tubo Hidráulico - Material: Pvc, Diâmetro: 60 MM,

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
RS	Gramado	AV PRIMEIRO DE MAIO, 2221	(54) 9251-0893

23.334.784/0001-90	DR ROCHA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI	R\$ 300,00
--------------------	---	------------

Marca: plastilit
Fabricante: plastilit
Modelo: plastilit
Descrição: Tubo PVC rígido hidráulico marrom diâmetro nominal 60mm, pressão:7,50 KGF/CM2 A 20°C, material fornecido em barra de 6 metros com bolsa em uma extremidade

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RS	Porto Alegre	R CARLOS BELINZONI, 30	GUSTAVO	(51) 3061-9450	licitacoesgustavozortea@hotmail.com

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Iniciais	R\$ 156,27
--	------------

Órgão: MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA DISTRITO SANITARIO ESPECIAL INDIGENA JAVARI	Data: 26/12/2023 11:00 Modalidade: Pregão Eletrônico SRP: SIM Identificação: N°Pregão:232023 / UASG:257026 Lote/Item: 5/146 Ata: Link Ata Adjudicação: 02/01/2024 18:16 Homologação: 09/01/2024 11:13 Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br Quantidade: 7 Unidade: Unidade UF: AM
Objeto: Aquisição de insumos e equipamentos necessários à Manutenção e Ampliação de 06 (seis) Sistemas e a Implantação de 06 (seis) Sistemas de Abastecimento de Água nas aldeias de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari DSEI/VAJ..	
Descrição: Tubo hidráulico - Tubo Hidráulico Material: Pvc , Diâmetro: 60 M	
CatMat: 481325 - TUBO HIDRÁULICO	

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
04.214.268/0001-87	MARTINS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R\$ 156,00

Marca: nortplast
Fabricante: nortplast
Modelo: tubo
Descrição: TUBO HIDRÁULICO, MATERIAL:PVC, DIÂMETRO:60 MM 6m

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
AM	Tabatinga	AV AMIZADE, 1116	João Gualberto C. Martins	(92) 8127-2573	casamartins@hotmail.com

03.499.782/0001-43	D. R. MORENO	R\$ 156,27
--------------------	--------------	------------

Marca: TIGRE
Fabricante: TIGRE BRASIL
Modelo: TUBO HIDRÁULICO, DIÂMETRO: 60 MM
Descrição: TUBO HIDRÁULICO, MATERIAL: PVC, DIÂMETRO: 60 MM

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
AM	Tabatinga	R VELHA, SN	Cleia	(97) 9169-1515/ (97) 3412-2996	nunesmateriaisdeconstrucao@hotmail.com



CNPJRazão Social do FornecedorValor da Proposta Inicial

05.481.242/0001-68JOSE CARLOS GOMES DA COSTA

VENCEDOR

RS 156,27

Marca: AMANCO
Fabricante: AMANCO
Modelo: NACIONAL
Descrição: Tubo Hidráulico Material: Pvc , Diâmetro: 60 M

Estado:Cidade:Endereço:Telefone:

AMBenjamin ConstantAV CASTELO BRANCO, 173(92) 3232-0114

29.216.954/0001-18SOLUCOES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI

RS 1.000,00

Marca: TUBO HIDRÁULICO
Fabricante: TUBO HIDRÁULICO
Modelo: TUBO HIDRÁULICO
Descrição: TUBO HIDRÁULICO, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 60 MM

Estado:Cidade:Endereço:Telefone:Email:

ROPorto VelhoR MIGUEL CALMON, 3905(69) 3301-5863solucoesnorte@solucoesnorte.com.br

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Iniciais

RS 156,27

Órgão: MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDIGENA JAVARI

Data: 26/12/2023 11:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: N°Pregão:232023 - UASG:257026
Lote/Item: 4/93
Ata: [Link Ata](#)
Adjudicação: 02/01/2024 18:14
Homologação: 09/01/2024 11:12
Fonte: [www.comprasgovernamentais.gov.br](#)
Quantidade: 233
Unidade: Unidade
UF: AM

Objeto: Aquisição de insumos e equipamentos necessários à Manutenção e Ampliação de 06 (seis) Sistemas e a Implantação de 06 (seis) Sistemas de Abastecimento de Água nas aldeias de abrangência do Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari DSEI VAJ..

Descrição: Tubo hidraulico - Tubo Hidraulico Material: Pvc , Diâmetro: 60 M
CatMat: 481325 - TUBO HIDRÁULICO

CNPJRazão Social do FornecedorValor da Proposta Inicial

04.214.268/0001-87MARTINS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

RS 156,00

Marca: NORTPLAST
Fabricante: NORTPLAST
Modelo: TUBO
Descrição: TUBO HIDRÁULICO, MATERIAL:PVC, DIÂMETRO:60 MM 6m

Estado:Cidade:Endereço:Nome de Contato:Telefone:Email:

AMTabatingaAV AMILADE, 1116João Gualberto C. Martins(92) 8127-2573casamartins@hotmail.com

03.499.782/0001-43D. R. MORENO

RS 156,27

Marca: TIGRE
Fabricante: TIGRE
Modelo: TUBO HIDRÁULICO 60MM
Descrição: TUBO HIDRÁULICO, MATERIAL: PVC, DIÂMETRO: 60 MM

Estado:Cidade:Endereço:Nome de Contato:Telefone:Email:

AMTabatingaR VELHA, SNCleia(97) 9169-1515/ (97) 3412-2996nunesmateriaisdeconstrucao@hotmail.com

05.481.242/0001-68JOSE CARLOS GOMES DA COSTA

VENCEDOR

RS 156,27

Marca: AMANCO
Fabricante: AMANCO
Modelo: NACIONAL
Descrição: Tubo Hidráulico Material: Pvc , Diâmetro: 60 M

Estado:Cidade:Endereço:Telefone:

AMBenjamin ConstantAV CASTELO BRANCO, 173(92) 3232-0114



CNPJ	Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Inicial
29.216.954/0001-18	SOLUCOES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI			R\$ 1.000,00
Marca: TUBO HIDRÁULICO				
Fabricante: TUBO HIDRÁULICO				
Modelo: TUBO HIDRÁULICO				
Descrição: TUBO HIDRÁULICO, MATERIAL PVC, DIÂMETRO 60 MM				
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
RO	Porto Velho	R MIGUEL CALMON, 3905	(69) 3301-5863	solucoesnorte@solucoesnorte.com.br

Item 11: VIGA DE MADEIRA.

Preço Estimado: R\$ 191,82 (un)

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 191,82

Quantidade	Descrição	Observação
20 Unidades	9CM X 5CM. - UNID.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Iniciais		R\$ 191,82
Órgão: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		Data: 18/01/2024 10:00
Casa da Moeda do Brasil		Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Aquisição de Paletes de Madeira para atender as demandas de produção de Cédulas, Moedas e Serviços operacionais do Almoxarifado Central, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos..		SRP: NÃO
Descrição: Paleta - Paleta Material: Madeira , Tipo Madeira: Lei , Comprimento: 1.200 MM, Largura: 1.000 MM, Comprimento Espaço Vigas: 382,50 MM, Tipo: Pbr , Quantidade Entradas: 4 U		Identificação: N°Pregão:1292023 / UASG:179083
		Lote/Item: /2
		Ata: Link Ata
		Adjudicação: 21/02/2024 10:36
		Homologação: 26/02/2024 14:52
		Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
		Quantidade: 6.900
		Unidade: Unidade
		UF: RJ

CNPJ	Razão Social do Fornecedor		Valor da Proposta Inicial
28.389.135/0001-00	JLA COMERCIO DE MADEIRAS E PALLETS EIRELI		R\$ 44,00
VENCEDOR			
Marca: jla			
Fabricante: jla			
Modelo: 2024/2024			
Descrição: Paleta p/ caixa moeda medindo 1130x730x143 conf.desenho nºDI/MO-067-08			
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
RJ	Rio de Janeiro	RUA TOMAZ GONZAGA, 00041	(21) 2672-1100

50.709.371/0001-15	LG LOGISTICA E PRODUTOS FLORESTAIS LTDA	R\$ 69,80
Marca: LG Pallets		
Fabricante: LG Logística e Produtos Florestais LTDA		
Modelo: Paleta		
Descrição: Paleta caixas de moedas		
Endereço:		
.		

35.945.112/0001-08	R & M COMERCIO E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA	R\$ 77,99
Marca: LOGICAL		
Fabricante: LOGICAL		
Modelo: .		
Descrição: PALETE CAIXAS MOEDAS - DES DT0573; DIMENSÕES 1130X730X143 MM. EM EUCALIPTO; ALTURA DOS BLOCOS 80MM; ESPESSURA DE TRAVESSAS/TABUAS 21MM; FIXADO COM PREGOS HELICODAIS; UMIDADE INFERIOR A 20%; TRATAMENTO FUNGICIDA E CUPINICIDA; APRESENTAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA ATIVIDADE E CERTIFICADO DA ORIGEM DA MADEIRA.		
Endereço:		
.		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial			
49.996.003/0001-16	QKZ COMERCIAL LTDA	R\$ 79,02			
Marca: LOGISCAL Fabricante: LOGISCAL Modelo: IMENSÕES 1130 X 730 X 143 MM Descrição: PALETE CAIXAS MOEDAS - DES. DT-0573; NAS DIMENSÕES 1130 X 730 X 143 MM; EM EUCALIPTO; ALTURA DOS BLOCOS 80MM; ESPESSURA DE TRAVESSAS/TABUAS 21MM; FIXADO COM PREGOS HELICOIDAIS; UMIDADE INFERIOR A 20%; TRATAMENTO FUNGICIDA E CUPINICIDA; A SOMA DOS DIAMETROS DOS NOS NAO DEVERA ULTRAPASSAR 2/3 DA LARGURA; NAO DEVERA CONTER RACHADURAS; TABUAS CHANFRADAS A 45° ONDE INDICADO; O FORNECEDOR DEVERA APRESENTAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA ATIVIDADE E O CERTIFICADO DE ORIGEM DA MADEIRA; INSPECAO DE QUALIDADE					
Endereço: .					
40.939.296/0001-25	VB INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA	R\$ 123,63			
Marca: VB Fabricante: VB INDUSTRIA Modelo: VB Descrição: PALETE CAIXAS MOEDAS - DES. DT-0573; NAS DIMENSÕES 1130 X 730 X 143 MM; EM EUCALIPTO; ALTURA DOS BLOCOS 80MM; ESPESSURA DE TRAVESSAS/TABUAS 21MM; FIXADO COM PREGOS HELICOIDAIS; UMIDADE INFERIOR A 20%; TRATAMENTO FUNGICIDA E CUPINICIDA; A SOMA DOS DIAMETROS DOS NOS NAO DEVERA ULTRAPASSAR 2/3 DA LARGURA; NAO DEVERA CONTER RACHADURAS; TABUAS CHANFRADAS A 45° ONDE INDICADO; O FORNECEDOR DEVERA APRESENTAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA ATIVIDADE E O CERTIFICADO DE ORIGEM DA MADEIRA; INSPECAO DE QUALIDADE					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:	
SP	Mogi Mirim	R IGNACIO PRETO DE MORAES BANDEIRANTE, 76	(11) 5539-3535	legal@topcont.com.br	
46.273.984/0001-85	ELDORADO 2022 COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 260,00			
Marca: LOGISCAL Fabricante: LOGISCAL Modelo: PALETE Descrição: PALETE CAIXAS MOEDAS - DES. DT-0573; NAS DIMENSÕES 1130 X 730 X 143 MM; EM EUCALIPTO; ALTURA DOS BLOCOS 80MM; ESPESSURA DE TRAVESSAS/TABUAS 21MM; FIXADO COM PREGOS HELICOIDAIS; UMIDADE INFERIOR A 20%; TRATAMENTO FUNGICIDA E CUPINICIDA; A SOMA DOS DIAMETROS DOS NOS NAO DEVERA ULTRAPASSAR 2/3 DA LARGURA; NAO DEVERA CONTER RACHADURAS; TABUAS CHANFRADAS A 45° ONDE INDICADO; O FORNECEDOR DEVERA APRESENTAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA ATIVIDADE E O CERTIFICADO DE ORIGEM DA MADEIRA; INSPECAO DE QUALIDADE.					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	EST DO MONTEIRO, 01380	Juliana	(21) 98350-2962	eldoradolicitacoes@gmail.com
27.707.061/0001-40	G-RIO COMERCIO E SERVICOS EIRELI	R\$ 285,00			
Marca: RIO TREVISAN Fabricante: RIO TREVISAN Modelo: DT - 0573 Descrição: PALETE CAIXAS MOEDAS - DES. DT 0573; NAS DIMENSÕES 1130 X 730 X 143 MM; EM EUCALIPTO; ALTURA DOS BLOCOS 80MM; ESPESSURA DE TRAVESSAS/TABUAS 21MM; FIXADO COM PREGOS HELICOIDAIS; UMIDADE INFERIOR A 20%; TRATAMENTO FUNGICIDA E CUPINICIDA; A SOMA DOS DIAMETROS DOS NOS NAO DEVERA ULTRAPASSAR 2/3 DA LARGURA; NAO DEVERA CONTER RACHADURAS; TABUAS CHANFRADAS A 45° ONDE INDICADO; O FORNECEDOR DEVERA APRESENTAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA ATIVIDADE E O CERTIFICADO DE ORIGEM DA MADEIRA; INSPECAO DE QUALIDADE.					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	Rio de Janeiro	R JOAO SILVA. 00027	GISELE	(21) 4126-3906	gnocomercio@hotmail.com
37.486.551/0001-17	MENCHINI CONTINENTAL LTDA	R\$ 1.000,00			
Marca: m.c Fabricante: m.c Modelo: m.c Descrição: PALETE CAIXAS MOEDAS - DES. DT 0573; NAS DIMENSÕES 1130 X 730 X 143 MM; EM EUCALIPTO; ALTURA DOS BLOCOS 80MM; ESPESSURA DE TRAVESSAS/TABUAS 21MM; FIXADO COM PREGOS HELICOIDAIS; UMIDADE INFERIOR A 20%; TRATAMENTO FUNGICIDA E CUPINICIDA; A SOMA DOS DIAMETROS DOS NOS NAO DEVERA ULTRAPASSAR 2/3 DA LARGURA; NAO DEVERA CONTER RACHADURAS; TABUAS CHANFRADAS A 45° ONDE INDICADO; O FORNECEDOR DEVERA APRESENTAR O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA ATIVIDADE E O CERTIFICADO DE ORIGEM DA MADEIRA; INSPECAO DE QUALIDADE.					
Endereço: .					
34.290.686/0001-14	ULISSES GUIMARAES ANACLETO LOJA DE VARIEDADES	R\$ 2.000,00			
Marca: imp Fabricante: imp Modelo: madeira Descrição: PALETE, MATERIAL MADEIRA, TIPO MADEIRA LEL, COMPRIMENTO 1.200 MM, LARGURA 1.000 MM, COMPRIMENTO ESPAÇO VIGAS 382,50 MM, TIPO PBR, QUANTIDADE ENTRADAS 4 UN					
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
MG	Juiz de Fora	R DOUTOR SEBASTIAO DE ANDRADE, 987	ULISSES	(32) 8817-5337	horus_prataria@yahoo.com.br



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
51.835.693/0001-73	51.835.693 ODAILSON NOGUEIRA DOS SANTOS	RS 15.000,00
Marca: EVOLUSOM Fabricante: EVOLUSOM Modelo: C.EDITAI Descrição: PALETE, MATERIAL MADEIRA, TIPO MADEIRA LEI, COMPRIMENTO 1.200 MM, LARGURA 1.000 MM, COMPRIMENTO ESPAÇO VIGAS 362,50 MM, TIPO PBR, QUANTIDADE ENTRADAS 4 UN Endereço: .		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Iniciais		RS 184,00
Órgão: COMANDO DA MARINHA SERVICO DE SINALIZACAO NAUTICA DO SUL/RS Objeto: O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, por dispensa de licitação, de Madeirapara reparo dos telhados dos paióis e casus dos faróis subordinados ao Serviço de Sinalização Náutica do Sul. Descrição: MADEIRA CONSTRUÇÃO - MADEIRA CONSTRUÇÃO, TIPO MADEIRA MAÇARANDUBA, FORMATO VIGA, COMPRIMENTO 6 M,LARGURA 11 CM, ESPESSURA 6 CM, APLICAÇÃO TELHADO CatMat: 299561 - MADEIRA CONSTRUÇÃO		Data: 01/11/2023 00:00 Modalidade: Dispensa de Licitação SRP: NÃO Identificação: Dispensa de Licitação Nº 108/2023 / UASG: 785510 Lote/Item: 2/1 Ata: N/A Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br Quantidade: 34 Unidade: Unidade UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
48.241.204/0001-40	EQUIPAT - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ELETRICOS E ELETRONICOS LTDA	RS 184,00
VENCEDOR Marca: MADEFAZ Fabricante: Fabricante não informado Descrição: MADEIRA CONSTRUÇÃO, TIPO MADEIRA MAÇARANDUBA, FORMATO VIGA, COMPRIMENTO 6 M,LARGURA 11 CM, ESPESSURA 6 CM, APLICAÇÃO TELHADO Endereço: .		

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Iniciais		RS 194,43
Órgão: MUNICIPIO DE IVATE Objeto: Registro de Preços de aquisição de madeira de lei do tipo garapeira, observando sua procedência sustentável, qualidade e durabilidade. Descrição: VIGA DE MADEIRA GARAPEIRA, APARELHADA, 5X15CM (ESPESSURA X LARGURA), COM COMPRIMENTO MINIMO DE 3 METROS (exclusivo ME/EPP ? Lei 123/06 art. 48, I). - VIGA DE MADEIRA GARAPEIRA, APARELHADA, 5X15CM (ESPESSURA X LARGURA), COM COMPRIMENTO MINIMO DE 3 METROS (exclusivo ME/EPP ? Lei 123/06 art. 48, I).		Data: 19/03/2024 09:00 Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO SRP: SIM Identificação: 001-2024-IVATÉ-PR Lote/Item: 1/ Ata: Link Ata Fonte: https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1 Quantidade: 240 Unidade: UNIDADES UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
79.550.778/0001-24	N. C. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.	RS 194,43
VENCEDOR Marca: Marca não informada Fabricante: Fabricante não informado Descrição: Descrição não informada Endereço: .		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
49.647.713/0001-30	FECHA HOJE DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 194,43
Marca: Marca não informada		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: Descrição não informada		
Endereço:		

Item 12: SARRAFO.

Preço Estimado: R\$ 21,30 (un)

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 21,30

Quantidade	Descrição	Observação
30 Unidades	1,5 X 2,00 CM X 2,00M. - UNID.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Iniciais

R\$ 17,81

Órgão: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Data: 24/01/2024 09:00
Prefeitura Municipal de Jacareí	Modalidade: Pregão Eletrônico
Objeto: Registro de preços para fornecimento de Madeiras Grupo 02, de acordo com as quantidades e especificações constantes no termo de referência - anexo I.	SRP: SIM
Descrição: Sarrafo - Sarrafo Material: Angelim, Aplicação: Construção Civil, Largura: 10 CM, Comprimento: 6 M, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Sem Tratamento	Identificação: N°Pregão:2482023 / UASG:986589
CatMat: 480874 - SARRAFO	Lote/Item: /4
	Ata: Link Ata
	Adjudicação: 29/01/2024 11:46
	Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
	Quantidade: 4.500
	Unidade: Metro
	UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
35.874.560/0001-50	GARANT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	R\$ 13,21
Marca: madeira		
Fabricante: madeira		
Modelo: idem descrição do material		
Descrição: SARRAFO, conforme Termo de Referência -- Anexo 1 AMPLA		

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	Guaratinguetá	R DOUTOR CASTRO SANTOS, 514	(12) 3132-7171	rh@garant.com.br

52.515.543/0001-45	52.515.543 MARIA DE LOURDES LIMA ALMANZA	R\$ 17,60
Marca: CASA DA MADEIRA		
Fabricante: CASA DA MADEIRA		
Modelo: SARRAFO ANGELIM		
Descrição: SARRAFO, MATERIAL ANGELIM, LARGURA 10 CM, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, COMPRIMENTO 6 M, ESPESSURA 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM TRATAMENTO		

Endereço:

18.408.522/0001-92	RCL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E SERVICOS EIRELI	R\$ 17,80
Marca: CEDRINHO		
Fabricante: PROPRIO		
Modelo: SARRAFO		
Descrição: SARRAFO, MATERIAL ANGELIM, LARGURA 10 CM, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, COMPRIMENTO 6 M, ESPESSURA 2 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM TRATAMENTO		

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
GO	Aparecida de Goiânia	AV CARAIBAS, S/N	JEFFERSON VITOR CARDOSO	(62) 8405-5906	rel.licitacao@gmail.com



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
14.139.819/0001-49	ACAPU COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI	R\$ 17,80

Marca: ACP
Fabricante: ACP
Modelo: ACP
Descrição: Sarrafo Material: Angelim , Aplicação: Construção Civil , Largura: 10 CM, Comprimento: 6 M, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Sem Tratamento

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Peruibe	AV TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 700	Carlos	(11) 99173-4401	acapumadeiras@gmail.com

20.991.432/0001-19	L CARVALHO COMERCIO E SERVICOS EIRELI	R\$ 17,80
--------------------	---------------------------------------	-----------

Marca: Campeão
Fabricante: Campeão
Modelo: SARRAFO
Descrição: SARRAFO

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PA	Belém	AV ALCINDO CACELA, 1264	LEONARDO CARVALHO E MOTA	(91) 3086-8668	cotacaobel@gmail.com

37.984.422/0001-59	MADWORK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	R\$ 17,81
VENCEDOR		

Marca: NATIVA
Fabricante: NATIVA
Modelo: SARRAFO
Descrição: SARRAFO 15CM CEDRINHO

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Jandira	RUA FRANCISCO JOSE LONGO, 677	Tiago	(11) 4142-3789	licitacao@madwork.com.br

46.014.745/0001-00	CLEITON SANTOS ROCHA 47843938893	R\$ 17,81
--------------------	----------------------------------	-----------

Marca: PINUS
Fabricante: PINUS
Modelo: SARRAFO DE 15CM
Descrição: SARRAFO, conforme Termo de Referência -- Anexo I AMPLA

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	Itapevi	V CERBEIRAS, 430	(11) 9885-2188	csr.24531@gmail.com

35.072.779/0001-35	M G ALVARENGA LTDA	R\$ 17,81
--------------------	--------------------	-----------

Marca: Mad. Catarinense
Fabricante: Mad. Catarinense
Modelo: -
Descrição: SARRAFO 15 CM CEDRINHO

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MG	Uberlândia	AV SOLIDARIEDADE, 1750	(34) 3083-3300	mgalvarenga2019@gmail.com

29.393.187/0001-12	Carolina Marie Silveira	R\$ 17,81
--------------------	-------------------------	-----------

Marca: MARGIL
Fabricante: MARGIL
Modelo: SARRAFO 10 X 6 X 2
Descrição: Sarrafo Material: Angelim , Aplicação: Construção Civil , Largura: 10 CM, Comprimento: 6 M, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Sem Tratamento

Endereço:
.

48.273.663/0001-06	MARCIO HENRIQUE PINTO CHAVES LTDA	R\$ 17,81
--------------------	-----------------------------------	-----------

Marca: MADEIRA REDENTOR
Fabricante: MADEIRA REDENTOR
Modelo: MADEIRA
Descrição: Sarrafo Material: Angelim , Aplicação: Construção Civil , Largura: 10 CM, Comprimento: 6 M, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Sem Tratamento

Endereço:
.



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
11.255.149/0001-38	50X1 COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI	R\$ 17,81
Marca: COML VITORIA		
Fabricante: COML VITORIA		
Modelo: SARRAFO		
Descrição: Sarrafo Material: Angelim , Aplicação: Construção Civil , Largura: 10 CM, Comprimento: 6 M, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Sem Tratamento		
Estado:	Cidade:	Endereço:
SP	São Paulo	AV AGUIA DE HIA, 4414
Telefone:		Email:
(11) 2561-2488/ (11) 2561-2489		paulistacontabilidade@yahoo.com.br

48.373.687/0001-37	AMR COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA	R\$ 17,81
Marca: Sarrafo		
Fabricante: Sarrafo		
Modelo: Sarrafo		
Descrição: Sarrafo Material: Angelim , Aplicação: Construção Civil , Largura: 10 CM, Comprimento: 6 M, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Sem Tratamento		
Endereço:		

Preço (Compras Governamentais) 2: Mediana das Propostas Iniciais		R\$ 21,30
Órgão: PMSP	Data: 01/01/2024 00:00	
PMSP	Modalidade: Dispensa de Licitação	
Objeto: Aquisição de Sarrafo de Cambará, espessura 2,5cm, largura 15cm, com 04 metros cada	SRP: NÃO	
Descrição: SARRAFO - SARRAFO, MATERIAL CAMBARÁ, LARGURA 15 CM, COMPRIMENTO 4 M, ESPESSURA 2,50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IQUALIDADE, SEM TRATAMENTO	Identificação: Dispensa de Licitação Nº 45/2023 / UASG: 925089	
CatMat: 388538 - Material: Cambará Largura: 15 CM Comprimento: 4 M Espessura: 2,50 CM Características Adicionais: 1ª Qualidade, Sem Tratamento	Lote/Item: 1/1	
		Ata: N/A
		Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
		Quantidade: 300
		Unidade: Metro
		UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
09.538.374/0001-30	ML RODRIGUES COMERCIAL LTDA	R\$ 21,30
VENCEDOR		
Marca: Masternde		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: SARRAFO, MATERIAL CAMBARÁ, LARGURA 15 CM, COMPRIMENTO 4 M, ESPESSURA 2,50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IQUALIDADE, SEM TRATAMENTO		
Estado:	Cidade:	Endereço:
SP	São Paulo	R PORTO ALEGRE, 428
Nome de Contato:		Telefone:
Maite Siqueira		(11) 2965-1587
Email:		ml_ro@terra.com.br

Preço (Compras Governamentais) 3: Mediana das Propostas Iniciais		R\$ 23,10
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA	Data: 14/11/2023 09:00	
Objeto: Registro de preços para aquisição de madeira para produção e criação de móveis, objetos de decorações de eventos em datas especiais como: Natal, Páscoa, Carnaval, etc., bem como manutenção de móveis objetos da Secretaria Municipal de Cultura, seus equipamentos e seus respectivos setores, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos..	Modalidade: Pregão Eletrônico	
		SRP: SIM
Descrição: Sarrafo - Sarrafo Material: Pinus , Largura: 5 CM, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Acabamento Bruto		Identificação: NºPregão:562023 / UASG:985903
CatMat: 609329 - SARRAFO		Lote/Item: /12
		Ata: Link Ata
		Adjudicação: 22/11/2023 12:23
		Homologação: 28/11/2023 10:09
		Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
		Quantidade: 100
		Unidade: Metro
		UF: RJ



CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Inicial
48.052.614/0001-43	DIOGO MADEIRAS E BAZAR LTDA	R\$ 15,00
Marca: BM Fabricante: BM Modelo: MADEIRA Descrição: Sarrafo Material: Pinus , Largura: 5 CM, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Acabamento Bruto Endereço: .		
38.068.097/0001-47	HENRYTECH COMERCIO E SERVICOS LTDA	R\$ 22,95
Marca: Constrular CA Fabricante: Constrular CA Modelo: Constrular CA Descrição: Sarrafos aparelhados de pinos 2,5 x 7 Endereço: .		
48.273.663/0001-06	MARCIO HENRIQUE PINTO CHAVES LTDA	R\$ 23,00
Marca: M. REDENTOR Fabricante: M. REDENTOR Modelo: MADEIRA Descrição: Sarrafo Material: Pinus , Largura: 5 CM, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Acabamento Bruto Endereço: .		
51.710.261/0001-36	M F C DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	R\$ 23,10
VENCEDOR Marca: Ricamad Fabricante: Ricamad Modelo: Ricamad Descrição: Sarrafos aparelhados de pinos 2,5 x 7 Endereço: .		
44.177.758/0001-75	RENASCER EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇOES LTDA	R\$ 23,10
Marca: Nacional Fabricante: Nacional Modelo: Nacional Descrição: Sarrafos aparelhados de pinos 2,5 x 7 Endereço: .		
47.754.625/0001-02	EMPREENDIMENTOS MARANATA LTDA	R\$ 23,10
Marca: VM Fabricante: VM Modelo: VM SRR PN2.5*7 Descrição: Sarrafos aparelhados de pinos 2,5 x 7 Endereço: .		
29.126.648/0001-90	LCC SERVICOS E COMERCIO BIRELI	R\$ 23,10
Marca: SARrafo Fabricante: SARrafo Modelo: SARrafo Descrição: Sarrafo Material: Pinus , Largura: 5 CM, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Acabamento Bruto Estado: RJ Cidade: São Pedro da Aldeia Endereço: R SILVA JARDIM, S/N Telefone: (22) 9842-8503		



CNPJ	Razão Social do Fornecedor				Valor da Proposta Inicial	
04.445.422/0001-21	RIBEIRO INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI				R\$ 300,00	
Marca: BERNECK Fabricante: BERNECK Modelo: BERNECK Descrição: Descrição: Sarrafo Material: Pinus , Largura: 5 CM, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Acabamento Bruto						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
BA	Guanambi	AV SENADOR NILO COELHO, 417	HELLEY	(77) 3452-0641	anintasmg@gmail.com	
37.984.422/0001-59	MADWORK COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA				R\$ 500,00	
Marca: PINUS Fabricante: PINUS Modelo: SARRAFO Descrição: SARRAFOS APARELHADO DE PINOS 2,5 X 7						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
SP	Jandira	RUA FRANCISCO JOSE LONGO, 677	Tiago	(11) 4142-3789	licitacao@madwork.com.br	
37.405.049/0001-34	VILA METAL COMERCIO LTDA				R\$ 1.000,00	
Marca: ORLETTI MADEIRAS Fabricante: ORLETTI MADEIRAS Modelo: ORLETTI MADEIRAS Descrição: FOLHA DE MDF 4MM CRU 2,75 X 1,83						
Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:	
ES	Vila Velha	R TRINDADE, 355	Daniel	(27) 9590-4108	vendasvilametal@gmail.com	

Item 13: TÁBUA DE MADEIRA.

Preço Estimado: R\$ 244,40 (un)

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 244,40

Quantidade	Descrição	Observação
15 Unidades	15CM - 3 METROS CADA. - UNID.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Mediana das Propostas Iniciais		R\$ 255,29
Órgão: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO Prefeitura Municipal de Jacareí		Data: 24/01/2024 09:31
Objeto: Registro de preços para fornecimento de madeiras.		Modalidade: Pregão Eletrônico
Descrição: Tábua madeira - Tábua Madeira Espécie: Cambará , Comprimento: 4 M, Largura: 20 CM, Espessura: 2,50 CM, Tipo Acabamento: Sem Tratamento , Características Adicionais: Primeira Qualidade		SRP: SIM
CatMac: 388559 - TÁBUA MADEIRA		Identificação: N°Pregão:2462023 / UASG:986589
		Lote/Item: /6
		Ata: Link Ata
		Adjudicação: 24/01/2024 13:03
		Homologação: 25/01/2024 16:01
		Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
		Quantidade: 30
		Unidade: Unidade
		UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor			Valor da Proposta Inicial
35.874.560/0001-50	GARANT EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA			R\$ 250,80
Marca: madeira				
Fabricante: madeira				
Modelo: idem descrição do material				
Descrição: TABUA 20 X5,00M GARAPEIRA, de acordo com Termo de Referência – Anexo I				
Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	Guaratinguetá	R DOUTOR CASTRO SANTOS, 514	(12) 3132-7171	rh@garant.com.br



CNPJRazão Social do FornecedorValor da Proposta Inicial

52.515.543/0001-4552.515.543 MARIA DE LOURDES LIMA ALMANZAR\$ 255,00

Marca: CASA DAS MADEIRAS
Fabricante: CASA DAS MADEIRAS
Modelo: CAMBARÁ
Descrição: TÁBUA MADEIRA, ESPÉCIE CAMBARÁ, COMPRIMENTO 4 M, LARGURA 20 CM, ESPESSURA 2,50CM, TIPO ACABAMENTO SEM TRATAMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRIMEIRA QUALIDADE

Endereço:

.

18.408.522/0001-92RCL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E SERVICOS EIRELI

R\$ 255,00

Marca: CAMBARA
Fabricante: PROPRIO
Modelo: TABUA
Descrição: TÁBUA MADEIRA, ESPÉCIE CAMBARÁ, COMPRIMENTO 4 M, LARGURA 20 CM, ESPESSURA 2,50CM, TIPO ACABAMENTO SEM TRATAMENTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRIMEIRA QUALIDADE

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
GO	Aparecida de Goiânia	AV CARAIBAS, S/N	JEFFERSON VITOR CARDOSO	(62) 8405-5906	rel.licitacao@gmail.com

35.072.779/0001-35M G ALVARENGA LTDA

R\$ 255,57

* VENCEDOR *

Marca: Mad. Catarinense
Fabricante: Mad. Catarinense
Modelo: -
Descrição: Tábua de madeira com 20cm de largura, 3cm de espessura e 5 metros de comprimento cambara ou garapeira;

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
MG	Uberlândia	AV SOLIDARIEDADE, 1750	(34) 3083-3300	mgalvarenga2019@gmail.com

48.273.663/0001-06MARCIO HENRIQUE PINTO CHAVES LTDA

R\$ 255,57

Marca: MADEIRA REDENTOR
Fabricante: MADEIRA REDENTOR
Modelo: MADEIRA
Descrição: Tábua Madeira Espécie: Cambará , Comprimento: 4 M, Largura: 20 CM, Espessura: 2,50 CM, Tipo Acabamento: Sem Tratamento , Características Adicionais: Primeira Qualidade

Endereço:

.

14.139.819/0001-49ACAPU COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI

R\$ 255,57

Marca: ACP
Fabricante: ACP
Modelo: ACP
Descrição: Tabua Madeira Espécie: Cambará , Comprimento: 4 M, Largura: 20 CM, Espessura: 2,50 CM, Tipo Acabamento: Sem Tratamento , Características Adicionais: Primeira Qualidade

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Peruibe	AV TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 700	Carlos	(11) 99173-4401	acapumadeiras@gmail.com

Preço PMS 1:

R\$ 244,40

Código Insumo 00006182

1:

Código Insumo

2:

Tabela: SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices
Objeto: TABUA DE MADEIRA PARA PISO, IPE (CERNE) OU EQUIVALENTE DA REGIAO, ENCAIXE MACHO/FEMEA, *20 X 2* CM

Mês/Ano: 01/12/2023 00:00:00

UF: BA

Unidade: M2

Medida:

Preço: Não

Desonerado:

Preço PMS 2:

R\$ 244,40



Código Insumo 00006182

1:

Código Insumo

2:

Tabela: SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices

Objeto: TABUA DE MADEIRA PARA PISO, IPE (CERNE) OU EQUIVALENTE DA REGIAO,
ENCAIXE MACHO/FEMEA, *20 X 2* CM

Mês/Ano: 01/01/2024 00:00:00

UF: BA

Unidade M2

Medida:

Preço Sim

Desonerado:



Extrato de fontes Utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Bolsa de Licitações e Leilões

<https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1>

Data: 16/04/2024 14:26:44

Acessar a fonte [aqui](#)

2 - ComprasNet

www.comprasgovernamentais.gov.br

Data: 09/11/2023 08:11:42

Acessar a fonte [aqui](#)

Anexo II - Solicitação de Compra.pdf

**ESTADO DO PARANÁ**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas

CEP: 86320-000 CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212

E-mail: Site: <http://congonhinhas.pr.gov.br/>**Solicitação de Compra Nº 39/2024**

Solicitante:	Rosana Cristina Sumbach	Data da Solicitação:	16/04/2024
Organograma:	1100000000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		
Local de Entrega:	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - Avenida São Paulo, nº 896		
Objeto:	O Registro de Preços é uma ferramenta que serve para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Construção destinados a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, que serão utilizados no uso comum e rotineiro na execução das políticas públicas.		
Justificativa:	A Aquisição do Material de Construção se fazem necessários para utilização nos serviços de manutenção, recuperação da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois (02) Créditos Fundiários e (01) uma Vila Rural. Tal contratação é indispensável para o desempenho do papel da Administração Pública perante nossa sociedade. Sendo assim, podemos afirmar que os itens serão usados de forma a atender as demandas quanto a preservação, conservação e manutenção das minas d'água no que tange a distribuição da mesma, contemplando todos lugares aos quais necessitarem.		
Observações:	Horário entrega: 08h/11:30h - 13h/16h, segunda-feira a sexta feira (exceto feriados), impreterivelmente, pois as mercadorias não serão recebidas em horário ou dia diferente do mencionado.		
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	770103553-1	14,00	BAR	AÇO CA 50 3/8, DE 12 METROS - CATMAT GENÉRICO 236982	88,0000	1.232,00
2	770103554-1	14,00	BAR	AÇO CA 50 5/16, 12 METROS - CATMAT GENÉRICO 236987	76,1300	1.065,82
3	770103555-1	14,00	BAR	AÇO CA 60 5,00MM, DE 12 METROS - CATMAT GENÉRICO 248588	56,0000	784,00
4	770103557-1	30,00	M3	AREIA LAVADA MÉDIA - CATMAT GENÉRICO 216954	210,0000	6.300,00
5	770103574-1	40,00	UND	CAIBRO MADEIRA 5CM X 5CM X 3M - CATMAT GENÉRICO 601835	31,5000	1.260,00
6	770103620-1	20,00	M3	PEDRA BRITA 1 - CATMAT GENÉRICO 216957	170,0000	3.400,00
7	770103639-1	20,00	UND	TABUA DE MADEIRA 30CM - 3 METROS CADA - CATMAT GENÉRICO 357740	133,8300	2.676,60
8	770103644-1	20,00	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1ª LINHA, LT 18L - CATMAT GENÉRICO 601008	433,0000	8.660,00
9	770103646-1	20,00	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1ª LINHA LT 3,6L - CATMAT GENÉRICO 601008	171,4900	3.429,80
10	770103654-1	50,00	BAR	TUBO PVC SOLDAVEL, P/ HIDRAULICA, MARRON 60MM X 6M - CATMAT GENÉRICO 481325	156,2700	7.813,50
11	770103662-1	20,00	UND	VIGA DE MADEIRA 9CM X 5CM - CATMAT GENÉRICO 242904	191,8200	3.836,40
12	770103635-1	30,00	UND	SARRAFO 1,5 X 2,00 CM X 2,00M - CATMAT GENÉRICO 606045	21,3000	639,00
13	770103640-1	15,00	UND	TABUA DE MADEIRA 15CM - 3 METROS CADA - CATMAT GENÉRICO 388559	244,4000	3.666,00

Preço Total: 44.763,12**Dotações Utilizadas:**

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
512 - 11.002.17.512.0037.2077.3.3.90.30.00	Manutenção do Setor de Saneamento	00000-	44.763,12
		00000.01.07.00.00.1	
		.500.0000	



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS
AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas
nullCNPJ: 75.825.828/0001-88null
E-mail: Site: <http://congonhinhas.pr.gov.br/>

Congonhinhas, 16 de Abril de 2024.

ROSANA CRISTINA
SUMBACH:90114582904

Assinado de forma digital por ROSANA
CRISTINA SUMBACH:90114582904
Dados: 2024.04.17 08:11:01 -03'00'

Assinatura do Responsável

Termo de Referência 21/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2024	927027-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGONHINHAS - PR	ROSANA CRISTINA SUMBACH	03/05/2024 15:31 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		21/2024

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A presente Licitação tem por finalidade O Registro de Preços do tipo **Menor Preço** para Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR, nos termos da descrição detalhada, que encontra-se em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da data indicada no instrumento contratual, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de Aquisição de Materiais de Construção, necessários ao funcionamento das unidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Congonhinhas/PR.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Produto e Catmat	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	14	BAR	AÇO CA 50 3/8, DE 12 METROS - CATMAT 236982	R\$ 88,00	R\$ 1.232,00
2	14	BAR	AÇO CA 50 5/16, 12 METROS -CATMAT 236987	R\$ 76,13	R\$ 1.065,82

3	14	BAR	AÇO CA 60 5,00MM, DE 12 METROS - CATMAT 248588	R\$ 56,00	R\$ 784,00
4	30	M3	AREIA LAVADA MÉDIA - METRO CÚBICO - CATMAT 216954	R\$ 210,00	R\$ 6.300,00
5	40	UNID	CAIBRO MADEIRA 5CM X 5CM X 3M - UNIDADE - CATMAT 601835	R\$ 31,50	R\$ 1.260,00
6	20	M3	PEDRA BRITA 1 - METRO CÚBICO - CATMAT 216957	R\$ 170,00	R\$ 3.400,00
7	20	UNID	TÁBUA DE MADEIRA 30CM - 3 METROS CADA - UNIDADE - CATMAT 357740	R\$ 133,83	R\$ 2.676,00
8	20	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1ª LINHA, LT 18L - CATMAT 601008	R\$ 433,00	R\$ 8.660,00
9	20	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1ª LINHA LT 3,6L - CATMAT 601008	R\$ 171,49	R\$ 8.660,00
10	50	BAR	TUBO PVC SOLDAVEL, P/ HIDRÁULICA, MARRON 60MM X 6M - BARRA - CATMAT 481325	R\$ 156,27	R\$ 7.813,50
11	20	UNID	VIGA DE MADEIRA 9CM X 5CM - UNIDADE - CATMAT 242904	R\$ 191,82	R\$ 3.836,40
12	30	UNID	SARRAFO 1,5 X 2,00 CM X 2,00M - UNIDADE - CATMAT 606045	R\$ 21,30	R\$ 639,00
13	15	UNID	TÁBUA DE MADEIRA 15CM - 3 METROS CADA - UNIDADE - CATMAT 388559	R\$ 244,40	R\$3.666,00
Preço total:				R\$ 44.763,12	

1.7. Justifica-se a presente licitação para futura Aquisição dos Itens de Material de Construção, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Congonhinhas/PR com o intuito de manter o pleno funcionamento das atividades sempre primando pela excelência nos trabalhos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, vêm-se diante da necessidade de Aquisição dos Itens de Material de Construção, de modo a suprir as necessidades que por ventura possam surgir.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus Quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, os requisitos devem ser atendidos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.2 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

SUBCONTRATAÇÃO

4.3 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5.EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA (REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO)

5.1 O contrato terá início imediatamente após a assinatura do mesmo;

5.2 Os produtos deverão estar consoantes a sua descrição, para a correta execução contratual;

5.3 A CONTRATADA deverá impreterivelmente, indicar e-mail e número de WhatsApp válidos (com confirmação de leitura ativada), a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.;

5.4 DA ENTREGA DO PRODUTO

5.4.1. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 05 (cinco) dias, contados da solicitação da Secretaria através da emissão da Nota de Empenho.

5.4.2. O prazo de entrega dos bens em situação de urgência será imediato ou no prazo de 24h, podendo a Secretaria se dispor a buscar o produto dependendo da situação ou de até 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Secretaria através da emissão da Nota de Empenho.

5.4.3. Os produtos a serem entregues não poderão ter prazo de validade inferior a 12(doze) meses, e com no mínimo 75% do prazo da data da entrega. sob pena de devolução dos itens entregues.

5.4.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto com a devida comprovação, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4.5. **Entrega do Produto:** Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - Av. São Paulo, 896, centro, Congonhinhas-Pr.

5.4.6. Horário de Entrega: das 08h às 11h e das 13h às 16h, de segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), impreterivelmente, pois o estabelecimento permanece fechado fora do aqui mencionado.

5.4.7 Lembramos que a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4150/62.

5.5. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6 QUALIDADE DOS PRODUTOS

5.6.1 Apresentar integridade da embalagem, sem falhas ou quaisquer outras avarias;

5.6.2 Ser transportados adequadamente de acordo com as condições em que seja mantida a sua qualidade;

5.6.3 Ser acondicionados em embalagens lacradas, devidamente identificados e em perfeitas condições de armazenagem;

5.6.4 Os produtos em desacordo com o edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

6. Modelo de gestão do contrato

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo) fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

GESTOR DO CONTRATO

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

6.16 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

6.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado,

com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

6.20 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

6.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

6.22 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.22.1 A fiscalização estabelecerá um fluxo de trabalho, com inerência a cada servidor nomeado para tanto, bem como em compatibilidade ao objeto contratual;

6.22.2 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRÉDITOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária, pelo servidor que estiver disponível no momento da entrega da mercadoria, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3. Os bens serão recebidos definitivamente, pelo Fiscal de Contratos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis;

CESSÃO DE CRÉDITO

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020**, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o **art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992**, tudo nos termos do **Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020**.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA E CRITÉRIO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR ÂMBITO REGIONAL

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**;

8.1.1. Quanto ao âmbito local ou regional, aplicando o **Decreto nº 2.985/2020**, a qual regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao **artigo 1º § 4º, inciso II**. Ou seja, o referido procedimento será realizado em **ÂMBITO REGIONAL**, visto que, em nosso município há empresas que podem nos fornecer o objeto desta licitação, conforme segue em anexo cotação de empresa e também cartão de CNPJ.

8.1.2. Justifica-se a contratação em âmbito regional, devido ao fato de que em situação de urgência que por ventura possa ocorrer, por se tratar de rede de abastecimento de água (mangueiras), que muitas vezes ficam expostas na superfície da terra (nos pastos), em longas distâncias, submetidas as intemperes do tempo e aos animais que por ventura passam pelo local pisoteando as mangueiras ocasionando rompimento da mesma entre outros, e se a empresa for de longe, poderá

acarretar em prejuízo aos serviços ofertados para os moradores da zona rural, que fazem uso exclusivamente do abastecimentos d'água ofertada pelo município.

8.1.3. Com referência ao critério citado acima, aos itens listados cujo valor total abaixo de R\$ 267.045,97 (duzentos e sessenta e sete mil e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos) por item, aplicando-se o disposto no decreto.

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade PREGÃO, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**;

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na **Lei Complementar n. 123, de 2006**, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (**art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021**), ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - **Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II**;

8.20. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.21. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente];

8.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º**);

8.23. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há

menos de 2 (dois) anos. **(Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º) 8.29.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.24. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

8.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.25.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.25.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.26.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 44.763,12

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O preço estimado total da contratação é de R\$ 44.763,12 (Quarenta e quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e doze centavos) ,conforme tabela anexada . (Dos Itens).

9.1.1. Os recursos necessários para aquisição do objeto deste Termo de Referência, já estão disponíveis junto ao tesouro municipal, no valor de R\$ 44.763,12 (Quarenta e quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e doze centavos) , através de transferência do Fundo Municipal de Saúde de Congonhinhas.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município;

10.1.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 11.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO / DIVISÃO DE SANEAMENTO

Ação	Nome da Ação	Despesa	Código/Nome Natureza da Despesa	Fonte Recurso
2.077	Material de Consumo	512	3.3.90.30.00.00.00.00	11001

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ROSANA CRISTINA
SUMBACH:901145
82904

Assinado de forma digital por
ROSANA CRISTINA
SUMBACH:90114582904
Dados: 2024.05.03 15:38:40
-03'00'

ROSANA CRISTINA SUMBACH

Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.

000075

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Solicitacao de Compra.pdf (1020.25 KB)

Anexo I - Solicitacao de Compra.pdf

000078


ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas
 CEP: 86320-000 CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212
 E-mail: Site: <http://congonhinhas.pr.gov.br/>

Solicitação de Compra Nº 39/2024

Solicitante:	Rosana Cristina Sumbach	Data da Solicitação:	16/04/2024
Organograma:	1100000000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO		
Local de Entrega:	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - Avenida São Paulo, nº 896		
Objeto:	O Registro de Preços é uma ferramenta que serve para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Construção destinados a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, que serão utilizados no uso comum e rotineiro na execução das políticas públicas.		
Justificativa:	A Aquisição do Material de Construção se fazem necessários para utilização nos serviços de manutenção, recuperação da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois (02) Créditos Fundiários e (01) uma Vila Rural. Tal contratação é indispensável para o desempenho do papel da Administração Pública perante nossa sociedade. Sendo assim, podemos afirmar que os itens serão usados de forma a atender as demandas quanto a preservação, conservação e manutenção das minas d'água no que tange a distribuição da mesma, contemplando todos lugares aos quais necessitarem.		
Observações:	Horário entrega: 08h/11:30h - 13h/16h, segunda-feira a sexta feira (exceto feriados), impreterivelmente, pois as mercadorias não serão recebidas em horário ou dia diferente do mencionado.		
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	770103553-1	14,00	BAR	AÇO CA 50 3/8, DE 12 METROS - BARRA - CATMAT 236982	88,0000	1.232,00
2	770103554-1	14,00	BAR	AÇO CA 50 5/16, 12 METROS - BARRA - CATMAT 236987	76,1300	1.065,82
3	770103555-1	14,00	BAR	AÇO CA 60 5,00MM, DE 12 METROS - BARRA - CATMAT 248588	56,0000	784,00
4	770103557-1	30,00	M3	AREIA LAVADA MÉDIA - METRO CÚBICO - CATMAT 216954	210,0000	6.300,00
5	770103574-1	40,00	UND	CAIBRO MADEIRA 5CM X 5CM X 3M - UNIDADE - CATMAT 601835	31,5000	1.260,00
6	770103620-1	20,00	M3	PEDRA BRITA 1 - METRO CÚBICO - CATMAT 216957	170,0000	3.400,00
7	770103639-1	20,00	UND	TABUA DE MADEIRA 30CM - 3 METROS CADA - UNIDADE - CATMAT 357740	133,8300	2.676,60
8	770103644-1	20,00	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1ª LINHA, LT 18L - CATMAT 601008	433,0000	8.660,00
9	770103646-1	20,00	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1ª LINHA LT 3,6L - CATMAT 601008	171,4900	3.429,80
10	770103654-1	50,00	BAR	TUBO PVC SOLDADAVEL, P/ HIDRAULICA, MARRON 60MM X 6M - BARRA - CATMAT 481325	156,2700	7.813,50
11	770103662-1	20,00	UND	VIGA DE MADEIRA 9CM X 5CM - UNIDADE - CATMAT 242904	191,8200	3.836,40
12	770103635-1	30,00	UND	SARRAFO 1,5 X 2,00 CM X 2,00M - UNIDADE - CATMAT 606045	21,3000	639,00
13	770103640-1	15,00	UND	TABUA DE MADEIRA 15CM - 3 METROS CADA - UNIDADE - CATMAT 388559	244,4000	3.666,00

Preço Total: 44.763,12

Dotações Utilizadas:

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
512 - 11.002.17.512.0037.2077.3.3.90.30.00	Manutenção do Setor de Saneamento	00000-	44.763,12
		00000.01.07.00.00.1	
		.500.0000	



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas

nullCNPJ: 75.825.828/0001-88null

E-mail: Site: <http://congonhinhas.pr.gov.br/>

000079

Congonhinhas, 16 de Abril de 2024.

ROSANA CRISTINA
SUMBACH:90114582904

Assinado de forma digital por
ROSANA CRISTINA
SUMBACH:90114582904
Dados: 2024.05.03 07:56:59 -03'00'

Assinatura do Responsável



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

000080

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.919.809/0001-47 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/12/1998
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL R. M. SILVEIRA & BARROS LTDA
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação 95.12-6-00 - Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação 95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R EMILIA GOMES HENRIQUE	NÚMERO 360	COMPLEMENTO *****
---------------------------------------	---------------	----------------------

CEP 86.300-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CORNELIO PROCOPIO	UF PR
-------------------	---------------------------	--------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (43) 3520-1105
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/10/2001
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 23/04/2024 às 08:09:53 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.919.809/0001-47 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/12/1998
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL R. M. SILVEIRA & BARROS LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE EPP
---	--------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar 46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho 46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso Industrial; partes e peças 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R EMILIA GOMES HENRIQUE	NÚMERO 360	COMPLEMENTO *****
---------------------------------------	---------------	----------------------

CEP 86.300-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CORNELIO PROCOPIO	UF PR
-------------------	---------------------------	--------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (43) 3520-1105
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/10/2001
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.686.462/0001-28 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 29/05/2003
NOME EMPRESARIAL AMILTON MADOENHO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COMERCIAL SAO SEBASTIAO		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO AV MANOEL RIBAS	NÚMERO 318	COMPLEMENTO *****
CEP 86.320-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CONGONHINHAS
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (43) 5541-244	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/03/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/04/2024 às 16:40:05 (data e hora de Brasília).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.056.278/0001-50 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 11/09/2014
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL CASA NOVA MATERIAL DE CONSTRUCAO - - LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONGONHINHAS CASA NOVA MATERIAL DE CONSTRUCAO	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.92-3-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários 47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO PC NOSSA SENHORA APARECIDA	NÚMERO 191	COMPLEMENTO *****
--	---------------	----------------------

CEP 86.320-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CONGONHINHAS	UF PR
-------------------	---------------------------	---------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO escritoriocontabilcong@hotmail.com	TELEFONE (43) 3554-1448
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/09/2014
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/04/2024 às 16:39:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

000083

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
27.855.541/0001-58
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
30/05/2017

NOME EMPRESARIAL
NOVA FATIMA MATERIAIS DE CONSTRUCAO E CONSTRUTORA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
NOVA FATIMA MATERIAIS DE CONSTRUCAO E CONSTRUTORA

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente
47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R PORTO ALEGRE

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO
QUADRAW LOTE 08 SALA 01

CEP
77.555-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
FATIMA

UF
TO

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(63) 8425-8704

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
30/05/2017

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/04/2024 às 16:35:00 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



DECRETO Nº 2.985/2020

“REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NAS LICITAÇÕES DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS”.

Eu, VALDINEI APARECIDO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Congonhinhas, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme artigo 65, IX da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 42 a 45 e 47 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a participação das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais nas compras efetuadas pela Administração Pública Municipal.

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de utilizar o poder de compras públicas para fomentar a economia local.

DECRETA:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, com o objetivo de:

- I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e
- III - incentivar a inovação tecnológica.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da Administração Pública Direta e as entidades da Administração Indireta.

801000



§ 2º O enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedores individuais dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 4º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - âmbito local: limites geográficos do Município de Congonhinhas;

II - âmbito regional: limites geográficos do Estado ou da região metropolitana, que podem envolver mesorregiões ou microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 5º Admite-se a adoção de outro critério de definição de âmbito local e regional, justificadamente, em edital, desde que atenda aos objetivos previstos no art. 1º.

Art. 2º Para a ampliação da participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações, os órgãos ou entidades abrangidas por este Decreto, deverão:

I - Definir o objeto da contratação sem utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais;

II - Descentralizar territorialmente as compras públicas, observando as potencialidades econômicas e a capacidade produtiva locais, permitindo ampliar a competitividade e fomentar o desenvolvimento local e regional.

Art. 3º As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da



documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá ser concedida, a critério da administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

Art. 4º Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 1º Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º Na modalidade de pregão, entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 3º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

§ 4º A preferência de que trata este artigo será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo o empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma do inciso I, serão convocados os remanescentes que se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

III - no caso de valores idênticos apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem em situação de



empate, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 5º Não se aplica o sorteio disposto no inciso III do § 4º quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

§ 6º No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa, empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado será convocado para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

§ 7º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá estar previsto no instrumento convocatório.

§ 8º Nas licitações do tipo técnica e preço, o empate será aferido levando em consideração o resultado da ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada pelos licitantes, sendo facultada à microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, nos termos do regulamento.

§ 9º Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

Art. 5º Os órgãos e entidades abrangidos por este Decreto deverão realizar processo licitatório, destinado exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

§ 1º Quando a licitação realizada para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais for deserta ou fracassada, o processo poderá ser repetido, não havendo, neste momento, a obrigatoriedade da participação exclusiva.

§ 2º O valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) refere-se ao valor total estimado para a licitação, quando o certame tratar da aquisição de mesmo bem ou serviço.

[illegible]

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

2. Once the problem is identified, the next step is to define the objectives and goals of the project. This helps to clarify what needs to be achieved and provides a clear direction for the team.

3. The third step is to develop a plan or strategy to address the problem. This involves breaking down the problem into smaller, manageable tasks and determining the resources needed to complete each task.

4. The fourth step is to implement the plan. This involves putting the strategy into action and monitoring progress to ensure that the project is on track.

5. The final step is to evaluate the results of the project. This involves assessing the outcomes against the objectives and goals and identifying any areas for improvement.

17/03/2019 10:09:00 AM

100



§ 3º Nos casos de processos licitatórios de bens ou serviços distintos o valor limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deve ser aferido por item ou lote.

§ 4º Nas licitações destinadas à participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedores individuais faculta-se ao licitante, para fins de habilitação, atestar a qualificação econômico-financeira através da comprovação de capital social mínimo ou de patrimônio líquido.

Art. 6º Nas licitações para aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, os órgãos e entidades contratantes deverão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais para a totalidade do objeto.

§ 2º O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

§ 3º Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre estas.

§ 4º No caso descrito no § 3º, o licitante será chamado para ajustar a proposta da cota de maior valor, que deverá passar a contemplar o mesmo preço da de menor valor.

§ 5º Havendo recusa por parte do licitante em ajustar os preços na forma prevista no § 4º, o lote referente à cota de menor valor será adjudicado em favor da empresa vencedora, sendo esta desclassificada daquele relativo à cota de maior valor, sem prejuízo da imposição das penalidades, definidas no instrumento convocatório.

§ 6º Caberá à Administração Pública definir, motivadamente, os critérios de divisão do valor global da licitação, podendo adotar até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global, de cada lote ou de cada item da licitação, garantindo os mecanismos



e) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual sediado local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente;

f) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro, previstas no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido pela Lei nº 8.666, de 1993; e

g) a aplicação do benefício previsto neste inciso e do percentual da prioridade adotado, deverá ser motivada, nos termos dos arts. 47 e 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 8º Não se aplica o disposto nos arts. 5º ao 6º quando:

I - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º; e



necessários para ampliar a participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 7º Somente existirá prioridade para efetuar a contratação da empresa vencedora da cota reservada, no registro de preços, se esta aceitar reduzi-lo ao valor registrado para a cota de ampla concorrência, se esta for de menor valor.

§ 8º Na hipótese prevista no § 7º, se a empresa vencedora não aceitar reduzir o valor registrado até o montante registrado na cota mais vantajosa, o seu preço permanecerá válido para outras contratações, após o exaurimento da cota de menor valor, não lhe sendo assegurada a prioridade de contratação.

Art. 7º Para aplicação dos benefícios previstos nos arts. 5º a 6º:

I - desde que previamente estabelecido, poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente, até o limite de 5% (cinco por cento) do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual, sediado local ou regionalmente, melhor classificado dentro do intervalo definido, será considerado vencedor da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

b) na hipótese da não contratação da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual sediado local ou regionalmente com base na alínea "a", serão convocados os remanescentes que porventura se enquadrem na situação do inciso I na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

d) nas licitações a que se refere o art. 7º, a prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente será aplicada apenas na cota reservada;

1. The purpose of this document is to provide information regarding the activities of the [redacted] and the [redacted] in the [redacted] area.

2. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

3. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

4. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

5. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

6. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

7. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

8. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

9. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

10. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

11. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

12. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

13. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

14. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

15. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.

16. The [redacted] and the [redacted] are both active in the [redacted] area and are both active in the [redacted] area.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.825.828/0001-88
Avenida Doutor David Xavier da Silva 266 – Congonhinhas - Paraná

Parágrafo único. Para efeito de obtenção da informação prevista no inciso I, é possível utilizar os dados extraídos do sistema estadual de compras eletrônicas, sem prejuízo da realização de pesquisa mercadológica pelo órgão ou entidade licitante para confirmar ou robustecer as referidas informações.

Art. 9º Para fins de aplicação dos benefícios previstos neste Decreto, deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

§ 1º A identificação das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais na sessão pública do pregão eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

§ 2º No pregão eletrônico, a declaração mencionada no caput do artigo será prestada eletronicamente em campo próprio do sistema, antes do envio da proposta.

§ 3º Nas demais modalidades de licitação a apresentação da declaração deve ocorrer logo após a abertura da sessão, separadamente dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congonhinhas, 15 de maio de 2020.


Valdinei Aparecido de Oliveira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Congoninhas - Estado do Paraná

DECRETO Nº 2.888/2020

"DECLARAÇÃO DE FAVORABILIDADE, DIFERENCIADA E SUPLENTE PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NAS LICITAÇÕES DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CONGONINHAS".

Eu, VALDINEI APARECIDO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Congoninhas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme artigo 65, II da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 42 e 48 e 47 e 40 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a participação das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais nas compras efetuadas pela Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de utilizar o poder de compra pública para fomentar a economia local;

DECRETO:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorável, diferenciado e diferenciado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e

III - incentivar a inovação tecnológica.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto as ações da Administração Pública Direta e as entidades da Administração Indireta.

§ 2º O enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual deve-se às condições de Estado Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 3º Para efeitos deste Decreto, consideram-se:

I - âmbito local: limites geográficos do Município de Congoninhas;

II - âmbito regional: limites geográficos do Estado ou de região metropolitana, que podem envolver mesorregiões ou microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 4º Admite-se a adoção de critério de distinção do âmbito local e regional, justificadamente, em razão de estar de acordo com as diretrizes previstas no art. 1º.

Art. 2º Para a simplificação da participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações, os órgãos ou entidades abrangidos por este Decreto, deverão:

I - Definir o objeto da contratação sem utilizar especificações que restrinjam, justificadamente, a participação das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais;

II - Descentralizar territorialmente as compras públicas, observando as potencialidades econômicas e a capacidade produtiva local, permitindo ampliar a competitividade e fomentar o desenvolvimento local e regional.

Art. 3º As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurada o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá ser concedida, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

Art. 4º Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 1º Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º Na ocorrência de empate, entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 3º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 4º A preferência de que trata este artigo será concedida de acordo com:

I - quando o empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II - não ocorrendo a situação de empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, em face do item I, sendo convocados os remanescentes que se enquadrarem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de valores iguais apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 5º Não se aplica o disposto no inciso III do § 4º quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances da licitação, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme o ordem de apresentação pelos licitantes.

§ 6º No caso de empate, após o encerramento das lances, a microempresa, empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado será convocado para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por hora em situação de empate, sob pena de preclusão.

§ 7º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá estar previsto no instrumento convocatório.

§ 8º Nas licitações de tipo técnica e preço, o empate será efetivo levando em consideração o resultado da ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada pelos licitantes, sendo limitado à microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado e possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, nos termos do regulamento.

§ 9º Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

Art. 5º Os órgãos e entidades abrangidos por este Decreto deverão realizar processo licitatório, destinado exclusivamente à participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos lances ou lances de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

§ 1º Quando a licitação realizada para participação exclusiva das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais for deserta ou fracassada, o processo poderá ser repetido, não havendo, neste momento, a obrigatoriedade da participação exclusiva.

§ 2º O valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) refere-se ao valor total estimado para a licitação, quando o contrato tiver de aquisição de mesmo bem ou serviço.

§ 3º Nos casos de processos licitatórios de bens ou serviços distintos e valor limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deve ser adotado por item ou lote.

§ 4º Nas licitações destinadas à participação exclusiva das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais licitantes ou licitantes, para fins de habilitação, eleger e qualificação econômica-financeira através da comprovação de capital social relativo ao do patrimônio líquido.

Art. 6º Nas licitações para aquisição de bens de natureza distinta, e desde que não haja previsão para o conjunto ou complexo de objeto, os órgãos e entidades contratantes deverão reservar cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais para a totalidade do objeto.

§ 2º O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, desde de sua natureza, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

§ 3º Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço ofertado entre estas.

§ 4º No caso descrito no § 3º, o licitante será chamado para ajustar a proposta de cota de menor valor, que deverá passar a contemplar o mesmo preço da cota maior valor.

§ 5º Havendo recusa por parte do licitante em ajustar o preço no prazo previsto no § 4º, o lote relativo à cota de menor valor será adjudicado em favor da empresa vencedora, sendo esta desclassificada quanto relativo à cota de maior valor, sem prejuízo da triagem das parâmetros, de acordo com o instrumento convocatório.

§ 6º Caberá à Administração Pública definir, motivadamente, os critérios de divisão do valor global da licitação, podendo adotar até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global, de cada lote ou de cada item da licitação, garantindo as necessidades necessárias para ampliar a participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 7º Quando houver prioridade para a seleção e contratação de empresas vencedoras da cota reservada, no regime de preço, se este ocorrer relativo ao valor registrado para a cota de ampla concorrência, se este for de menor valor.

§ 8º Na hipótese prevista no § 7º, a empresa vencedora não poderá reduzir o valor registrado até o momento registrado na cota mais vantajosa, e seu preço permanecerá válido para outras contratações, após o encerramento da cota de menor valor, não sendo assegurada a prioridade de contratação.

Art. 7º Para aplicação das facilidades previstas nos arts. 3º e 6º:

I - desde que previamente estabelecidas, podem ser concedidas, justificadamente, prioridade de contratação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais em licitações locais ou regionais, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) as microempresas, as empresas de pequeno porte ou o microempreendedor individual, sediada local ou regionalmente, melhor classificada dentro do intervalo definido, será considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

b) na hipótese de não contratação das microempresas, das empresas de pequeno porte ou do microempreendedor individual sediada local ou regionalmente com base no item "a", sendo convocados os remanescentes que permanecerem no ranking na situação do item I na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equalização dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediadas local ou regionalmente, será aplicado apenas na cota reservada;

d) nas licitações a que se refere o art. 7º, a possibilidade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediadas local ou regionalmente será aplicada apenas na cota reservada;

e) nas licitações com aplicação de microempresas, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade do propósito específico formada exclusivamente por microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediadas local ou regionalmente;

f) quando houver propostas beneficiadas com o regime de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro, previstas no art. 3º da Lei nº 8.888, de 1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que tenham sua origem de preferência, de acordo com os Decretos da aplicação das regras de preferência, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido pela Lei nº 8.888, de 1993;

g) a aplicação do benefício previsto neste inciso e do parágrafo da preferência adotado, deverá ser efetivada, nos termos dos arts. 47 e 48, § 2º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 8º Não se aplica o disposto nos arts. 3º e 6º quando:

I - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competidores enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e privilegiado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo no conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.888, de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais o contrato deverá ser feito preferencialmente de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;

IV - o tratamento diferenciado e privilegiado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º; e

Parágrafo único. Para efeito de obtenção de informação prevista no inciso I e possível utilizar os dados estatísticos de abertura estatística de compras eletrônicas, sem prejuízo da realização de pesquisa mercadológica pelo órgão ou entidade licitante para confirmar ou reafirmar as referidas informações.

Art. 9º Para fins de aplicação das facilidades previstas neste Decreto, deverá ser exigido do licitante a apresentação de declaração, sob o pena de falha, de que comparece ao processo licitatório para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir do tratamento favorável estabelecido nos arts. 42 e 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

§ 1º A identificação das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais no âmbito público da licitação eletrônica só deve ocorrer após o encerramento das lances.

§ 2º Na licitação eletrônica, a declaração mencionada no caput do artigo será prestada eletronicamente em campo próprio do sistema, antes do envio da proposta.

§ 3º Nas demais modalidades de licitação e apresentação da declaração deve ocorrer logo após a abertura de sessão, separadamente das atas e anexos contendo os documentos de habilitação e proposta.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. Congoninhas, 18 de maio de 2020.

Valdinei Aparecido de Oliveira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uraí - Estado do Paraná

Decreto Nº 677/2020

SÍNTESE: "Dispõe sobre a transparência de gastos na prevenção e no combate ao COVID-19".

O Prefeito do Município de Uraí, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 057 de 14 de maio de 2020, que configure o Estado de Calamidade Pública em razão da Pandemia, decretada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO que Estado de Calamidade Pública demanda gastos ordinários e extraordinários na prevenção e no combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a Recomendação Administrativa nº 135/2020 do Ministério Público do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de absoluta transparência para a população sobre o trabalho desenvolvido em decorrência da pandemia;

Art. 1º Fica determinado às Secretarias Municipais que, conjuntamente, tenham todas as providências necessárias para incluir, no Portal Institucional do Município (sítio), campo específico de consulta a todos os gastos e documentos relacionados às ações de combate à pandemia da COVID-19, incluindo contratações excepcionais, reavidos de contratos em curso, despesas licitadas, aquisições de materiais essenciais dentre outras ações referentes ao combate do novo coronavírus - SARS-CoV-2.

Art. 2º Nas informações e dados disponibilizados, devem estar presentes clareza e precisão, sendo obrigatório anexar os processos de integralidade de ser disponibilizados separadamente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabriel do Prefeito do Município de Uraí, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Carlos Roberto Tâmara
Prefeito do Município de Uraí

Registrado e Publicado na Secretaria de Gabinete da Prefeitura do Município de Uraí, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Walter Carlos Fraz
Chefe de Gabinete

Registrado e Publicado na Secretaria de Gabinete da Prefeitura do Município de Uraí, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Walter Carlos Fraz
Chefe de Gabinete

Registrado e Publicado na Secretaria de Gabinete da Prefeitura do Município de Uraí, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Walter Carlos Fraz
Chefe de Gabinete

Registrado e Publicado na Secretaria de Gabinete da Prefeitura do Município de Uraí, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Walter Carlos Fraz
Chefe de Gabinete

Registrado e Publicado na Secretaria de Gabinete da Prefeitura do Município de Uraí, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Walter Carlos Fraz
Chefe de Gabinete

Registrado e Publicado na Secretaria de Gabinete da Prefeitura do Município de Uraí, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Walter Carlos Fraz
Chefe de Gabinete



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 116/2024

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **THAIS FERREIRA**, ocupante do cargo de chefe da Divisão de Administração Geral, para desempenhar junto ao setor de Licitação as seguintes funções: Coordenar as atividades relacionadas aos processos licitatórios, interpretar e aplicar corretamente a legislação de licitações, elaborar e assinar editais e garantir a publicação adequada dos editais e demais responsabilidades que couber nas atividades rotineiras, a partir de 13/03/2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Congonhinhas, 11 de março de 2024.

JOSE OLEGARIO RIBEIRO
LOPES:04209982920

Assinado de forma digital por JOSE OLEGARIO RIBEIRO LOPES:04209982920
Data: 2024.03.11 14:05:00 -0300
Certificado: 2024.03.11 14:05:00 -0300

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES
Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO
BARRETO DA SILVA

Assinado de forma digital por DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA
Data: 2024.03.11 14:05:00 -0300
Certificado: 2024.03.11 14:05:00 -0300

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA
Assessor Jurídico



Diário Oficial

Poder
Executivo

www.congonhinhas.pr.gov.br

Cidade de Congonhinhas - PR

DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 971/2017 E ALTERAÇÕES.

ANO
2024

EDIÇÃO
Nº 210

CONGONHINHAS, 12 de Março de 2024.

PORTARIA Nº 116/2024

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de
Congonhinhas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora **THAIS FERREIRA**, ocupante do cargo de chefe da Divisão de Administração Geral, para desempenhar junto ao setor de Licitação as seguintes funções: Coordenar as atividades relacionadas aos processos licitatórios, interpretar e aplicar corretamente a legislação de licitações, elaborar e assinar editais e garantir a publicação adequada dos editais e demais responsabilidades que couber nas atividades rotineiras, a partir de 13/03/2024.

Edifício da Prefeitura Municipal de Congonhinhas, 11 de março de 2024.

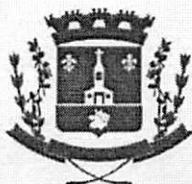
JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES
Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA
Assessor Jurídico



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado ICP-Brasil e Protocolado com carimbo de Tempo SCT - BRY PDDE. A Prefeitura Municipal de Congonhinhas, Estado do Paraná, dá garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: <http://www.congonhinhas.pr.gov.br>

Arquivo assinado digitalmente
Este documento eletrônico assinado digitalmente por
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS/PR
Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24/08/01 da
ICP-Brasil.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****GABINETE DO PREFEITO****PORTARIA Nº 013/2024**

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere o Art. 51, § 3º da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, Art. 3º, Inciso IV, § 1º, da Lei nº 10.520, de 21/07/2002, e Art. 16º, Inciso II do Decreto Municipal nº 1508 de 10/02/2009, Art. 5 LX da Lei 14.133/2021 de 01/04/2021 e Decreto 11.246 de 27/10/2022 resolve:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão composta pelos servidores abaixo, para exercerem as funções em Licitações e demais atos pertinentes à Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 14.133/2021, bem como, Licitações na Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, nos moldes da Lei Federal nº 10.520/2002, ficando atribuídos aos membros, o recebimento, a análise, classificação de propostas e lances, bem como, examinar, habilitar, adjudicar e praticar todos os atos que forem necessários com relação aos procedimentos licitatórios nas modalidades referenciadas acima, que venham a ser instaurados pela Prefeitura Municipal de Congonhinhas - PMC, Estado do Paraná, até o dia 31 de dezembro de 2024.

Presidente da CPL, Pregoeiro e Agente de Contratação

Franciele Aparecida da Cruz - RG nº 8.374.174-0-PR e CPF/MF nº 056.854.619-92

Membros da CPL e Equipe de Apoio

Jane Moreira Campos – RG nº 6.578.328-2 e CPF/MF nº 942.805.769-04

Leonardo Dias Cardoso - RG nº 10.475.457-0– SSP/PR e CPF/MF nº 075.850.009-28

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Congonhinhas, em 03 de janeiro de 2024.


JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES
Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico
Decreto nº 3080/2021

(43) 3554-1212 • gabinete@congonhinhas.pr.gov.br

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000

www.congonhinhas.pr.gov.br

DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 971/2017 ALTERADA PELA LEI Nº 1.216/2023**ANO** **EDIÇÃO****2024** **Nº 173****CONGONHINHAS, 03 de Janeiro de 2024.****PORTARIA Nº 013/2024**

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES, Prefeito do Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe confere o Art. 51, § 3º da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993, Art. 3º, Inciso IV, § 1º, da Lei nº 10.520, de 21/07/2002, e Art. 16º, Inciso II do Decreto Municipal nº 1508 de 10/02/2009, Art. 5 LX da Lei 14.133/2021 de 01/04/2021 e Decreto 11.246 de 27/10/2022 resolve:

Art. 1º DESIGNAR a Comissão composta pelos servidores abaixo, para exercerem as funções em Licitações e demais atos pertinentes à Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 14.133/2021, bem como, Licitações na Modalidade Pregão Presencial e Eletrônico, nos moldes da Lei Federal nº 10.520/2002, ficando atribuídos aos membros, o recebimento, a análise, classificação de propostas e lances, bem como, examinar, habilitar, adjudicar e praticar todos os atos que forem necessários com relação aos procedimentos licitatórios nas modalidades referenciadas acima, que venham a ser instaurados pela **Prefeitura Municipal de Congonhinhas - PMC, Estado do Paraná, até o dia 31 de dezembro de 2024.**

Presidente da CPL, Pregoeiro e Agente de Contratação

Franciele Aparecida da Cruz - RG nº 8.374.174-0-PR e CPF/MF nº 056.854.619-92

Membros da CPL e Equipe de Apoio

Jane Moreira Campos - RG nº 6.578.328-2 e CPF/MF nº 942.805.769-04

Leonardo Dias Cardoso - RG nº 10.475.457-0- SSP/PR e CPF/MF nº 075.850.009-28

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura do Município de Congonhinhas, em 03 de janeiro de 2024.

JOSÉ OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES

Prefeito Municipal

DOUGLAS DANILLO BARRETO DA SILVA

Assessor Jurídico

Decreto nº 3080/2021



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado ICP-Brasil e Protocolado com carimbo de Tempo SCT – BRY PDDE. A Prefeitura Municipal de Congonhinhas, Estado do Paraná, dá garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site: <http://www.congonhinhas.pr.gov.br/>

Arquivo assinado digitalmente

Este documento eletrônico assinado digitalmente por PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS/PR Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24/08/01 da ICP-Brasil.



000095

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

MINUTA

PREGÃO ELETRÔNICO:XX/2024
Sistema de Registro de Preços

CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
UASG 987517

OBJETO: Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ R\$ 44.763,12 (Quarenta e quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e doze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: XX/XX/2024 às 08h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por ITEM

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

SELEÇÃO DO FORNECEDOR: Âmbito Regional (Decreto Municipal nº2985/2020).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	15
11. DOS RECURSOS	16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO NºXXXX/2024****PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – UASG 987517**

(Processo Administrativo nº026/2024)

Torna-se público que o Município de Congonhinhas, por meio da Divisão de Licitação, sediada na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, nº 266, Centro, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. *Para os itens do certame a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.14. **Somente será admitida a participação de empresas do ÂMBITO REGIONAL, nos termos previstos no Art.1º, parágrafo 4º, inciso II e parágrafo 5º do Decreto Municipal nº2.985/2020.**

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. SE HOUVER INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO, OU EM CASO DA NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES, PODERÃO SER EFETUADAS DILIGÊNCIAS, PARA QUE A EMPRESA COMPROVE A EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia devidamente registrada em cartório.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá **o prazo de 5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.congonhinhas.pr.gov.br/>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: licitacao@congonhinhas.pr.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.congonhinhas.pr.gov.br/>.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
 - 14.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Ajustada
 - 14.11.5. ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada

Congonhinhas, XXX deXXXXXXXXXXXX de 2024.

Termo de Referência 21/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2024	927027-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGONHINHAS - PR	ROSANA CRISTINA SUMBACH	17/04/2024 09:31 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		21/202

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A presente Licitação tem por finalidade O Registro de Preços do tipo **Menor Preço** para Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR, nos termos da descrição detalhada, que encontra-se em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da data indicada no instrumento contratual, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de Aquisição de Materiais de Construção, necessários ao funcionamento das unidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Congonhinhas/PR.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6 . A Descrição detalhada do Objeto, encontra-se em anexo 01 (um) contendo:

- 1- Item;
- 2 - Código;
- 3 - Quantidade;
- 4 - Unidade;
- 5 - Catmat;

6 - Especificações;

7 - Preço Unitário do Produto;

8 - Preço Total do Produto.

1.7. Justifica-se a presente licitação para futura Aquisição dos Itens de Material de Construção, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Congonhinhas/PR com o intuito de manter o pleno funcionamento das atividades sempre primando pela excelência nos trabalhos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, vêem-se diante da necessidade de Aquisição dos Itens de Material de Construção, de modo a suprir as necessidades que por ventura possam surgir.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus Quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, os requisitos devem ser atendidos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.2 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

SUBCONTRATAÇÃO

4.3 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5.EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA (REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO)

5.1 O contrato terá início imediatamente após a assinatura do mesmo;

5.2 Os produtos deverão estar consoantes a sua descrição, para a correta execução contratual;

5.3 A CONTRATADA deverá impreterivelmente, indicar e-mail e número de WhatsApp válidos (com confirmação de leitura ativada), a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.;

5.4 DA ENTREGA DO PRODUTO

5.4.1. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 05 (cinco) dias, contados da solicitação da Secretaria através da emissão da Nota de Empenho.

5.4.2. O prazo de entrega dos bens em situação de urgência será imediato ou no prazo de 24h, podendo a Secretaria se dispor a buscar o produto dependendo da situação ou de até 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Secretaria através da emissão da Nota de Empenho.

5.4.3. Os produtos a serem entregues não poderão ter prazo de validade inferior a 12(doze) meses, e com no mínimo 75% do prazo da data da entrega. sob pena de devolução dos itens entregues.

5.4.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto com a devida comprovação, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4.5. **Entrega do Produto:** Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - Av. São Paulo, 896, centro, Congonhinhas-Pr.

5.4.6. **Horário de Entrega:** das 08h às 11h e das 13h às 16h, de segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), impreterivelmente, pois o estabelecimento permanece fechado fora do aqui mencionado.

5.4.7 Lembramos que a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4150/62.

5.5. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6 QUALIDADE DOS PRODUTOS

5.6.1 Apresentar integridade da embalagem, sem falhas ou quaisquer outras avarias;

5.6.2 Ser transportados adequadamente de acordo com as condições em que seja mantida a sua qualidade;

5.6.3 Ser acondicionados em embalagens lacradas, devidamente identificados e em perfeitas condições de armazenagem;

5.6.4 Os produtos em desacordo com o edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

6. Modelo de gestão do contrato

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo) fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

GESTOR DO CONTRATO

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

6.16 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

6.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

6.20 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

6.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

6.22 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.22.1 A fiscalização estabelecerá um fluxo de trabalho, com inerência a cada servidor nomeado para tanto, bem como em compatibilidade ao objeto contratual;

6.22.2 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRÉDITOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente de forma sumária, pelo servidor que estiver disponível no momento da entrega da mercadoria, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.3. Os bens serão recebidos definitivamente, pelo Fiscal de Contratos, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis;

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.18. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições, será efetuado em moeda brasileira corrente, da o prazo para pagamento de:

7.18.1. 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração.

7.18.2. 10 (dez) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CESSÃO DE CRÉDITO

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020**, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o **art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992**, tudo nos termos do **Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020**.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos,

incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA E CRITÉRIO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR ÂMBITO REGIONAL

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**;

8.1.1. Quanto ao âmbito local ou regional, aplicando o **Decreto nº 2.985/2020**, a qual regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao **artigo 1º § 4º, inciso II**. Ou seja, o referido procedimento será realizado em **ÂMBITO REGIONAL**, visto que, em nosso município há empresas que podem nos fornecer o objeto desta licitação, conforme segue em anexo cotação de empresa e também cartão de CNPJ.

8.1.2. Justifica-se a contratação em âmbito regional, devido ao fato de que em situação de urgência que por ventura possa ocorrer, por se tratar de rede de abastecimento de água (mangueiras), que muitas vezes ficam expostas na superfície da terra (nos pastos), em longas distâncias, submetidas as intemperes do tempo e aos animais que por ventura passam pelo local pisoteando as mangueiras ocasionando rompimento da mesma entre outros, e se a empresa for de longe, poderá acarretar em prejuízo aos serviços ofertados para os moradores da zona rural, que fazem uso exclusivamente do abastecimentos d'água ofertada pelo município.

8.1.3. Com referência ao critério citado acima, aos itens listados cujo valor total abaixo de R\$ 267.045,97 (duzentos e sessenta e sete mil e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos) por item, aplicando-se o disposto no decreto.

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**;

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.20. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.21. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente];

8.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.23. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º) 8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.24. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

8.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.25.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.25.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.26.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 44.763,12

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O preço estimado total da contratação é de R\$ 44.763,12 (Quarenta e quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e doze centavos), conforme tabela anexada. (Dos Itens).

9.1.1. Os recursos necessários para aquisição do objeto deste Termo de Referência, já estão disponíveis junto ao tesouro municipal, no valor de R\$ 44.763,12 (Quarenta e quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e doze centavos), através de transferência do Fundo Municipal de Saúde de Congonhinhas.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município;

10.1.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

000111

Órgão: 11.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO / DIVISÃO DE SANEAMENTO

Ação	Nome da Ação	Despesa	Código/Nome Natureza da Despesa	Fonte Recurso
2.077	Material de Consumo	512	3.3.90.30.00.00.00.00	11001

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ROSANA CRISTINA
SUMBACH:90114582904

Assinado de forma digital por
ROSANA CRISTINA
SUMBACH:90114582904
Dados: 2024.04.17 09:35:36 -03'00'

ROSANA CRISTINA SUMBACH

Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.



Assinou eletronicamente em 17/04/2024 às 09:31:52.

Estudo Técnico Preliminar 23/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23/2024

2. Descrição da necessidade

INTRODUÇÃO - Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei nº 14.133/21.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Fundamentação: O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) refere-se a eventual Aquisição, para tratar da necessidade de Materiais de Construção para manutenção da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois Créditos Fundiários e uma Vila Rural. Tal contratação é indispensável para o desempenho do papel da administração pública perante nossa sociedade.

Sendo assim, podemos afirmar que os itens serão usados de forma a atender as demandas quanto a preservação, conservação e manutenção das minas d'água no que tange a distribuição da mesma, contemplando todos lugares aos quais necessitem.

Logo, os materiais em questão, são listados os quantitativos, bem como a sua pretendida aquisição para o desempenho diário das atividades, cuja amplitude é relacionada a todas as necessidades inerentes as suas funções, sejam elas de manutenção, conservação ou preservação, ou ainda, em caráter emergencial e urgente em casos excepcionais.

Pretende-se adquirir os bens através de **ATA DE REGISTRO DE PREÇO** para eventual aquisição, não compreendendo a aquisição de forma obrigatória, sendo requisito de compra a necessidade evidente.

Pretende-se adquirir os materiais, selecionando a proposta mais vantajosa para a administração, observando os princípios da isonomia e de sustentabilidade.

Portando, a justificativa para a aquisição destes materiais encontra respaldo na legislação vigente, assegurando a adequação às normativas que regem o sistema de saúde brasileiro e reforçando o compromisso com a melhoria das condições de atendimento e cuidado à população do Município de Congonhinhas/PR.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.	Ana Paula de Godoi Roveri
Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde .	Rosana Cristina Sumbach

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, III

Fundamentação: O presente ETP refere-se a eventual aquisição, pelo prazo de 12 (doze) meses, de materiais de construção para manutenção da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois Créditos Fundiários e uma Vila Rural bem como as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.1. Os licitantes, na Descrição Detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:

4.1.1. Especificações técnicas;

4.1.2. Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;

4.1.3. Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;

4.1.4. Prazo de validade da proposta;

4.1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada Menor Preço Por Item;

4.1.6. O contrato terá início imediatamente após a assinatura do mesmo;

4.1.7 O objeto desse estudo deverá estar consoante a sua descrição, para a correta execução contratual.

A **CONTRATADA** deverá impreterivelmente, indicar e-mail e número de WhatsApp válidos (com confirmação de leitura ativada), a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante;

Lembramos que a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT**, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da **Lei nº 4150 /62**.

No momento da entrega dos itens, os produtos fornecidos devem estar em perfeitas condições de higiene e conservação. Os itens devem estar em perfeitas condições, intactas e sem perfurações, e que, os produtos entregues serão submetidos a uma avaliação visual e sensorial de qualidade, e também quantitativamente conforme Autorização de Fornecimento e condições do Termo de Referência e seus apêndices, que será realizada da seguinte forma: caso sejam aprovados, de acordo com as condições expressas acima, os produtos serão denominados em conformidade. Estando fora dos padrões acima descritos, os produtos serão considerados em desconformidade. Todos os itens, bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais.

EXECUÇÃO DO OBJETO PELA CONTRATADA:

O objeto do contrato deverá manter validade de 12 (doze) meses e deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias, após a solicitação através da nota de empenho.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto com a devida comprovação, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

Entrega do Produto: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - Av. São Paulo, nº 896, Centro, Congonhinhas-Pr.

Horário de Entrega: das 08h às 11h e das 13h às 16h, de segunda - feira a sexta - feira (exceto feriados), impreterivelmente, pois o estabelecimento permanece fechado fora do aqui mencionado.

5. Levantamento de Mercado

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A pesquisa de preço será realizada pelo setor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento e deverá realizar consulta a fornecedores locais/regionais, por meio de consulta a correio eletrônico ou outro meio idôneo, bem como consulta do Banco de preços em observância as **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, de 07 de julho de 2021**, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

No âmbito da administração pública federal, autarquia e fundacional estabelece em seu **artigo 6º** que "serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços".

O preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, sendo que a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Já a utilização da mediana é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, uma vez que, nesse caso, há influência dos extremos dos dados coletados. Já a média é indicada quando os preços estão dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos. Na quase totalidade das situações, não se deve estimar os preços de mercado a (partir do menor valor. Estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado. Representa, apenas, o valor mais barato dentre os preços coletados. Este método somente é indicado quando estamos em um ambiente de competição oligo) Olistá. Explicitamente declaramos que a contratação é viável. Justificada pela necessidade e pela forma de contratação proposta.

6. Descrição da solução como um todo

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. **(inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).**

Os itens constantes no presente estudo são itens padronizados na Grade Geral de aquisição dos bens em questão, visa atender à necessidade da manutenção periódica que as redes de abastecimento de água da zona rural necessitam para atender de forma satisfatória as famílias que dela fazem uso.

Por se tratarem de itens padronizados, onde, noutro, já realizamos processo licitatório para aquisição do objeto. a solução mais cabível para a contratação seria o REGISTRO DE PREÇOS ORIGINÁRIO DE PREGÃO ELETRÔNICO, dado as características do objeto (enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021), considerando a ampla concorrência sendo o critério de julgamento pelo **Menor Preço Por Item**.

Ressaltamos que o regime proposto tem como principal benefício a adequação de cotas para empenhamento. Dessa forma, poderá ser feita uma melhor avaliação do período a ser compreendido, buscando a otimização dos recursos do erário. Outra vantagem deste Sistema é a fixação dos preços pelo período de um ano, ficando a Ata de Registro de Preços à disposição da Administração Pública para, quando e se necessário, efetuar a contratação. Com isso, após realizado o procedimento Licitatório, as contratadas deverão efetivar o fornecimento dos itens licitados, conforme o prazo de entrega a ser definido no termo de referência, e emissão de nota de empenho, seguindo criteriosamente as descrições determinadas em tal termo, além das unidades de medida de acordo com a listagem de itens adquiridos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; **(inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).**

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; **(Art. 7º, inciso X da IN 40/2020).**

Pretende-se contratar os itens descritos neste ETP pelo **MENOR PREÇO**, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção do fornecimento para tratar da necessidade da compra de materiais de construção para manutenção da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois Créditos Fundiários e uma Vila Rural integrantes da Saúde do Município de Congonhinhas / PR.

- Segue em anexo Solicitação de Compras.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 44.763,12

Fundamentação: O preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, sendo que a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados.

O valor final de cada item foi baseado nas pesquisas em consulta do BANCO DE PREÇOS.

Estimativa de Valor, indicando a forma que se chegou ao valor de R\$ 44.763,12 (Quarenta e quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e doze centavos), preço determinado após realizada pesquisa de preço obtido através de orçamentos do banco de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

Devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, conforme disposto na alínea b) do inciso V do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020.

A contratação pretendida será realizada de forma fracionada, uma vez que o produto será entregue conforme necessidade e solicitação desta Secretaria, não sendo este um fator impeditivo para a competitividade entre os fornecedores.

A presente contratação será dividida em itens unitários com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item. Garantindo, assim, a ampla concorrência. Tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU no tocante à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não SE faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido. Assim destaca-se ainda que a aquisição dos itens licitados, destina-se a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Congonhinhas / PR e, não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, nos termos do artigo 3º da consolidação das leis trabalhistas (CLT).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XI li do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º. inciso XIII da JN 40/2020).

Considerando a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de aquisição dos medicamentos, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

Além disso, os materiais de construção, objeto do presente instrumento, são essenciais para o bom funcionamento das unidades a serem contempladas, ratificando a importância da efetivação da contratação pretendida.

Considerando a evidente necessidade a Contratação de Empresa aquisição de materiais de construção, objetivando atender com eficiência e eficácia as necessidades e expectativas das famílias usuárias do abastecimento de água da zona rural do Município de Congonhinhas / PR e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas, da presente contratação, conclui-se pela total viabilidade da contratação pretendida.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Fundamentação: Em atenção aos princípios da eficiência e economicidade que regem a Administração Pública, somado à transparência que deve nortear as despesas custeadas com orçamento público, é primordial que seja implementada a sistemática, a da realização de estudos preliminares para a aquisição de bens ou prestação de serviços, como forma de obter melhoria da qualidade dos gastos e conduzir a uma gestão eficiente dos recursos públicos.

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) regulamenta a fase preparatória no âmbito do Fundo Municipal de Saúde para aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades nos próximos doze meses, visando atender as demandas já existentes no que se refere a preservação, conservação ou manutenção, ou ainda, em caráter emergencial ou urgente, bem como o atendimento das atividades inerentes dos serviços que precisam ser executados pelos trabalhadores da rede de água da zona rural, em que a finalidade é o atendimento do papel da administração perante a nossa comunidade do Município de Congonhinhas / PR

Pretende-se contratar os itens descritos neste estudo com qualidade, melhor preço, e que atenda a especificação, correspondendo às necessidades requisitadas.

13. Providências a serem Adotadas

Fundamentação: A fiscalização, recepção e controle dos produtos adquiridos serão responsabilidade dos funcionários da Unidade de Saúde, onde ficarão encarregadas de conferir a compatibilidade, integridade e qualidade do item entregue com a solicitação enviada ao fornecedor.

000115

Não será necessário providências.

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Fundamentação: A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento visa sempre a preservação, proteção e cuidados com o meio ambiente, realizando o descarte correto dos materiais, eletrônicos, recipientes, embalagens, entre outros, através do departamento de vigilância sanitária, mantendo o bom estar do ambiente do município e região. Desta forma, é buscado sempre empresas que compartilham do mesmo ideal, mantendo o ambiente limpo e bem cuidado.

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020). Considerando a análise desenvolvida no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação mostrase viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de aquisição de Materiais de Construção, competitividade do mercado.

Além disso, os Materiais de Construção, objeto do presente instrumento, são essenciais para o bom funcionamento das unidades a serem contempladas, ratificando a importância da efetivação da contratação pretendida.

Considerando a evidente necessidade da Contratação de Empresa para Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Congonhinhas /PR, em atendimento as necessidades preçúas das demais Unidades Integrantes de Saúde do Município de Congonhinhas/PR, e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas da presente contratação, conclui-se pela total viabilidade da contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ROSANA CRISTINA SUMBACH

Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.



Assinou eletronicamente em 17/04/2024 às 08:33:40.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – UASG 987517

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2024

Processo Administrativo nº _____/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O **MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Olegário Ribeiro Lopes, nomeado pela ATA de Transição de Cardo, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal de Circulação regional – A Cidade regional em 08 de janeiro de 2021, portador da Matrícula Funcional nº 1954, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº/2024, publicada no Diário Oficial do Município e Jornal A Cidade Regional de Cornélio Procopio, de/...../2024, processo administrativo n.º, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

OU

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes,

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

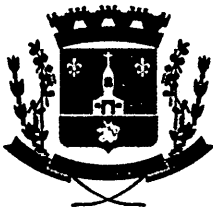
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços; vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, **ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo I

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com

(43) 3554-1107 • licitacao@congonhinhas.pr.gov.br
Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000
www.congonhinhas.pr.gov.br



• 000120

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – UASG 987517

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2024

Processo Administrativo nº XXXX/2024

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2024
DE AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS, QUE FAZEM ENTRE
MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS E A EMPRESA

.....

O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, na cidade de Congonhinhas/Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Sr. José Olegário Ribeiro Lopes, Prefeito do Municipal, nomeado pela ATA de Transição de Cardo, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal de Circulação regional – A Cidade regional em 08 de janeiro de 2021, portador da Matrícula Funcional nº 1954, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, inscrito no CNPJ/MF sob o nº, sediado na, nº, Bairro, em Estado de, doravante designada CONTRATADA, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº. .../2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

...						
-----	--	--	--	--	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1.O Termo de Referência;

1.2.2.O Edital da Licitação;

1.2.3.A Proposta do contratado;

1.2.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1.O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.2. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1.A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS .

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.2.1.1. ...

4.2.1.2. ...

4.2.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.2.2.1.

4.2.2.2.

4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO.

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO.

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições será de:
- 6.2. 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;
- 6.3. 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE.

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

- 10.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

- 10.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

- 10.3.1. BEM 1..... Valor
- 10.3.2. BEM 2Valor
- 10.3.3. ...
- 10.3.4. TOTAL Valor total

OU

- 10.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

- 10.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de XXXX dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

- 10.5.1. BEM 1..... Valor

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

10.5.2. BEM 2Valor

10.5.3.

10.5.4. TOTAL Valor total

- 10.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 10.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 10.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.9 deste contrato.
- 10.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 10.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 10.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 10.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.10, observada a legislação que rege a matéria.
- 10.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 10.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 10.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

10.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.20.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.20.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.20.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

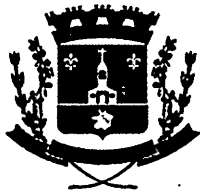
1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
2. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
- e
- b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

OU

12.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.3.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.**

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO.

- 17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Congonhinhas, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA (OBRIGATÓRIO)**(OBS: IDENTIFICAR –PROPOSTA AJUSTADA)****(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)**

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG, CPF, (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Congonhinhas, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2023, conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	xx		xx	xx	R\$	R\$
2	xx		xx	xx	R\$	R\$
3	xx		xx	xx	R\$	R\$
Total						R\$

Informar Valor total por extenso R\$...(.....)

Informar especificação dos serviços/materiais;

Informar a unidade, quantidade e valor unitário;

Informar que a proponente se obriga a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

Informar que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**.

Prazo máximo de entrega dos produtos será de acordo com o ANEXO I do edital (Termo de Referência).

Informar o responsável para assinatura da ATA.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto...... de 2023.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO**(OBS: IDENTIFICAR – TIMBRE DA EMPRESA)****(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)**

Pregão Eletrônico Nº/2024

Processo Nº/2024

Data de Abertura dia/...../2024 àsh.....min

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº....., neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Congonhinhas, em estrito cumprimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº/2024, conforme abaixo discriminado:

DECLARA**1) DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA INFANTIL.**

Para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

2) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS.

Até a presente data não existem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE.

A empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico Nº Pregão Eletrônico nº/2024 - Processo Administrativo Nº/2024, que a empresa, tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação, cumprindo assim todas as exigências para habilitação e que cumpre todos os termos do Edital, e a fornecer os produtos/serviços dentro da qualidade exigida, sob as penas da Lei.

5) DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO.

Não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, e ainda NÃO possuímos em nosso quadro societário e de empregados, sócios ou dirigentes da referida empresa pessoas que possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com aqueles elencados no inciso III do art. 7º da Lei 14.133 – 2021, bem como aqueles descritos na Lei Orgânica municipal.

6) DECLARAÇÃO LEI 10.520 / DE 17-07-2002

Para efeito de cumprimento ao estabelecido no inciso artigo 62º da Lei Federal nº 14.133 – 2021, DECLARO, sob as penalidades cabíveis, que cumpro plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

7) DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE.

Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8) DECLARAÇÃO DE PREPOSTO.

Na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o responsável legal da empresa é o Sr.(a)....., Portador do RG sob

nº...../SSP/..... e CPF nº, cuja função/cargo é sócio administrador, responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

9) DADOS DE COMUNICAÇÃO.

Em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

a) Email: - Telefone : (.....) - Celular (.....)

b) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

c) Nomeamos e constituímos a Sr.(a)....., Portador do RG sob nº...../SSP/..... e CPF nº, para ser o responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato.

10) DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

a) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém.

11) DECLARAÇÃO DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

Se obriga a oferecer garantia dos produtos/serviços apresentados na proposta, para o objetivo deste edital, pelo prazo de (.....) meses, contados da solicitação dos produtos/serviços, sendo que durante o período de garantia sempre através de representantes autorizados, devendo realizar substituições e reparos de toda e qualquer peça que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como, falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação, sem qualquer ônus para a administração.

12) DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou parra reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no inciso IV do art. 63º da Lei 14.133 – 2021 e art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

..... de 2024.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****PROCURADORIA JURÍDICA****PARECER JURÍDICO INTRODUTÓRIO**

Número: 86/2024

Consultante: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

Referência: Processo Administrativo nº 26/2024

Assunto: Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Construção destinados a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, que serão utilizados no uso comum e rotineiro na execução das políticas públicas.

EMENTA: PARECER JURÍDICO. ANÁLISE DE REGULARIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO -SRP. PELA REGULARIDADE.

1. DO RELATÓRIO.

Trata-se de consulta formulada pela Divisão de Licitação em atendimento à solicitação de compra nº. 39/2024 realizada pelas Secretaria Municipal de Saúde.

Diante disso, foi encaminhado o processo administrativo nº 26/2024, Pregão Eletrônico para parecer inicial a esta Procuradoria Jurídica Municipal, conforme art. 53 da Lei 14.133/2021.

É o relatório, passamos a OPINAR.

2. DOS FUNDAMENTOS.

De início, cumpre esclarecer que compete a essa Procuradoria, única e exclusivamente, prestar assessoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

Assim, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 14.133/2021.

2.1 Fase Preparatória**2.1.1 Estudo Técnico Preliminar**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

A conceituação de estudo técnico preliminar se encontra no glossário da Lei n. 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Conforme prevê o art. 18 da referida Lei, faz parte da fase preparatória do processo licitatório a elaboração de estudo técnico preliminar, em que fique demonstrado que o interesse público identificado pelo órgão público contratante será bem atendido com determinada contratação. Em acréscimo, o § 1º estabelece as etapas a serem seguidas para o seu desenvolvimento, a fim de que seja garantido que as possíveis soluções tenham sido analisadas e identificada a melhor para atendimento da necessidade pública:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido; [...]

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

Analisando-se o documento Estudo Técnico Preliminar 23/2024, verifica-se claramente que contemplam as exigências legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

2.1.2 Projeto Básico

O art. 18, II da Lei n. 14.133/2021 ainda estabelece que a definição do objeto deve estar prevista em instrumento competente, no caso o termo de referência:

Os elementos exigíveis na composição do documento são:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

Compulsando o doc. Termo de Referência 21/2024, verifica-se que foram todos evidenciados, valendo ressaltar que muitos deles já são considerados na fase de elaboração dos estudos técnicos preliminares, passando a compor documento consolidado, por imperativo de eficiência.

2.1.3 Elaboração do Edital e Minuta de Contrato

A versões finais das minutas foram acostadas no presente processo. E possuem todos os requisitos exigidos pela Lei 14.133/2021.

2.1.4 Regime

No caso, será utilizado o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: [...]

IV - sistema de registro de preços; [...]

§ 1º Os procedimentos auxiliares de que trata o caput deste artigo obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento.

2.2.5 Modalidade de Licitação, Critério de Julgamento, Modo de Disputa e Motivação das Condições do Edital

A modalidade licitatória eleita foi o pregão, pois considerado que se enquadra na categoria de bens e serviços comuns, possuindo padrão de desempenho e qualidade passíveis de descrição objetiva e usualmente encontradas no mercado:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; [...]

XXI – serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

Os modos de disputa previstos na legislação são o aberto, fechado e o híbrido:

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

§ 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.

No caso, mantendo-se a apresentação tradicional da modalidade prego, a escolha foi o modo de disputa aberto.

Devem ser pormenorizadamente evidenciadas as justificativas para as condições do edital, especialmente no que tange à qualificação.

As exigências de qualificação técnica estão delineadas nos art. 67 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

§ 7º Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do caput deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

§ 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do caput deste artigo.

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

§ 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

No presente caso, conforme termo de referência 21/2024, não se verificou a inclusão de exigências específicas de qualificação técnica.

As exigências de qualificação econômico-financeira estão delineadas no art. 69 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

No presente caso, não se verificou a inclusão de exigências específicas de qualificação econômico-financeira.

A preparação do procedimento envolve igualmente a avaliação dos riscos.

Na situação em apreço, considerando a complexidade do objeto, não se verificou a necessidade de mecanismos adicionais de gerenciamento de risco.

Ainda deve ser avaliado se o orçamento será ou não sigiloso

O orçamento estimativo já se encontra divulgado no edital.

Quanto ao disposto na Lei Complementar n. 123/2006, o procedimento licitatório **EXCLUSIVO** para ME e EPP. Colhe-se da Lei Complementar n. 123/2006:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48 - Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública poderá realizar processo licitatório:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

I - destinado **exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Bem como será permitida apenas a participação de empresas que fazem parte da região do Município de Congonhinhas conforme o art. 1º, §4º, inciso II e §5º do Decreto Municipal nº 2.985/2020.

No caso, foi comprovado a existência de pelo menos 3 empresas aptas a fornecer o produto licitado e o valor total da contratação não ultrapassa R\$ 80.000,00 razão pela qual a licitação será exclusiva de ME e EPP através de comprovante de inscrição de CNPJ.

Importante destacar que a Lei n. 14.133/2021 estabeleceu restrições para que entidades empresariais possam se beneficiar da condição de microempresa e de empresas de pequeno porte:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

Observando-se essas novas restrições, o edital foi adequado para prevê-las:

3.5.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

A Lei n. 14.133/2021 estabelece que as demandas de contratação das entidades da Administração pública deverão ser de qualidade comum, vedando a aquisição de artigos de luxo. Delimitou, ainda, que a questão deveria ser regulamentada no prazo de 180 dias, sob pena de ficarem vedadas novas compras de bens de consumo.

Verifica-se que os objetos são de qualidade comum, concluindo-se pela adequação à exigência legal.

Considerando se tratar de registro de preços, torna-se desnecessária a reserva orçamentária para o quantitativo total a ser registrado, com exceção do quantitativo mínimo garantido, em virtude da característica básica do sistema que se configura na não obrigatoriedade de a Administração realizar as contratações advindas do registro.

Para as licitações efetuadas por intermédio deste sistema, a reserva é efetuada em momento posterior, a partir do surgimento da necessidade de aquisição, pela Administração.

3. DA CONCLUSÃO

A análise jurídica das contratações contou com uma maior regulamentação no art. 53 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica; I

II - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

§ 6º (VETADO).

Desta forma, esta procuradoria, conclui pela aprovação do procedimento em análise, e opina pelo seu prosseguimento, recomendando-se a observância do prazo mínimo de divulgação do art. 55 da legislação de regência:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: I - para aquisição de bens:

a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto; b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea "a" deste inciso;

II - no caso de serviços e obras:

a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;

Eis o parecer, à consideração da autoridade competente.

Congonhinhas, 24 de abril de 2024.

Raoni Pereira Do Val Oliveira

Advogado do Município – Decreto 3.246/2021

OAB/PR nº. 87.061



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

GABINETE DO PREFEITO

Referência: Pregão Eletrônico - SRP - Processo nº. 026/2024

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção destinados à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, para uso rotineiro na execução das políticas públicas.

Solicitante: Div. Saúde e Saneamento

DESPACHO

O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS - ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob no 75.825.828/0001-88, com sede administrativa na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, centro, Congonhinhas - Paraná, representado pelo seu Prefeito Municipal, José Olegário Ribeiro Lopes, no uso e gozo de suas prerrogativas, em consonância ao disposto na lei de regência, tendo em vista a existência de parecer jurídico pela viabilidade de prosseguimento do processo licitatório, **AUTORIZA** o prosseguimento do presente procedimento licitatório, destinado ao registro de preços para eventual aquisição de materiais de construção destinados à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, para uso rotineiro na execução das políticas públicas, conforme orientações constantes do Parecer Jurídico.

Encaminhe-se o procedimento à Divisão de Licitação para as providências necessárias.

Congonhinhas, 26 de abril de 2024.


José Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO:90.012/2024
Sistema de Registro de Preços

CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
UASG 987517

OBJETO: Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ R\$ 44.763,12 (Quarenta e quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e doze centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/05/2024 às 08h30min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por ITEM

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

SELEÇÃO DO FORNECEDOR: Âmbito Regional (Decreto Municipal nº2985/2020).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	15
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	15
11. DOS RECURSOS	16
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº90.012/2024**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – UASG 987517**

(Processo Administrativo nº026/2024)

Torna-se público que o Município de Congonhinhas, por meio da Divisão de Licitação, sediada na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, nº 266, Centro, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. *Para os itens do certame a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.14. **Somente será admitida a participação de empresas do ÂMBITO REGIONAL, nos termos previstos no Art.1º, parágrafo 4º, inciso II e parágrafo 5º do Decreto Municipal nº2.985/2020.**

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o previsto no Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.10.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO/TOTAL do ITEM/GRUPO

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá de **R\$0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.5 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecutibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. **SE HOUVER INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO, OU EM CASO DA NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES, PODERÃO SER EFETUADAS DILIGÊNCIAS, PARA QUE A EMPRESA COMPROVE A EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA.**

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia devidamente registrada em cartório.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o **prazo de 5 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.congonhinhas.pr.gov.br/>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: licitacao@congonhinhas.pr.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.congonhinhas.pr.gov.br/>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato
- 14.11.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Ajustada
- 14.11.5. ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada

Congonhinhas, 06 de maio de 2024.

THAIS
FERREIRA:0456
7826990

Assinado de forma digital
por THAIS
FERREIRA:04567826990
Dados: 2024.05.06
13:52:41 -03'00'

Thais Ferreira
Chefe da Divisão de Administração Geral
Portaria nº116/2024

Termo de Referência 21/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2024	927027-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGONHINHAS - PR	ROSANA CRISTINA SUMBACH	03/05/2024 15:31 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		21/2024

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A presente Licitação tem por finalidade O Registro de Preços do tipo **Menor Preço** para Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR, nos termos da descrição detalhada, que encontra-se em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação será de até 12 (doze) meses, contados da data indicada no instrumento contratual, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4.1. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de Aquisição de Materiais de Construção, necessários ao funcionamento das unidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Congonhinhas/PR.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O objeto da aquisição deverá atender as especificações técnicas e quantidades descritas na tabela abaixo.

Item	Quant.	Unid.	Descrição do Produto e Catmat	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	14	BAR	AÇO CA 50 3/8, DE 12 METROS - CATMAT 236982	R\$ 88,00	R\$ 1.232,00
2	14	BAR	AÇO CA 50 5/16, 12 METROS -CATMAT 236987	R\$ 76,13	R\$ 1.065,82

3	14	BAR	AÇO CA 60 5,00MM, DE 12 METROS - CATMAT 248588	R\$ 56,00	R\$ 784,00
4	30	M3	AREIA LAVADA MÉDIA - METRO CÚBICO - CATMAT 216954	R\$ 210,00	R\$ 6.300,00
5	40	UNID	CAIBRO MADEIRA 5CM X 5CM X 3M - UNIDADE - CATMAT 601835	R\$ 31,50	R\$ 1.260,00
6	20	M3	PEDRA BRITA 1 - METRO CÚBICO - CATMAT 216957	R\$ 170,00	R\$ 3.400,00
7	20	UNID	TÁBUA DE MADEIRA 30CM - 3 METROS CADA - UNIDADE - CATMAT 357740	R\$ 133,83	R\$ 2.676,00
8	20	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1º LINHA, LT 18L - CATMAT 601008	R\$ 433,00	R\$ 8.660,00
9	20	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1º LINHA LT 3,6L - CATMAT 601008	R\$ 171,49	R\$ 8.660,00
10	50	BAR	TUBO PVC SOLDAVEL, P/ HIDRÁULICA, MARRON 60MM X 6M - BARRA - CATMAT 481325	R\$ 156,27	R\$ 7.813,50
11	20	UNID	VIGA DE MADEIRA 9CM X 5CM - UNIDADE - CATMAT 242904	R\$ 191,82	R\$ 3.836,40
12	30	UNID	SARRAFO 1,5 X 2,00 CM X 2,00M - UNIDADE - CATMAT 606045	R\$ 21,30	R\$ 639,00
13	15	UNID	TÁBUA DE MADEIRA 15CM - 3 METROS CADA - UNIDADE - CATMAT 388559	R\$ 244,40	R\$3.666,00
Preço total:				R\$ 44.763,12	

1.7. Justifica-se a presente licitação para futura Aquisição dos Itens de Material de Construção, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento do Município de Congonhinhas/PR com o intuito de manter o pleno funcionamento das atividades sempre primando pela excelência nos trabalhos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, vêm-se diante da necessidade de Aquisição dos Itens de Material de Construção, de modo a suprir as necessidades que por ventura possam surgir.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus Quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, os requisitos devem ser atendidos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.2 Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

SUBCONTRATAÇÃO

4.3 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA (REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO)

5.1 O contrato terá início imediatamente após a assinatura do mesmo;

5.2 Os produtos deverão estar consoantes a sua descrição, para a correta execução contratual;

5.3 A CONTRATADA deverá impreterivelmente, indicar e-mail e número de WhatsApp válidos (com confirmação de leitura ativada), a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.;

5.4 DA ENTREGA DO PRODUTO

5.4.1. O prazo de entrega dos produtos será de no máximo 05 (cinco) dias, contados da solicitação da Secretaria através da emissão da Nota de Empenho.

5.4.2. O prazo de entrega dos bens em situação de urgência será imediato ou no prazo de 24h, podendo a Secretaria se dispor a buscar o produto dependendo da situação ou de até 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação da Secretaria através da emissão da Nota de Empenho.

5.4.3. Os produtos a serem entregues não poderão ter prazo de validade inferior a 12(doze) meses, e com no mínimo 75% do prazo da data da entrega. sob pena de devolução dos itens entregues.

5.4.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto com a devida comprovação, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4.5. **Entrega do Produto:** Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - Av. São Paulo, 896, centro, Congonhinhas-Pr.

5.4.6. Horário de Entrega: das 08h às 11h e das 13h às 16h, de segunda-feira a sexta-feira (exceto feriados), impreterivelmente, pois o estabelecimento permanece fechado fora do aqui mencionado.

5.4.7 Lembramos que a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4150/62.

5.5. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6 QUALIDADE DOS PRODUTOS

5.6.1 Apresentar integridade da embalagem, sem falhas ou quaisquer outras avarias;

5.6.2 Ser transportados adequadamente de acordo com as condições em que seja mantida a sua qualidade;

5.6.3 Ser acondicionados em embalagens lacradas, devidamente identificados e em perfeitas condições de armazenagem;

5.6.4 Os produtos em desacordo com o edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

6. Modelo de gestão do contrato

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo) fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

GESTOR DO CONTRATO

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

6.16 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

6.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado,

em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.18. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições, será efetuado em moeda brasileira corrente, da o prazo para pagamento de:

7.18.1. 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração.

7.18.2. 10 (dez) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 2006**, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CESSÃO DE CRÉDITO

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020**, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o **art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992**, tudo nos termos do **Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020**.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA E CRITÉRIO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR ÂMBITO REGIONAL

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**;

8.1.1. Quanto ao âmbito local ou regional, aplicando o **Decreto nº 2.985/2020**, a qual regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao **artigo 1º § 4º, inciso II**. Ou seja, o referido procedimento será realizado em **ÂMBITO REGIONAL**, visto que, em nosso município há empresas que podem nos fornecer o objeto desta licitação, conforme segue em anexo cotação de empresa e também cartão de CNPJ.

8.1.2. Justifica-se a contratação em âmbito regional, devido ao fato de que em situação de urgência que por ventura possa ocorrer, por se tratar de rede de abastecimento de água (mangueiras), que muitas vezes ficam expostas na superfície da terra (nos pastos), em longas distâncias, submetidas as intemperes do tempo e aos animais que por ventura passam pelo local pisoteando as mangueiras ocasionando rompimento da mesma entre outros, e se a empresa for de longe, poderá

acarretar em prejuízo aos serviços ofertados para os moradores da zona rural, que fazem uso exclusivamente do abastecimento d'água ofertada pelo município.

8.1.3. Com referência ao critério citado acima, aos itens listados cujo valor total abaixo de R\$ 267.045,97 (duzentos e sessenta e sete mil e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos) por item, aplicando-se o disposto no decreto.

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**;

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.4. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.20. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.21. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente];

8.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.23. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há

menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º) 8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.24. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

8.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.25.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.25.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.25.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

8.26. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.26.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 44.763,12

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O preço estimado total da contratação é de R\$ 44.763,12 (Quarenta e quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e doze centavos) ,conforme tabela anexada . (Dos Itens).

9.1.1. Os recursos necessários para aquisição do objeto deste Termo de Referência, já estão disponíveis junto ao tesouro municipal, no valor de R\$ 44.763,12 (Quarenta e quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e doze centavos) , através de transferência do Fundo Municipal de Saúde de Congonhinhas.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município;

10.1.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 11.002 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO / DIVISÃO DE SANEAMENTO

Ação	Nome da Ação	Despesa	Código/Nome Natureza da Despesa	Fonte Recurso
2.077	Material de Consumo	512	3.3.90.30.00.00.00.00	11001

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ROSANA CRISTINA SUMBACH:90114582904
82904

ROSANA CRISTINA SUMBACH

Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.

Assinado de forma digital por
ROSANA CRISTINA
SUMBACH:90114582904
Dados: 2024.05.03 15:38:40
-03'00'

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Solicitacao de Compra.pdf (1020.25 KB)

Anexo I - Solicitacao de Compra.pdf



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas
 CEP: 86320-000 CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212
 E-mail: Site: <http://congonhinhas.pr.gov.br/>

Solicitação de Compra Nº 39/2024

Solicitante:	Rosana Cristina Sumbach	Data da Solicitação: 16/04/2024
Organograma:	1100000000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO	
Local de Entrega:	Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - Avenida São Paulo, nº 896	
Objeto:	O Registro de Preços é uma ferramenta que serve para Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Construção destinados a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, que serão utilizados no uso comum e rotineiro na execução das políticas públicas.	
Justificativa:	A Aquisição do Material de Construção se fazem necessários para utilização nos serviços de manutenção, recuperação da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois (02) Créditos Fundiários e (01) uma Vila Rural. Tal contratação é indispensável para o desempenho do papel da Administração Pública perante nossa sociedade. Sendo assim, podemos afirmar que os itens serão usados de forma a atender as demandas quanto a preservação, conservação e manutenção das minas d'água no que tange a distribuição da mesma, contemplando todos lugares aos quais necessitarem.	
Observações:	Horário entrega: 08h/11:30h - 13h/16h, segunda-feira a sexta feira (exceto feriados), impreterivelmente, pois as mercadorias não serão recebidas em horário ou dia diferente do mencionado.	
Desdobramento:		
Fundamento Legal:		
Justificativa Valores:		
Prazo Execução:		
Modalidade:		

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	770103553-1	14,00	BAR	AÇO CA 50 3/8, DE 12 METROS - BARRA - CATMAT 236982	88,0000	1.232,00
2	770103554-1	14,00	BAR	AÇO CA 50 5/16, 12 METROS - BARRA - CATMAT 236987	76,1300	1.065,82
3	770103555-1	14,00	BAR	AÇO CA 60 5,00MM, DE 12 METROS - BARRA - CATMAT 248588	56,0000	784,00
4	770103557-1	30,00	M3	AREIA LAVADA MÉDIA - METRO CÚBICO - CATMAT 216954	210,0000	6.300,00
5	770103574-1	40,00	UND	CAIBRO MADEIRA 5CM X 5CM X 3M - UNIDADE - CATMAT 601835	31,5000	1.260,00
6	770103620-1	20,00	M3	PEDRA BRITA 1 - METRO CÚBICO - CATMAT 216957	170,0000	3.400,00
7	770103639-1	20,00	UND	TABUA DE MADEIRA 30CM - 3 METROS CADA - UNIDADE - CATMAT 357740	133,8300	2.676,60
8	770103644-1	20,00	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1ª LINHA, LT 18L - CATMAT 601008	433,0000	8.660,00
9	770103646-1	20,00	LT	TINTA LATEX ACRILICO, 1ª LINHA LT 3,6L - CATMAT 601008	171,4900	3.429,80
10	770103654-1	50,00	BAR	TUBO PVC SOLDADAVEL, P/ HIDRAULICA, MARRON 60MM X 6M - BARRA - CATMAT 481325	156,2700	7.813,50
11	770103662-1	20,00	UND	VIGA DE MADEIRA 9CM X 5CM - UNIDADE - CATMAT 242904	191,8200	3.836,40
12	770103635-1	30,00	UND	SARRAFO 1,5 X 2,00 CM X 2,00M - UNIDADE - CATMAT 606045	21,3000	639,00
13	770103640-1	15,00	UND	TABUA DE MADEIRA 15CM - 3 METROS CADA - UNIDADE - CATMAT 388559	244,4000	3.666,00

Preço Total: 44.763,12

Dotações Utilizadas:

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
512 - 11.002.17.512.0037.2077.3.3.90.30.00	Manutenção do Setor de Saneamento	00000-	44.763,12
		00000.01.07.00.00.1	
		.500.0000	

**ESTADO DO PARANÁ****PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS**

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas

CNPJ: 75.825.828/0001-88

E-mail: Site: <http://congonhinhas.pr.gov.br/>

Congonhinhas, 16 de Abril de 2024.

ROSANA CRISTINA**SUMBACH:90114582904**

Assinado de forma digital por

ROSANA CRISTINA

SUMBACH:90114582904

Dados: 2024.05.03 07:56:59 -03'00'

Assinatura do Responsável

Estudo Técnico Preliminar 23/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23/2024

2. Descrição da necessidade

INTRODUÇÃO - Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei nº 14.133/21.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Fundamentação: O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) refere-se a eventual Aquisição, para tratar da necessidade de Materiais de Construção para manutenção da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois Créditos Fundiários e uma Vila Rural. Tal contratação é indispensável para o desempenho do papel da administração pública perante nossa sociedade.

Sendo assim, podemos afirmar que os itens serão usados de forma a atender as demandas quanto a preservação, conservação e manutenção das minas d'água no que tange a distribuição da mesma, contemplando todos lugares aos quais necessitarem.

Logo, os materiais em questão, são listados os quantitativos, bem como a sua pretendida aquisição para o desempenho diário das atividades, cuja amplitude é relacionada a todas as necessidades inerentes as suas funções, sejam elas de manutenção, conservação ou preservação, ou ainda, em caráter emergencial e urgente em casos excepcionais.

Pretende-se adquirir os bens através de **ATA DE REGISTRO DE PREÇO** para eventual aquisição, não compreendendo a aquisição de forma obrigatória, sendo requisito de compra a necessidade evidente.

Pretende-se adquirir os materiais, selecionando a proposta mais vantajosa para a administração, observando os princípios da isonomia e de sustentabilidade.

Portando, a justificativa para a aquisição destes materiais encontra respaldo na legislação vigente, assegurando a adequação às normativas que regem o sistema de saúde brasileiro e reforçando o compromisso com a melhoria das condições de atendimento e cuidado à população do Município de Congonhinhas/PR.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.	Ana Paula de Godoi Roveri
Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde .	Rosana Cristina Sumbach

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Lei Federal 14.133/2021, art. 18, § 1º, III

Fundamentação: O presente ETP refere-se a eventual aquisição, pelo prazo de 12 (doze) meses, de materiais de construção para manutenção da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois Créditos Fundiários e uma Vila Rural bem como as ações realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.1. Os licitantes, na Descrição Detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:

4.1.1. Especificações técnicas;

4.1.2. Prazo de entrega, observado o limite máximo do Termo de Referência;

4.1.3. Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência;

4.1.4. Prazo de validade da proposta;

4.1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada Menor Preço Por Item;

4.1.6. O contrato terá início imediatamente após a assinatura do mesmo;

4.1.7 O objeto desse estudo deverá estar consoante a sua descrição, para a correta execução contratual.

A CONTRATADA deverá impreterivelmente, indicar e-mail e número de WhatsApp válidos (com confirmação de leitura ativada), a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante;

Lembramos que a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT**, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4150 /62.

No momento da entrega dos itens, os produtos fornecidos devem estar em perfeitas condições de higiene e conservação. Os itens devem estar em perfeitas condições, intactas e sem perfurações, e que, os produtos entregues serão submetidos a uma avaliação visual e sensorial de qualidade, e também quantitativamente conforme Autorização de Fornecimento e condições do Termo de Referência e seus apêndices, que será realizada da seguinte forma: caso sejam aprovados, de acordo com as condições expressas acima, os produtos serão denominados em conformidade. Estando fora dos padrões acima descritos, os produtos serão considerados em desconformidade. Todos os itens, bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais.

EXECUÇÃO DO OBJETO PELA CONTRATADA:

O objeto do contrato deverá manter validade de 12 (doze) meses e deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias, após a solicitação através da nota de empenho.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto com a devida comprovação, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior

Entrega do Produto: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento - Av. São Paulo, nº 896, Centro, Congonhinhas-Pr.

Horário de Entrega: das 08h às 11h e das 13h às 16h, de segunda - feira a sexta - feira (exceto feriados), impreterivelmente, pois o estabelecimento permanece fechado fora do aqui mencionado.

5. Levantamento de Mercado

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A pesquisa de preço será realizada pelo setor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento e deverá realizar consulta a fornecedores locais/regionais, por meio de consulta a correio eletrônico ou outro meio idôneo, bem como consulta do Banco de preços em observância as **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, de 07 de julho de 2021**, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

No âmbito da administração pública federal, autarquia e fundacional estabelece em seu **artigo 6º** que "serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços".

O preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, sendo que a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados. Já a utilização da mediana é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, uma vez que, nesse caso, há influência dos extremos dos dados coletados. Já a média é indicada quando os preços estão dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos. Na quase totalidade das situações, não se deve estimar os preços de mercado a (partir do menor valor. Estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado. Representa, apenas, o valor mais barato dentre os preços coletados. Este método somente é indicado quando estamos em um ambiente de competição oligo) Olistá. Explicitamente declaramos que a contratação é viável. Justificada pela necessidade e pela forma de contratação proposta.

6. Descrição da solução como um todo

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

Os itens constantes no presente estudo são itens padronizados na Grade Geral de aquisição dos bens em questão, visa atender à necessidade da manutenção periódica que as redes de abastecimento de água da zona rural necessitam para atender de forma satisfatória as famílias que dela fazem uso.

Por se tratarem de itens padronizados, onde, noutro, já realizamos processo licitatório para aquisição do objeto, a solução mais cabível para a contratação seria o REGISTRO DE PREÇOS ORIGINÁRIO DE PREGÃO ELETRÔNICO, dado as características do objeto (enquadram-se na classificação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021), considerando a ampla concorrência sendo o critério de julgamento pelo Menor Preço Por Item.

Ressaltamos que o regime proposto tem como principal benefício a adequação de cotas para empenhamento. Dessa forma, poderá ser feita uma melhor avaliação do período a ser compreendido, buscando a otimização dos recursos do erário. Outra vantagem deste Sistema é a fixação dos preços pelo período de um ano, ficando a Ata de Registro de Preços à disposição da Administração Pública para, quando e se necessário, efetuar a contratação. Com isso, após realizado o procedimento Licitatório, as contratadas deverão efetivar o fornecimento dos itens licitados, conforme o prazo de entrega a ser definido no termo de referência, e emissão de nota de empenho, seguindo criteriosamente as descrições determinadas em tal termo, além das unidades de medida de acordo com a listagem de itens adquiridos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020).

Pretende-se contratar os itens descritos neste ETP pelo MENOR PREÇO, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção do fornecimento para tratar da necessidade da compra de materiais de construção para manutenção da rede de abastecimento de água de três (03) Patrimônios, um Distrito, dois Créditos Fundiários e uma Vila Rural integrantes da Saúde do Município de Congonhinhas / PR.

- Segue em anexo Solicitação de Compras.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 44.763,12

Fundamentação: O preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, sendo que a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados.

O valor final de cada item foi baseado nas pesquisas em consulta do BANCO DE PREÇOS.

Estimativa de Valor, indicando a forma que se chegou ao valor de R\$ 44.763,12 (Quarenta e quatro mil e setecentos e sessenta e três reais e doze centavos), preço determinado após realizada pesquisa de preço obtido através de orçamentos do banco de preços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

Devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que este parcelamento é técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala, conforme disposto na alínea b) do Inciso V do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020.

A contratação pretendida será realizada de forma fracionada, uma vez que o produto será entregue conforme necessidade e solicitação desta Secretaria, não sendo este um fator impeditivo para a competitividade entre os fornecedores.

A presente contratação será dividida em itens unitários com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item. Garantindo, assim, a ampla concorrência. Tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU no tocante à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não SE faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido. Assim destaca-se ainda que a aquisição dos itens licitados, destina-se a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Congonhinhas / PR e, não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta, nos termos do artigo 3º da consolidação das leis trabalhistas (CLT).

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XI II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º. Inciso XIII da JN 40/2020).

Considerando a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de aquisição dos medicamentos, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

Além disso, os materiais de construção, objeto do presente instrumento, são essenciais para o bom funcionamento das unidades a serem contempladas, ratificando a importância da efetivação da contratação pretendida.

Considerando a evidente necessidade a Contratação de Empresa aquisição de materiais de construção, objetivando atender com eficiência e eficácia as necessidades e expectativas das famílias usuárias do abastecimento de água da zona rural do Município de Congonhinhas / PR e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas, da presente contratação, conclui-se pela total viabilidade da contratação pretendida.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Fundamentação: Em atenção aos princípios da eficiência e economicidade que regem a Administração Pública, somado à transparência que deve nortear as despesas custeadas com orçamento público, é primordial que seja implementada a sistemática, a da realização de estudos preliminares para a aquisição de bens ou prestação de serviços, como forma de obter melhoria da qualidade dos gastos e conduzir a uma gestão eficiente dos recursos públicos.

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) regulamenta a fase preparatória no âmbito do Fundo Municipal de Saúde para aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades nos próximos doze meses, visando atender as demandas já existentes no que se refere a preservação, conservação ou manutenção, ou ainda, em caráter emergencial ou urgente, bem como o atendimento das atividades inerentes dos serviços que precisam ser executados pelos trabalhadores da rede de água da zona rural, em que a finalidade é o atendimento do papel da administração perante a nossa comunidade do Município de Congonhinhas / PR

Pretende-se contratar os itens descritos neste estudo com qualidade, melhor preço, e que atenda a especificação, correspondendo às necessidades requisitadas.

13. Providências a serem Adotadas

Fundamentação: A fiscalização, recepção e controle dos produtos adquiridos serão responsabilidade dos funcionários da Unidade de Saúde, onde ficarão encarregadas de conferir a compatibilidade, integridade e qualidade do item entregue com a solicitação enviada ao fornecedor.

Não será necessário providências.

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Fundamentação: A Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento visa sempre a preservação, proteção e cuidados com o meio ambiente, realizando o descarte correto dos materiais, eletrônicos, recipientes, embalagens, entre outros, através do departamento de vigilância sanitária, mantendo o bom estar do ambiente do município e região. Desta forma, é buscado sempre empresas que compartilham do mesmo ideal, mantendo o ambiente limpo e bem cuidado.

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020). Considerando a análise desenvolvida no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação mostrase viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de aquisição de Materiais de Construção, competitividade do mercado.

Além disso, os Materiais de Construção, objeto do presente instrumento, são essenciais para o bom funcionamento das unidades a serem contempladas, ratificando a importância da efetivação da contratação pretendida.

Considerando a evidente necessidade da Contratação de Empresa para Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Congonhinhas /PR, em atendimento as necessidades preçpuas das demais Unidades Integrantes de Saúde do Município de Congonhinhas/PR, e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas da presente contratação, conclui-se pela total viabilidade da contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ROSANA CRISTINA
SUMBACH:90114582904

Assinado de forma digital por
ROSANA CRISTINA
SUMBACH:90114582904
Dados: 2024.05.03 15:52:29 -03'00'

ROSANA CRISTINA SUMBACH

Diretora Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.



Assinou eletronicamente em 03/05/2024 às 15:55:29.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – UASG 987517

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2024
Processo Administrativo nº _____/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O **MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Olegário Ribeiro Lopes, nomeado pela ATA de Transição de Cardo, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal de Circulação regional – A Cidade regional em 08 de janeiro de 2021, portador da Matrícula Funcional nº 1954, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº/2024, publicada no Diário Oficial do Município e Jornal A Cidade Regional de Cornélio Procopio, de/...../2024, processo administrativo n.º, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

OU

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes,



independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital ou no aviso de contratação direta*.
- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.
- 11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*
- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo I

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com

(43) 3554-1107 • licitacao@congonhinhas.pr.gov.br
Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266 • Centro, Congonhinhas, Paraná CEP 86.320-000
www.congonhinhas.pr.gov.br

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – UASG 987517

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXX/2024

Processo Administrativo nº XXXX/2024

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2024
DE AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS, QUE FAZEM ENTRE
MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, na cidade de Congonhinhas/Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Sr. José Olegário Ribeiro Lopes, Prefeito do Municipal, nomeado pela ATA de Transição de Cardo, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Jornal de Circulação regional – A Cidade regional em 08 de janeiro de 2021, portador da Matrícula Funcional nº 1954, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa inscrito no CNPJ/MF sob o nº sediado na nº Bairro em Estado de doravante designada CONTRATADA, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº. .../2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

...						
-----	--	--	--	--	--	--

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.O Termo de Referência;
- 1.2.2.O Edital da Licitação;
- 1.2.3.A Proposta do contratado;
- 1.2.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1.O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.2. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1.A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS .

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.2.1.1. ...

4.2.1.2. ...

4.2.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.2.2.1.

4.2.2.2.

4.2.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO.

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO.**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições será de:
- 6.2. 10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;
- 6.3. 10 (dez dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE.

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXXXX.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

RESEARCH REPORT ON THE EFFECTS OF THE

RESEARCH REPORT ON THE EFFECTS OF THE

The first part of the report deals with the general situation of the country and the results of the research. The second part deals with the specific results of the research and the conclusions drawn from them. The third part deals with the recommendations for the future and the conclusions drawn from them.

The first part of the report deals with the general situation of the country and the results of the research. The second part deals with the specific results of the research and the conclusions drawn from them. The third part deals with the recommendations for the future and the conclusions drawn from them.

The first part of the report deals with the general situation of the country and the results of the research. The second part deals with the specific results of the research and the conclusions drawn from them. The third part deals with the recommendations for the future and the conclusions drawn from them.

RESEARCH REPORT ON THE EFFECTS OF THE

RESEARCH REPORT ON THE EFFECTS OF THE
RESEARCH REPORT ON THE EFFECTS OF THE
RESEARCH REPORT ON THE EFFECTS OF THE

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF DIRECTORS

FOR THE YEAR 1999

The Board of Directors of the Corporation has the honor to present to you the Annual Report of the Corporation for the year 1999. The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

The Corporation has achieved significant accomplishments during the year, and we are proud to share these with you. The Corporation's performance has been excellent, and we are confident that the future is bright for all of us.

Very truly yours,

Chairman of the Board of Directors

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

10.5.2. BEM 2 Valor

10.5.3. ...

10.5.4. TOTAL Valor total

- 10.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato E/OU por XXXXXX dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 10.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 10.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.9 deste contrato.
- 10.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 10.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 10.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 10.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 10.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 10.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.10, observada a legislação que rege a matéria.
- 10.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 10.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 10.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 10.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 10.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

[Illegible text]

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

10.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.20.1. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.20.2. Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.20.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de% (.... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
2. Moratória de% (.... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;*
- e
- b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

OU

12.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.3.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor -- e normas e princípios gerais dos contratos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO.

- 17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Congonhinhas, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA (OBRIGATÓRIO)**(OBS: IDENTIFICAR –PROPOSTA AJUSTADA)****(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)**

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG , CPF , (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Congonhinhas, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2023, conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	xx		xx	xx	R\$	R\$
2	xx		xx	xx	R\$	R\$
3	xx		xx	xx	R\$	R\$
Total						R\$

Informar Valor total por extenso R\$...(.....)

Informar especificação dos serviços/materiais;

Informar a unidade, quantidade e valor unitário;

Informar que a proponente se obriga a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

Informar que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**.

Prazo máximo de entrega dos produtos será de acordo com o ANEXO I do edital (Termo de Referência).

Informar o responsável para assinatura da ATA.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

..... de 2023.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO

(OBS: IDENTIFICAR – TIMBRE DA EMPRESA)

(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

Pregão Eletrônico Nº/2024

Processo Nº/2024

Data d e Abertura dia /...../2024 àsh.....min

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº....., neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Congonhinhas, em estrito cumprimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024, conforme abaixo discriminado:

DECLARA

1) DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃ O DE MÃO DE OBRA INFANTIL.

Para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

2) DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS.

Até apresente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE.

A empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico Nº Pregão Eletrônico nº/2024 - Processo Administrativo Nº/2024 , que a empresa, tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação , cumprindo assim todas as exigência para habilitação e que cumpre todos os termos do Edital, e a fornecer os produtos/serviços dentro da qualidade exigida , sob as penas da Lei.

5) DECLARAÇÃO DE N O PARENTESCO.

Não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, e ainda NÃO possuímos em nosso quadro societário e de em pregados, sócios ou dirigentes da referida empresa pessoas que possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com aqueles elencados no inciso III do art. 7º da Lei 14.133 – 2021, bem como aqueles descritos na Lei Orgânica municipal.

6) DECLARAÇÃO LEI 10.520 / D E 1 7 -07-2002

Para efeito de cumprimento ao estabelecido no Inciso artigo 62º da Lei Federal nº 14.133 – 2021, DECLARO, sob as penalidades cabíveis, que cumprio plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

7) DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE.

Comprometo-me a manter durante a execução do contrato , em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8) DECLARAÇÃO DE PREPOSTO.

Na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o responsável legal da empresa é o Sr.(a)....., Portador do RG sob

nº...../SSP/..... e CPF nº, cuja função/cargo é sócio administrador, responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

9) DADOS DE COMUNICAÇÃO.

Em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

a) Email: - Telefone :(...)... - Celular (.....) ;

b) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

c) Nomeamos e constituímos a Sr.(a)....., Portador do RG sob nº...../SSP/..... e CPF nº, para ser o responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato.

10) DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

a) A proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém.

11) DECLARAÇÃO DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

Se obriga a oferecer garantia dos produtos/serviços apresentados na proposta, para o objetivo deste edital, pelo prazo de (.....) meses, contados da solicitação dos produtos/serviços, sendo que durante o período de garantia sempre através de representantes autorizados, devendo realizar substituições e reparos de toda e qualquer peça que apresente anomalia, vício ou defeito de fabricação, bem como, falhas ou imperfeições constatadas em suas características de operação, sem qualquer ônus para a administração.

12) DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou parra reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no inciso IV do art. 63º da Lei 14.133 – 2021 e art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

..... de 2024.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL

(OBS: IDENTIFICAR – TIMBRE DA EMPRESA)

(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)

Pregão Eletrônico Nº/2024

Processo Nº/2024

Data d e Abertura dia /...../2024 àsh.....min

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº....., neste ato representada por, cargo, RG....., CPF....., (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Congonhinhas, em estrito cumprimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº/2024, conforme abaixo discriminado:

DECLARA:

Declara, conhecer o edital do Pregão Eletrônico nº/2024 e seus anexos, que a inscrição para a participação neste processo licitatório implica-se na aceitação integral e irrestrita das condições.

Declaro ter pleno conhecimento e aceitação de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento.

..... de 2024.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

06/05/2024 14:07:13

Pedido de Cotação Eletrônica

Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 08/05/2024.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão

97942 - PREFEITURA DE CONGONHINHAS - PR

UASG Responsável

987517 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS - PR

Modalidade de Licitação

Pregão

Nº da Licitação

90012/2024

Característica

Registro de Preço (SRP)

Forma de Realização

Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da IRP

00008/2024

Lei

Lei nº 14.133/2021

Critério de Julgamento

Menor Preço/Maior Desconto

Tipo de Objeto

Bens Comuns

Nº do Processo

26

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Validade da Ata SRP

12 mes(es)

Quantidade de Itens

13

Objeto

Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR.

Data da Divulgação

08/05/2024

Data da Disponibilidade do Edital

A partir de 08/05/2024 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação

Em 21/05/2024 às 08:30

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2024 - PROCESSO Nº026/2024.

Forma: Eletrônico do Tipo Menor Preço por ITEM – ÂMBITO REGIONAL.

Objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR.

ENCAMINHAMENTO: As propostas iniciais deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.gov.br/compras.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h29min do dia 21/05/2024, com ABERTURA DA SESSÃO às 08h30min do mesmo dia, no endereço acima. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de BRASÍLIA.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou nos sites www.congonhinhas.pr.gov.br e www.gov.br/compras.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente.

Congonhinhas, 06 de maio de 2024.

THAIS
FERREIRA:0456
7826990

Assinado de forma digital
por THAIS
FERREIRA:04567826990
Dados: 2024.05.06
14:11:45 -03'00'

Thaís Ferreira
Chefe da Divisão de Administração Geral
Portaria nº116/2024

adJORNAL
JORNAL DO INTERIOR

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2024 - PROCESSO Nº026/2024.

Forma: Eletrônico do Tipo Menor Preço por ITEM – ÂMBITO REGIONAL.

Objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR.

ENCAMINHAMENTO: As propostas iniciais deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.gov.br/compras.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h29min do dia 16/05/2024, com ABERTURA DA SESSÃO às 08h30min do mesmo dia, no endereço acima. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de BRASÍLIA.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou nos sites www.congonhinhas.pr.gov.br e www.gov.br/compras.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente.

Congonhinhas, 06 de maio de 2024.

Thais Ferreira

Chefe da Divisão de Administração Geral
Portaria nº 116/2024

Campo Mourão

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 24/2024.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS, CAIXA DE GORDURA E DESENTUPIMENTO DE ENCANAMENTOS (PIAS, RALOS E VASOS SANITÁRIOS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. PRAZO FINAL PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: até às 13h59 do dia 03 de junho de 2024. DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14h do dia 03 de junho de 2024. LOCAL PARA OBTENÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: Portal da Transparência do Município no site www.campomourao.pr.gov.br, no menu Licitações Gerais, e www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir do primeiro dia útil após a publicação deste aviso. Campo Mourão, 9 de maio de 2024. Luis Fernando Buosi - Pregoeiro

48627/2024

Carlópolis

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 034/2024
PROCESSO: N.º 081/2024
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM- REGISTRO DE PREÇOS
O Município de Carlópolis, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, Menor Preço por Item, que tem por objeto a Contratação de Empresa para prestação de serviços especializados de natureza contínua e essencial para o Município, como limpeza de vias, e logradouros públicos, compreendendo varrição manual e mecanizada, capina manual e raspagem dos resíduos sólidos, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos.
Disponibilidade do edital: 09 de maio de 2024
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30min do dia 24 de maio de 2024
Local: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Aquisição do edital: Os interessados em participar do certame, poderão retirar exemplares deste edital diretamente no site do Município - link: www.carlopolis.pr.gov.br - Processos Licitatórios, no Departamento de Licitações, Rua Benedito Salles, nº 1.060, pelos telefones: (43) 3566.1291 - Ramal 201 e 43- 99825-0137 e através do e-mail licitacoes2@carlopolis.pr.gov.br.
Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através pelos telefones: 34) 3014-6633 / 3236-7571 (Suporte aos Fornecedores) (34) 99678-7950 / (34) 99678-8726 (Suporte aos Fornecedores) ou através da Licitanet Online ou pelo e-mail: contato@licitanet.com.br / financeiro@licitanet.com.br
Carlópolis, 09 de maio de 2024.
Publique-se. Hiroshi Kubo *Prefeito Municipal*

48742/2024

Céu Azul

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL - PR
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N.º 23/2024 - M.C.A. - Forma Eletrônica

Objeto: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais odontológicos, para uso nas clínicas da Secretaria da Saúde, materiais e reagentes laboratoriais, para uso no laboratório, materiais hospitalares para utilização nas Unidades Básicas de Saúde em atendimento aos pacientes do SUS, equipamentos para a Clínica de Fisioterapia e cadeira de rodas para cedência aos pacientes. (O registro de preços terá vigência de 12 meses). Valor máximo estimado: R\$ 963.660,32. Protocolo das propostas até às 08:00 horas e sessão de disputa às 08:30 horas, do dia 23/05/2024. A licitação ocorrerá no site www.bllcompras.org.br. O texto do Edital poderá ser obtido no site www.ceuazul.pr.gov.br ou no Paço Municipal de Céu Azul, Tel. 45-3121-1000, e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br. Céu Azul/PR, 06 de maio de 2024. Laurindo Sperotto - Prefeito Municipal.

48509/2024

MUNICÍPIO DE CÉU AZUL - PR
AVISO DE LICITAÇÃO - Concorrência n. 3/2024 - M.C.A. - Forma Eletrônica

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de reforma no Clube do Vovô no Município de Céu Azul - PR, de acordo com o Instrumento de Repasse nº 4105300/2023 entre o Município de Céu Azul/PR e a Caixa Econômica Federal - Programa Itaipu Mais Que Energia. Valor máximo estimado: R\$ 520.185,04. Protocolo das propostas até às 09:00 horas e sessão de disputa às 09:15 horas, do dia 19/06/2024. A licitação ocorrerá no site www.bllcompras.org.br. O texto do

Edital poderá ser obtido no site www.ceuazul.pr.gov.br ou no Paço Municipal de Céu Azul, Tel. 45-3121-1026, e-mail: licitacao@ceuazul.pr.gov.br. Céu Azul/PR, 08 de maio de 2024. Laurindo Sperotto - Prefeito Municipal.

48610/2024

Colorado

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO
AVISO DE EDITAL - CONCORRÊNCIA - N.º 008/2024

O Município de Colorado torna público que realizará às 08h30min do dia 28 de maio de 2024, situado na Avenida Brasil, 1.250, em Colorado, Paraná, CONCORRÊNCIA, Contratação de empresa para revitalização e reforma da Ponte Estaiada que liga os municípios de Colorado a Paranacity, estado do Paraná, através do Contrato Repasse nº 922412/2021/MDR/CAIXA, conforme descrito em Edital Regime de execução sob o regime de execução empreitada por preço global tipo menor preço. A pasta técnica estará disponível através do site: www.colorado.pr.gov.br, portal da transparência, a partir de 12 de maio de 2024 às 23h59min no sistema BNC. Informações adicionais deverão ser dirigidas à equipe de apoio, no endereço eletrônico

Colorado, 08 de maio de 2024.

MARCOS JOSE CONSALTER DE MELLO
PREFEITO

47876/2024

Congonhinhas

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90.012/2024 - PROCESSO N.º 026/2024.

Forma: Eletrônico do Tipo Menor Preço por ITEM - ÂMBITO REGIONAL.

Objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR.

ENCAMINHAMENTO: As propostas iniciais deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.gov.br/compras.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h29min do dia 16/05/2024, com ABERTURA DA SESSÃO às 08h30min do mesmo dia, no endereço acima. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de BRASÍLIA.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou nos sites www.congonhinhas.pr.gov.br e www.gov.br/compras.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente.

Congonhinhas, 06 de maio de 2024.

Thais Ferreira

Chefe da Divisão de Administração Geral
Portaria nº 116/2024

47704/2024

Cornélio Procópio

AVISO DE EDITAL

CHAMADA PÚBLICA N.º 005/2024

OBJETO: Credenciamento de interessados pessoas físicas

e/ou jurídicas para permissão de uso de espaço público de forma onerosa para comercializarem produtos alimentícios e bebidas durante o evento Rodeio no Distrito de Congonhas.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: Até às 14h00m de 24/05/2024

LOCAL: Protocolo Geral- Prefeitura do Município - Departamento de Licitação - Av. Minas Gerais, 301, Centro.

ABERTURA: 14h05m de 24/05/2024

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: www.cornelioprocopio.pr.gov.br -

MAIORES INFORMAÇÕES: (43) 3520-8007 ou propostapmcp@gmail.com

Cornélio Procópio-PR, 10/05/2024.

MEURY NAOMI MATUDA MARQUES

Agente de Contratação

48816/2024

##ATO O Município de Congonhinhas torna público, para conhecimento dos interessados que realizará a licitação, a seguir:

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2024

Objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR.

ENCAMINHAMENTO: As propostas iniciais deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.gov.br/compras.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h29min do dia 21/05/2024, com ABERTURA DA SESSÃO às 08h30min do mesmo dia, no endereço acima. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de BRASÍLIA.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou nos sites www.congonhinhas.pr.gov.br e www.gov.br/compras.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente.

##DAT 06 de maio de 2024

##ASS THAIS FERREIRA

##CAR Chefe da Divisão de Administração Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2024

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza de fossas, caixa de gordura e desentupimento de encanamentos (pias, ralos e vasos sanitários) para atender as necessidades das secretarias municipais. Prazo final para recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 13h59 do dia 03 de junho de 2024. Data e horário de abertura da sessão pública: 14h do dia 03 de junho de 2024. Local para obtenção do Instrumento convocatório: Portal da Transparência do Município no site www.campomourao.pr.gov.br, no menu Licitações Gerais, e www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir do primeiro dia útil após a publicação deste aviso.

LUIS FERNANDO BUOSI
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024

OBJETO: Aquisição de material de distribuição gratuita para o programa kit cegonha feliz, distribuídos pela secretaria da saúde - SESAU. Prazo final para recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 8h59 do dia 27 de maio de 2024. Data e horário de abertura da sessão pública: 9h do dia 27/05/2024.

Local para obtenção do Instrumento convocatório: Portal da Transparência do Município no site www.campomourao.pr.gov.br, no menu Licitações Gerais, e www.portaldecompraspublicas.com.br, a partir do primeiro dia útil após a publicação deste aviso.

VITÓRIA MACHADO MOTA
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada, por meio do sistema de registro de preços, para "Prestação de serviços de manutenção de Infraestrutura de TI, com fornecimento de materiais".

Recebimento das Propostas: das 09:00 HORAS do dia 13 de maio de 2024 até às 08:00 HORAS do dia 29 de maio de 2024.

Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 HORAS do dia 29 de maio de 2024. (Horário de Brasília).

Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).

Preço Máximo: Constante no edital.

Critério de Julgamento: Maior Desconto "Por LOTE".

Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a Rua XV de Novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelos fones: (041) 3656-8080 ou 3656-8138 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 8 de maio de 2024.
HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2024

O Município de Congonhinhas torna público, para conhecimento dos interessados que realizará a licitação, a seguir:

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2024

Objeto: Registro de Preços para eventual Aquisição de Materiais de Construção, objetivando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Congonhinhas/PR.

ENCAMINHAMENTO: As propostas iniciais deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.gov.br/compras.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h29min do dia 21/05/2024, com ABERTURA DA SESSÃO às 08h30min do mesmo dia, no endereço acima. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de BRASÍLIA.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou nos sites www.congonhinhas.pr.gov.br e www.gov.br/compras.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente.

Em 6 de maio de 2024

THAIS FERREIRA
Chefe da Divisão de Administração Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 6/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 214/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, BASE E SUB-BASE, REVESTIMENTO, PAISAGISMO/URBANISMO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ENSAIOS TECNOLÓGICOS DAS RUAS CATARINA DUDA, RUA JOSÉ DORIVAL VALTER, RUA JOÃO RODRIGUES DA SILVA, RUA VICENTE MARSOLECK, RUA EMILIO ERNESTO NICHELE, RUA ALCIDES RODRIGUES DA CRUZ, RUA JOÃO ATILIO BIANCO, RUA CLOTÁRIO JOSIM DA SILVA, RUA JOSÉ DINARTE DA SILVA.

VALOR MÁXIMO: O preço total máximo é de R\$ 3.429.747,52 (Tres milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 10/05/2024 às 08h30m do dia 24/05/2024.

Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 24/05/2024 às 09h:00m do dia 24/05/2024.

Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h01m. do dia 24/05/2024.

O Edital poderá ser examinado e adquirido através do site www.contenda.pr.gov.br ou no Departamento de Licitações da Prefeitura do Município de Contenda, Avenida João Franco, nº 400, Centro, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (41) 3625-1212.

Em 9 de maio de 2024.
FABIO SANTOS FERNANDES
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 9/2024

O Município de Coronel Domingos Soares torna público que fará realizar CONCORRÊNCIA PÚBLICA para Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de 7,985 quilômetros de pavimentação asfáltica TST. ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: às 08:00 do dia 28/05/2024. INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:30 do dia 28/05/2024. LOCAL: "Sistema de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br". A pasta técnica completa e informações para cadastro poderão ser examinados no endereço eletrônico www.bll.org.br e também pelo site <http://www.pmcads.gov.br/>.

Coronel Domingos Soares, 6 de Maio de 2024.
JANDIR BANDIERA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIDA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM - AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE AVEIA PRETA. Início do cadastro das propostas: a partir das 08h do dia 13 de maio de 2024 até às 08h do dia 24 de maio de 2024. Abertura das propostas após as 08h do dia 24 de maio de 2024. Início da disputa de preços às 09h do dia 24 de maio de 2024. VALOR MÁXIMO TOTAL ESTIMADO: R\$ 162.858,00. Prazo de vigência: 12 meses. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvividapr.gov.br ou www.bnc.org.br. Informações: (46) 3232-8300.

Coronel Vívda - Pr, 9 de maio de 2024.

JULIANO RIBEIRO
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2024

PROCESSO Nº 15/2024

O MUNICÍPIO DE ESPERANÇA NOVA/PR, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO - POR ITEM, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, DECRETOS MUNICIPAIS Nº 211/2023, DECRETOS MUNICIPAIS Nº 019/2023 P E DO DECRETO FEDERAL Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO, CONFORME OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS A SEGUIR DEFINIDOS, OBJETIVANDO OBTER A MELHOR PROPOSTA, OBSERVADAS AS DATAS E HORÁRIOS DISCRIMINADOS A SEGUIR:

OBJETO: O objeto da presente licitação é a Aquisição de 1 (um) Arado Subsolado de 5 hastes, 2 (dois) Grade Aradora Intermediária e 1 (um) Carreta Agrícola Basculante, destinado ao incentivo do desenvolvimento rural dos agricultores e familiares que exploram atividades agropecuárias e demais necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme o Convenio/Mapa nº 944843/2023, firmado entre a Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, e contrapartida do Município de Esperança Nova/PR.

Início das Propostas: Das 08:30h do dia 10/05/2024, até às 08:30h do dia 24/05/2024.

Data e hora limite para Impugnação/Esclarecimento: dia 21/05/2024 às 08:30h.

Abertura das Propostas: Às 08:30h do dia 24/05/2024.

Início da Sessão de Disputa de Lances: Às 9:00h do dia 24/05/2024 no site

BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br), horário de Brasília - DF

Modo de Disputa: Aberto

VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$221.599,98 (duzentos e vinte e um mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: Portal BNC - BOLSA

NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br), REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Esperança Nova (<https://esperancanova.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes/>); no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Esperança Nova, Av. Juvenal Silva Braga, nº 181 E/OU no Portal BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br).

Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Juvenal Silva Braga, nº 181 - Esperança Nova-PR, E/OU por meio do Telefone (44) 3640-8000.

ESPERANÇA NOVA, 7 de maio de 2024.

EVERTON BARBIERI
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍGAO ALTO DO IGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 5/2024 - PMEAI

OBJETO: Contratação de empresa para construção de 3 (três) pontes em concreto armado pré-moldado, na Comunidade de Herval Bonito, no Bairro Vila Rica e no Bairro Quatro Irmãos, respectivamente, no Município de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, com o fornecimento de materiais e mão de obra, em consonância com os projetos, especificações técnicas, memoriais, planilhas de serviços e demais peças e documentos integrantes. Sessão de Entrega e Abertura de Envelopes: 19/06/2024, até às 09:00 horas. Valor Máximo: R\$ 1.386.365,12 (Um milhão, trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e sessenta e cinco reais e doze centavos).

AUTORIZAÇÃO: Agenor Bertoncello - Prefeito Municipal. Local para Informações e Obtenção do Instrumento Convocatório e seus Anexos: No Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, sito à Avenida Brasília, 551, Centro, ou através do Telefone: (46) 3553-1484, ou pessoalmente em horário de expediente das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas e/ou no endereço eletrônico: www.espigaualtoiguacu.pr.gov.br.

Espigão Alto do Iguaçu, 09 de maio de 2024.

ARMELINDO FLÁVIO DREHER
Secretário de Administração





ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2024

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com foi vencedor do pregão acima especificado dos seguintes itens abaixo relacionados, nas seguintes condições:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT - R\$	VALOR TOTAL - R\$
08	TINTA LATEX ACRILICO 1 LINHA	20,00	Unidade	REVETEX	R\$ 280,00	R\$ 5.600,00
09	TINTA LATEX ACRILICO 1 LINHA 3,6L	20,00	Unidade	REVETEX	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00
TOTAL						R\$ 7.200,00

Prazo de validade da proposta: Conforme edital

Prazo de entrega: Conforme edital

Prazo para Pagamento: Conforme edital

Local de Entrega: Conforme Edital.

Garantia: Conforme Edital.

Optante pelo Simples Nacional: Sim

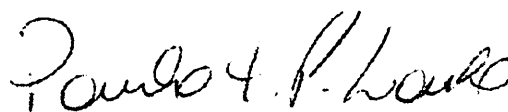
* Declaro de estarem incluídos nos preços propostos todos os custos e despesas, tais como impostos, taxas, fretes, tributos e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os produtos a serem adquiridos.

* Pneus e Baterias Com Selo do Inmetro podendo ser facilmente consultado no site www.inmetro.com.br

* Garantia de 05 (cinco) anos Contra defeitos de Fabricação.

Curitiba, 21 de Maio de 2024.

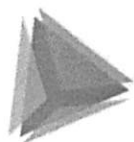
Dados Bancários:
BANCO DO BRASIL
Agência: 3390-1
Conta Corrente: 50893-4


PAULO TRACZ DE PAULA LOURO



PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06

for



TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 51890698000107

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

Handwritten signature or initials in the bottom right corner.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 21/05/2024 09:30:40

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
CNPJ: 51.890.698/0001-07

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU
Cadastro: Licitantes Inidôneos
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: CNJ
Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: Portal da Transparência
Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: Portal da Transparência
Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas
Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 51.890.698/0001-07
Razão Social: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
Nome Fantasia: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 04/09/2024
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento**II - Habilitação Jurídica****III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN	Validade:	14/10/2024	Automática
FGTS	Validade:	28/05/2024	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	02/11/2024	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	24/08/2024
Receita Municipal	Validade:	21/05/2024

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 51.890.698/0001-07
Razão Social: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
Nome Fantasia: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 04/09/2024

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Micro Empresa
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 80.000,00 Data de Abertura da Empresa: 21/08/2023
CNAE Primário: 4530-7/05 - COMÉRCIO A VAREJO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR

CNAE Secundário 1: 4530-7/03 - COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS
CNAE Secundário 2: 4541-2/02 - COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA
CNAE Secundário 3: 4651-6/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE
CNAE Secundário 4: 4651-6/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA
CNAE Secundário 5: 4661-3/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E
CNAE Secundário 6: 4662-1/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS
CNAE Secundário 7: 4663-0/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
CNAE Secundário 8: 4669-9/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE BOMBAS E COMPRESSORES;
CNAE Secundário 9: 4672-9/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
CNAE Secundário 10: 4673-7/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
CNAE Secundário 11: 4732-6/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES
CNAE Secundário 12: 4741-5/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA
CNAE Secundário 13: 4744-0/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS
CNAE Secundário 14: 4744-0/03 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS
CNAE Secundário 15: 4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS
CNAE Secundário 16: 4754-7/03 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO
CNAE Secundário 17: 4781-4/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E
CNAE Secundário 18: 4789-0/07 - COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA

Dados para Contato

CEP: 81.280-390
Endereço: RUA ROGERIO PEREIRA DE CAMARGO, 1109 - APT 64 ANDAR 06 COND
Município / UF: Curitiba / Paraná
Telefone: (41) 32252765 Telefone: (00) 00000000
E-mail: CWBATENAS@GMAIL.COM

Relatório de Credenciamento**Dados do Responsável Legal**

CPF: 080.425.289-06
Nome: PAULO TRACZ DE PAULA LOURO

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 147.398.019-49
Nome: CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
E-mail: taxi2329@gmail.com

Sócios / Administradores**Dados do Sócio/Administrador 1**

CPF: 080.425.289-06 Participação Societária: 100,00%
Nome: PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
Número do Documento: 2386158180 Órgão Expedidor: DETRAN PR
Data de Expedição: 13/04/2022 Data de Nascimento: 05/10/1993
Filiação Materna: IZABEL TRACZ DE PAULA LOURO
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 82.300-340
Endereço: RUA BENJAMIM CAVET, 238 - SAO BRAZ
Município / UF: Curitiba / Paraná
Telefone: (41) 96365823
E-mail: cwbatenas@gmail.com

Linhas Fornecimento**Materiais**

2510 - COMPONENTES DE CABINE, CARROCERIA E CHASSIS DE VEÍCULOS
2520 - COMPONENTES DE TRANSMISSÃO DE VEÍCULOS
2530 - COMPONENTES DE FREIO, DIREÇÃO, EIXO, RODA E LAGARTA DE VEÍCULOS
2540 - EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS
2590 - COMPONENTES DIVERSOS PARA VEÍCULOS
2610 - PNEUS E CÂMARAS DE AR, EXCETO OS DE AERONAVES
2620 - PNEUS E CÂMARAS DE AR DE AERONAVES
2630 - PNEUS MACIÇO E DE BAIXA PRESSÃO
2640 - MATERIAL PARA REFORMA E REPARO DE PNEUS E CÂMARAS DE AR
3442 - PRENSAS HIDRÁULICAS E PNEUMÁTICAS ACIONADAS POR ENERGIA
4910 - EQUIPAMENTO ESPECIALIZADO PARA OFICINA DE MANUTENÇÃO E REPARO DE VEÍCULOS MOTORIZADOS
4960 - EQUIPAMENTO ESPECIALIZADO PARA MANUTENÇÃO, REPARO E INSPEÇÃO DE VEÍCULOS ESPACIAIS
6135 - BATERIAS NAO RECARREGÁVEIS

Emitido em: 21/05/2024 09:39

2 de 3

CPF: 056.XXX.XXX-92 Nome: FRANCIELE APARECIDA DA CRUZ



Relatório de Credenciamento

Materiais

6140 - BATERIAS RECARREGÁVEIS

6160 - ACESSÓRIOS E REVESTIMENTOS DIVERSOS PARA BATERIAS

6220 - LUZES E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA PARA VEÍCULOS

8010 - TINTAS, VERNIZES E PRODUTOS CORRELATOS

9150 - ÓLEOS E GRAXAS PARA CORTE, LUBRIFICAÇÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 51.890.698/0001-07
Razão Social: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
Nome Fantasia: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 04/09/2024

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 14/10/2024
Código de Controle: 7C9723D2802C6B3F

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 28/05/2024
Código de Controle: 2024042918435619831246

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 02/11/2024
Código de Controle: 313433612024



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 51.890.698/0001-07
Razão Social: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
Nome Fantasia: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: 9102254993
Inscrição Municipal: 11150977

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 24/08/2024
Código de Controle: 03337505754

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 21/05/2024
Código de Controle: 11093939



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível VI - Qualificação Econômico-Financeira

Dados do Fornecedor

CNPJ: 51.890.698/0001-07
Razão Social: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
Nome Fantasia: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Balanço de Abertura - 09/2023**Exercício Financeiro:**

Período: 09/2023 a 12/2023 Validade: 05/2024

Certidão de Falência / Recuperação

Data de Validade: 05/11/2023
Código de Controle: 51890698000107



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 51.890.698/0001-07 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 21/08/2023
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 45.41-2-02 - Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática 46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças 46.69-9-01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças 46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas 46.73-7-00 - Comércio atacadista de material elétrico 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R ROGERIO PEREIRA DE CAMARGO	NÚMERO 1109	COMPLEMENTO APT 64 ANDAR 06 COND POSIVILLE II RES BLOCO TORRE 2
--	----------------	---

CEP 81.280-390	BAIRRO/DISTRITO CIDADE INDUSTRIAL	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
-------------------	--------------------------------------	-----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CWBATENAS@GMAIL.COM	TELEFONE (41) 3225-2765/ (0000) 0000-0000
--	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/08/2023
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/04/2024 às 11:16:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 51.890.698/0001-07
Razão Social: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
Endereço: R ROGERIO PEREIRA DE CAMARGO 1109 AP64 ANDAR6 TORRE2 / CIDADE INDUSTRIALPO / CURITIBA / PR / 81280-390

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/04/2024 a 28/05/2024

Certificação Número: 2024042918435619831246

Informação obtida em 10/05/2024 11:23:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 11.093.939

CNPJ: 51.890.698/0001-07

Nome: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 11:30 do dia 21/02/2024.

Código de autenticidade da certidão: FADF3EA70BCC435A898E7F904D15A77D24

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 21/05/2024 – Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 033375057-54

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **51.890.698/0001-07**

Nome: **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 24/08/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA NIRE : 41211899287 Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			Protocolo: PRC2420786400		
NIRE (Sede) 41211899287	CNPJ 51.890.698/0001-07	Data de Ato Constitutivo 21/08/2023	Início de Atividade 18/08/2023		
Endereço Completo Rua ROGERIO PEREIRA DE CAMARGO, Nº 1109, APT 64;ANDAR 06;COND POSIVILLE II RES;BLOCO TORRE, CIDADE INDUSTRIAL - Curitiba/PR - CEP 81280-390					
Objeto Social Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar; Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas; Comércio atacadista de equipamentos de informática; Comércio atacadista de suprimentos para informática; Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças; Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças; Comércio atacadista de ferragens e ferramentas; Comércio atacadista de material elétrico; Comércio varejista de lubrificantes; Comércio varejista de tintas e materiais para pintura; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de materiais hidráulicos; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio varejista de artigos de iluminação; Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios e Comércio varejista de equipamentos para escritório.					
Capital Social R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) Capital Integralizado R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)		Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio Nome PAULO TRACZ DE PAULA LOURO		CPF/CNPJ 080.425.289-06	Participação no capital R\$ 80.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Dados do Administrador Nome PAULO TRACZ DE PAULA LOURO		CPF 080.425.289-06		Término do mandato Indeterminado	
Último Arquivamento Data 29/04/2024		Número 20242689442		Ato/eventos 002 / 021 - ALTERAÇÃO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)	
				Situação ATIVA Status XXXXX	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 16/05/2024, às 20:29:13 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código GFDAX5JZ.
LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**

CPF/CNPJ: **51.890.698/0001-07**

O Tribunal de Contas da União **CERTIFICA** que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) **NÃO CONSTA** da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 13:01:49 do dia 17/05/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: **AXVE170524130149**

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Handwritten signature



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO

A ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARA que a empresa está ciente que quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou no sistema de cadastramento de fornecedores do município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA.**, com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o **Sr. Paulo Tracz de Paula Louro**, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARA que:

1. Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
2. Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao Pregoeiro, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessários;
3. Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
4. Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

A ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARA que a empresa ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal no 8.666/93 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETÁRIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

TERMO DE COMPROMISSO

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 - Apt 64 - 6º Andar - Bloco 02 - Cidade Industrial - CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, declara que, se compromete a entregar os materiais, nas quantidade solicitadas do ÓRGÃO PÚBLICO, nos locais determinados e no prazo estipulado em edital, após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM ÓRGÃO PÚBLICO

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, declara que sob os efeitos da lei, que não se enquadra nos impedimentos estabelecidos de participar e de ser contratada pelo órgão público conforme previstos no art. 38 da Lei 13.303/16.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, Em cumprimento as determinações da Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº 7.203/10 e Decreto Municipal nº 18.158/19, Portaria nº 023/SGAF/2019, DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico acima, que:

- a) A empresa não está impedida de contratar com a esfera de governo municipal;
- b) Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
- c) Não existe fato impeditivo à habilitação da empresa;
- d) A empresa não possui em seu quadro de pessoal menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- e) A empresa está em dia com todas as determinações trabalhistas e demais legislações aplicáveis.
- f) A empresa está ciente de que não poderá, na constância da relação contratual que venha a firmar com a Prefeitura, vir a contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, de quaisquer pessoas ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e de Vereadores.
- g) A empresa está ciente que deve seguir os padrões de segurança adequados ao uso de dados pessoais de que trata a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Por ser a expressão da verdade, eu, Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, representante legal do licitante, firmo a presente.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E DE
INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, declara que, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Declaro, ainda, para os efeitos art. 299 do Código Penal Brasileiro, não estar sujeito às hipóteses de impedimento de participação elencadas nos arts. 18 e 125 da Lei estadual no 9.433/05, quais sejam:

Art. 18 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários: I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II - a



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

empresa responsável, isoladamente ou em consórcio, pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, subordinado ou subcontratado; III - servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; IV - demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 desta Lei, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

§ 1º - É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa, a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação ou na execução da obra ou serviço, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º - O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua, como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração, a elaboração do projeto executivo.

§ 3º - Considera-se participação indireta, para os fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou de parentesco até o 3º grau entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior aos membros da comissão de licitação.

Art. 125 - É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais.

Parágrafo único - Não se inclui na vedação deste artigo a prestação de serviços em caráter eventual, de consultoria técnica, treinamento e aperfeiçoamento, bem como a participação em comissões examinadoras de concursos, no âmbito da Administração Pública.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, declara que:

a) Está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 2.021, de 09/05/2017) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

b) Se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

c) Na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

d) A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

e) Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETÁRIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO EXIGÊNCIAS NORMAS ABNT

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, declara que os produto ofertado pela empresa atende as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, e de que possui condições de apresentar, quando requisitado pela Administração, documento comprobatório de que atende estas exigências.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO NÃO EMPREGA MENOR

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, Declara pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei, de que a licitante não possui em seu quadro de pessoal empregados que se enquadrem nas situações previstas no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO FATOS IMPEDITIVOS

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes, para sua habilitação no presente processo licitatório, assim como está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO EMPRESA DE PEQUENO PORTE LC 123/2006

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, cumpre os requisitos legais para a qualificação como **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** estabelecidos pela Lei Complementar no 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

DECLARO, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame nos termos do artigo 43 e seus parágrafos no prazo Máximo de 04 dias úteis.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

**DECLARAÇÃO DE GRAU DE PARENTESCO E INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO
EMPREGATÍCIO**

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARA que não possui em seus quadros, empregado que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados, para fins do disposto na Resolução nº 9, de 6 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE PLENAMENTE
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, declaramos, em atendimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico SRP que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame, na forma do inciso VII, do artigo 4º, da Lei 10.520/2002.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETÁRIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARA QUE ATENDE OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, previstos no art. 7º da Lei distrital nº 4.770/2012, em especial que produz/comercializa bens:

- a) constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
- b) que ofereçam menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que não contêm substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por organismos nacionais ou internacionais;
- d) acondicionados em embalagem adequada, feita com a utilização de material reciclável, com o menor volume possível;
- e) que funcionem com baixo consumo de energia ou de água;
- f) que sejam potencialmente menos agressivos ao meio ambiente ou que, em sua produção, signifiquem economia no consumo de recursos naturais;
- g) que possuam certificado emitido pelos órgãos ambientais;
- h) que possuam certificação de procedência de produtos

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, instaurado por esta Instituição, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e sob as penas da lei, e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a nossa habilitação, cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda, com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARAR, para fins do disposto que:

(X) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5) Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) **Sr. Paulo Tracz de Paula Louro**, portador da **Carteira de Identidade nº 9.409.476-3** e do **CPF nº 080.425.289-06**, cuja função/cargo é sócio proprietário da empresa **Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda**, com sede na cidade de **Curitiba Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390**, inscrição no **CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07**, Fone/Fax: (41) 9.9674-2013, e-mail: **cwbatenas@gmail.com**, responsável pela assinatura da **Ata de Registro de Preços/contrato**.

7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a **Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: CWBATENAS@GMAIL.COM

Telefone: (41) 3225-2765

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a) **Sr. Paulo Tracz de Paula Louro**, portador da **Carteira de Identidade nº 9.409.476-3** e do **CPF nº 080.425.289-06**, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Eletrônico e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na **Ata de Registro de Preços/Contrato**.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, para fins do disposto que:

- a) Tem total conhecimento e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos.
- b) Cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- c) Inexiste de fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- d) Não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal;
- e) a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- f) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

h) a empresa proponente não se encontra inadimplente, nem é objeto de qualquer restrição ou notas desabonadoras junto ao cadastro de fornecedores deste Município;

i) os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes de tal administração pública, ou responsável pela licitação;

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARA, para todos os fins e efeitos das Leis Federais n.º 8.666/93 e 10.520/02, sob as penalidades cabíveis, responsabilizando-se pelo inteiro teor desta declaração, que:

- a) Recebeu em tempo hábil toda documentação pertinente e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições do presente Edital.
- b) Possui capacidade operativa e disponibilidade financeira para atender ao objeto desta licitação

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E DE VERACIDADE DOS
DOCUMENTOS

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARAR em cumprimento ao art. 120, II da Lei estadual no 9.433/05 e ao art. 18, §4º do Decreto no 19.896/20, e em face do quanto disposto no art. 184, inc. V, e no art. 195 da Lei estadual no 9.433/05, declaro:

(X) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.

(X) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, ressalvada, na forma do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, a existência de restrição fiscal e/ou trabalhista. Declaro, ainda, a veracidade dos documentos por mim apresentados, sob as penas da lei.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR OU
CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar, em havendo, ocorrências posteriores que o inabilite para participar de certames licitatórios sob as penas da lei.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO REQUISITOS IBAMA, INMETRO, RTQ-41, SBC, CTF

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARAR que a empresa proponente atende os requisitos das exigências sobre:

- a) Certificado do INMETRO (Instituto Nacional de metrologia, Normatização e Qualidade Industrial) que teste a conformidade das normas estabelecidas na portaria nº05, de 14 de janeiro de 2000;
- b) Pneus em conformidade com a RTQ-41 (Regulamento Técnico de Pneus Novos);
- c) Aprovados para uso do símbolo de Sistema Brasileiro de Certificação (SBC);
- d) O Cadastro Técnico Federal - CTF emitido em nome do fabricante de pneus, cadastro de fabricação de pneus e similares, conforme a Resolução CONAMA nº. 416/2009, bem como Instrução Normativa IN nº 01/2010 do IBAMA – Ministério do Meio Ambiente”. CTF IBAMA do fabricante ou do IMPORTADOR;
- e) Garantia de pneus pelo licitante fornecedor vencedor de no mínimo de 05 (cinco) anos.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARA que:

- a) Licitante dispõe ou disponibilizará um corpo técnico no Brasil responsável pela análise de qualquer tipo de garantia, com firma reconhecida. Prazos de garantia de 5 (cinco anos);
- b) Autoriza a Prefeitura Municipal para investigações complementares que se fizerem necessárias.
- c) Empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores.
- d) Fidelidade e veracidade dos documentos apresentados.
- e) Concorde com os termos do edital.
- f) A proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
- g) Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo e/ou Legislativo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º, da Lei 8666/93).
- h) Inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, assim como declarar ocorrências supervenientes, assinadas por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o nº da identidade dodeclarante.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO DE COLETA - IBAMA

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARA que se compromete em coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis (logística reversa), nos termos da instrução Normativa IBAMA nº 01/2010, do artigo 33, inciso III, da Lei Federal nº 12.305/2021 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, dos artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA Nº 416/2009, e da legislação correlata.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



ATENAS
DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS
E TINTAS LTDA.
CNPJ 51.890.698/0001-07

DECLARAÇÃO

A Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda., com sede na cidade de Curitiba - PR, à Rua Rogério Pereira de Camargo, 1109 – Apt 64 – 6º Andar – Bloco 02 – Cidade Industrial – CEP 81.280-390, inscrição no CNPJ/MF sob nº 51.890.698/0001-07, Fone/Fax: (41) 3225-2765, e-mail: cwbatenas@gmail.com, por intermédio de seu representante legal o Sr. Paulo Tracz de Paula Louro, portador da Carteira de Identidade nº 9.409.476-3 e do CPF nº 080.425.289-06, DECLARA que:

- a) Os pneus automotivos a serem fornecidos deverão ser novos estar em conformidade com a Portaria nº 544, de 25/10/2012 do INMETRO, atender as especificações técnicas mínimas no Anexo I deste instrumento;
- b) Os produtos possuem Selo da Certificação do INMETRO que deverá ser apostado no produto, de forma legível, na parte lateral do objeto;
- c) Os pneus deverão estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT e Resoluções do CONAMA;
- d) Os objetos possuem padrão de qualidade e durabilidade compatível com as principais marcas de mercado.

Curitiba, 13 de Maio de 2024.

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
PROPRIETARIO
RG: 9.409.476-03
CPF: 080.425.289-06



DECLARAÇÃO DE ALÍQUOTA DE IMPOSTOS INERENTES AO TRIBUTOS.

A EMPRESA **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, CNPJ Nº 51.890.698/0001-07, COM SEDE E FORO A RUA ROGÉRIO PEREIRA DE CAMARGO Nº 1109, APARTAMENTO 64, ANDAR 06 CONDOMÍNIO POSIVILLE II, BLOCO TORRE 2, ENQUADRADA NO REGIME SIMPLES NACIONAL DESDE A DATA DE 21/08/2023, CONFORME DOCUMENTO EM ANEXO A ESTA DECLARAÇÃO, POSSUI AS ALÍQUOTAS REFERENTE AOS TRIBUTOS CONFORME LISTA ABAIXO:

• IRPJ (IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA)	0,32%
• CSLL (CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO)	0,20%
• COFINS (CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL)	0,75%
• PIS (PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL)	0,16%
• INSS/CP (INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL / CONTR. PATRONAL)	2,46%
• ICMS (IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS)	0,17%
TOTAL ALÍQUOTAS	4,06%

Curitiba, 29 de Novembro de 2023.

Assinatura digital de **RAFAEL OLIVEIRA BAPTISTA05907093994**
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI v5, CN=AC SOLUTI Multipla v5
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 29 de novembro 2023 17:37:10

RAFAEL OLIVEIRA BAPTISTA

CRC/PR 057251/O-6

Data da consulta: 29/11/2023 17:33:59

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **51.890.698/0001-07**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **Optante pelo Simples Nacional desde 21/08/2023**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

+ Mais informações

Voltar

Gerar PDF



DECLARAÇÃO DE EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL

Eu, Rafael Oliveira Baptista, Contador, inscrito no CRC sob o Nº: PR-057251/O-6, DECLARO para todos os fins e direitos que a Empresa: Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 51.890.698/0001-07, sediada na Rua Rogério Pereira de Camargo n.º 1109 – Apto 64 – Andar 06 – Cond. Posiville II – Res. Bloco Torre 2 – Bairro Cidade Industrial - Curitiba-PR, é optante pelo SIMPLES NACIONAL como dispõe as Leis Complementares 123/06 e 147/14 e encontra-se enquadrada como (Microempresa/Empresa de Pequeno Porte), estando dispensada da apresentação do Balanço Patrimonial, conforme o regimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Por ser a verdade, assino a presente.

Curitiba, 20 de Dezembro de 2023.

Assinatura digital de RAFAEL OLIVEIRA
BAPTISTA05907093994
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI v5, CN=AC
SOLUTI Multipla v5
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 20 20e dezembro 20e 2023
14:49:01

RAFAEL OLIVEIRA BAPTISTA
CRC/PR 057251/O-6

Assinatura digital de carlos aparecido de
paula louro:14739801949 2023-08-21
15:18:28
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, CN=AC Certsign RFB G5
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 20 20e dezembro 20e 2023
14:48:24

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
SÓCIO ADMINISTRADOR



DECLARAÇÃO DE CÁLCULO DOS ÍNDICES FINANCEIROS

EMPRESA: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Ativo Circulante = R\$ 58.800,00

Realizável a Longo Prazo = R\$ 0,00

Passivo Circulante = R\$ 0,00

Passivo Não Circulante = R\$ 0,00

Ativo Total = R\$ 79.300,00

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	$\frac{58.800,00}{0,00}$	ILG = R\$ 0,00
---	--------------------------	----------------

ILC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	$\frac{58.800,00}{0,00}$	ILC = R\$ 0,00
---	--------------------------	----------------

ISG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	$\frac{79.300,00}{0,00}$	ISG = R\$ 0,00
--	--------------------------	----------------

PL = R\$ 80.000,00

- ILG = índice de liquidez geral
- ISG = índice de solvência geral
- AC = ativo circulante
- PC = passivo circulante
- PL = patrimônio líquido.
- ILC = índice de liquidez corrente
- AT = ativo total
- RLP = realizável em longo prazo
- ELP = exigível em longo prazo

Declaro para os devidos fins que as informações contidas acima foram extraídas do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis de abertura registrado em 2023, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa.

Curitiba, 31 de Outubro de 2023

Assinatura digital de carlos aparecido de paula louro:14739801949 2023-08-21 15:18:28
 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC Certisign RFB G5
 Motivo: Sou o autor deste documento
 Data: terça-feira, 31 31e outubro 31e 2023 18:15:53

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
 CPF 147.398.019-49
 SÓCIO ADMINSTRADOR

Assinatura digital de RAFAEL OLIVEIRA BAPTISTA05907093994
 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI v5, CN=AC SOLUTI Multipla v5
 Motivo: Sou o autor deste documento
 Data: terça-feira, 31 31e outubro 31e 2023 18:16:31

RAFAEL OLIVEIRA BAPTISTA
 CRC-PR 057251/O-6
 CONTADOR



DECLARAÇÃO

Conforme documentos a mim apresentados, declaro pela presente que a empresa Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 51.890.698/0001-07, sediada na Rua Rogério Pereira de Camargo nº 1109 – Apto 64 – Andar 06 – Cond. Posiville II – Res. Bloco Torre 2 – Bairro Cidade Industrial - Curitiba-PR, apresentou em 2023 o seguinte Grau de Endividamento Corrente (GEC) como segue:

$$\text{GEC} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{PATRIM. LÍQUIDO} + \text{RESULT. EXERC. FUT}} = \frac{0,00}{80.000,00} = 0,00$$

Para maior clareza, firmo a presente declaração.

Curitiba, 20 de Dezembro de 2023.

Assinatura digital de RAFAEL OLIVEIRA BAPTISTA05907093994
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI v5, CN=AC SOLUTI Multipla v5
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 20 20e dezembro 20e 2023 14:46:09

RAFAEL OLIVEIRA BAPTISTA
CRC/PR 057251/O-6

Assinatura digital de carlos aparecido de paula louro:14739801949 2023-08-21 15:18:28
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC Certisign RFB G5
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quarta-feira, 20 20e dezembro 20e 2023 14:46:45

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
SÓCIO ADMINISTRADOR

Handwritten signature/initials



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO DE DÉBITOS**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: RAFAEL OLIVEIRA BAPTISTA
REGISTRO.....	: PR-057251/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.070.939-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCPR contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PARANÁ, 06/05/2024 as 15:05:30.

Válido até: 31/05/2024.

Código de Controle: 719179.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPR.

W Jrc



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE RENDAS MOBILIÁRIAS

CONSULTA DE DADOS CADASTRAIS

NOME EMPRESARIAL/NOME DA PESSOA
ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

INSCRIÇÃO MUNICIPAL
00 00 1.115.097-7

CNPJ/CPF
51.890.698/0001-07

ENDEREÇO
R. ROGERIO PEREIRA DE CAMARGO

NÚMERO
1109

UNIDADE
64

ANDAR
06

COMPLEMENTO

BAIRRO
CIDADE INDUSTRIAL

CEP
81280-390

**DISPENSADO DOS LICENCIAMENTOS CONFORME LEI FEDERAL 13874/2019
 E DECRETO MUNICIPAL 360/2022.**

INÍCIO DA ATIVIDADE
21/08/2023

SITUAÇÃO DO CADASTRO
ATIVA

NÚMERO DO ALVARÁ
001.701.787

DATA EMISSÃO
21/08/2023

DATA EXPIRAÇÃO

TIPO DE INSTALAÇÃO/FORMAS DE ATUAÇÃO
ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO

ATIVIDADES

AS ATIVIDADES SOLICITADAS DEVERÃO SER EXERCIDAS CONFORME A FORMA DE ATUAÇÃO INFORMADA

G.45.3.0-7/05.00 COMÉRCIO A VAREJO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AIR

G.45.3.0-7/03.00 COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES

G.46.6.9-9/01.00 COMÉRCIO ATACADISTA DE BOMBAS E COMPRESSORES; PARTES E PEÇAS

G.46.5.1-6/01.00 COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

G.46.7.2-9/00.00 COMÉRCIO ATACADISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS

G.46.6.3-0/00.00 COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL; PARTES E PEÇAS

G.46.6.1-3/00.00 COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO; PARTES E PEÇAS

G.46.6.2-1/00.00 COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS PARA TERRAPLENAGEM, MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO; PARTES E PEÇAS

G.46.7.3-7/00.00 COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAL ELÉTRICO

G.46.5.1-6/02.00 COMÉRCIO ATACADISTA DE SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA

G.45.4.1-2/02.00 COMÉRCIO POR ATACADO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MOTOCICLETAS E MOTONETAS

G.47.5.4-7/03.00 COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO

G.47.8.1-4/00.00 COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS

G.47.8.9-0/07.00 COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO

G.47.4.4-0/01.00 COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS

G.47.3.2-6/00.00 COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES

G.47.4.4-0/03.00 COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS HIDRÁULICOS

G.47.4.1-5/00.00 COMÉRCIO VAREJISTA DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA

G.47.5.1-2/01.00 COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Emitido Eletronicamente via Internet
 25/08/2023 - 10:22:24

Versão P.4.1.0.6.0932 (28/07/2023)

Cadastro de Inscrições Estaduais
 Data/Hora Host CELEPAR
 21/08/2023 - 16 16 22
Informações do Contribuinte

Inscrição Estadual	91022549-93	Inscrição CNPJ 51.890.698/0001-07
Nome Empresarial	Atenas Distribuidora de Pneumaticos e Tintas Ltda	
Endereço	Rua Rogerio Pereira de Camargo, 1109. Apt 64 Andar 06 Cond Posiville II Res Bloco Torre. Cidade Industrial 81280-390 - Curitiba - PR	
Telefone	(41)3225-2765	
E-mail	CWBATENAS@GMAIL.COM	
Atividade Econômica Principal	4530-7/05 - Comercio a Varejo de Pneumaticos e Camaras-De-Ar	
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s)	4530-7/03 - Comercio a Varejo de Pecas e Acessorios Novos para Veiculos Automotores 4541-2/02 - Comercio Por Atacado de Pecas e Acessorios para Motocicletas e Motonetas 4651-6/01 - Comercio Atacadista de Equipamentos de Informatica 4651-6/02 - Comercio Atacadista de Suprimentos para Informatica 4661-3/00 - Comercio Atacadista de Maquinas, Aparelhos e Equipamentos para Uso Agropecuario; Partes e Pecas 4662-1/00 - Comercio Atacadista de Maquinas, Equipamentos para Terraplenagem, Mineracao e Construcao; Partes e Pecas 4663-0/00 - Comercio Atacadista de Maquinas e Equipamentos para Uso Industrial; Partes e Pecas 4669-9/01 - Comercio Atacadista de Bombas e Compressores; Partes e Pecas 4672-9/00 - Comercio Atacadista de Ferragens e Ferramentas 4673-7/00 - Comercio Atacadista de Material Eletrico 4732-6/00 - Comercio Varejista de Lubrificantes 4741-5/00 - Comercio Varejista de Tintas e Materiais para Pintura 4744-0/01 - Comercio Varejista de Ferragens e Ferramentas 4744-0/03 - Comercio Varejista de Materiais Hidraulicos 4751-2/01 - Comercio Varejista Especializado de Equipamentos e Suprimentos de Informatica 4754-7/03 - Comercio Varejista de Artigos de Iluminacao 4781-4/00 - Comercio Varejista de Artigos do Vestuario e Acessorios 4789-0/07 - Comercio Varejista de Equipamentos para Escritorio	
Características do Estabelecimento	Unidade Não Produtiva (Unidade Auxiliar)	
Unidade Auxiliar	Escritório Administrativo	
Início das Atividades	08/2023	
Código SRP Atual:	1.1011.112 - Desde 08/2023	
Situação Cadastral Atual:	Ativo - Desde 08/2023	
Regime Pagamento Atual:	1011.112 - Regime Normal / Normal - Dia 12 do Mes+1 - Desde 08/2023	
SPED (EFD, NF-e, CT-e, NFC-e):	Maiores informações clique aqui	

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**CNPJ/MF – 51.890.698/0001-07****SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO, brasileiro, maior, casado em comunhão universal de bens, Empresário, nascido em 09 de Maio de 1951, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 01840097195, expedida pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (DETRAN-PR), CPF nº 041.510.571-45, residente e domiciliado na Rua Benjamin Cavet nº 238, Casa IV, São Braz, CEP 82300-340, Curitiba, Paraná, sócio da sociedade limitada unipessoal que gira sob o nome empresarial de **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**, com sede e foro a Rua Rogério Pereira de Camargo nº 1109, Apartamento 64, andar 6, Cond Posiville II Res, Bloco Torre 2, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná, CEP 81.280-390, sob o CNPJ/MF nº 51.980.698/0001-07, cujo ato constitutivo se encontra registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, em sessão do dia 21 de Agosto de 2023 sob o NIRE 41211899287, resolve de comum acordo alterar o instrumento contratual mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Retira-se da sociedade o sócio **CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO** o qual possui 80.000 quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada e transfere por venda ao sócio ingressante **PAULO TRACZ DE PAULA LOURO**, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 05 de Outubro de 1993, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 05987249371, expedida pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (DETRAN-PR), CPF nº 080.425.289-06, residente e domiciliado na Rua Francisco Paganelli nº 166, São Braz, CEP 82015-382, Curitiba, Paraná, o qual o sócio retirante **CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO** da plena quitação das quotas vendidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Capital Social no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), divididos em 80.000 quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, pelos sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL
PAULO TRACZ DE PAULA LOURO	80.000	R\$ 80.000,00
TOTAL	80.000	R\$ 80.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – A sociedade poderá, quando estiver aos seus interesses, abrir ou encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do País, destacado ou



ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**CNPJ/MF – 51.890.698/0001-07****SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

não para estas uma parte do capital social da matriz, nestes casos por decisão unânime dos sócios.

CLÁUSULA QUARTA – A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

CLÁUSULA QUINTA – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se apostas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual.

CLÁUSULA SEXTA – A transferência ou cessão de quotas, a qualquer título, deverá sempre respeitar a mesma proporção do número de quotas pertencentes a cada sócio na data da ocorrência.

Parágrafo Primeiro – Os sócios tem o direito de preferência entre si, na aquisição das quotas sociais em relação a terceiros, estranhos à sociedade.

Parágrafo Segundo – O terceiro, estranho à sociedade, poderá ingressar se observado o direito de preferência dos demais sócios e ainda, se adquirir também quotas sociais de outros sócios que eventualmente não concordem com o ingresso e não possuam meios para adquirir as quotas ofertadas dentro da preferência, observando o contido na cláusula quarta.

CLÁUSULA SÉTIMA – Caso algum sócio tenha suas quotas penhoradas e não promova a baixa da constrição dentro de 90 (noventa) dias, os demais sócios poderão adquiri-las na proporção de suas participações societárias, pelo preço da avaliação apontado na constrição judicial, mediante depósito em favor do juízo em que se processar a execução.

Parágrafo Único – Caso o sócio retirante em razão desta cláusula se recuse a assinar a respectiva alteração de contrato, o comprovante do depósito em favor do juízo da execução, acompanhado de comprovação da penhora das quotas, servirá para fundamentar a alteração contratual, junto ao Registro Público de Empresas.

CLÁUSULA OITAVA – A administração da sociedade caberá ao sócio: **PAULO TRACZ DE PAULA LOURO** com poderes e atribuição de Administrador visando o



ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**CNPJ/MF – 51.890.698/0001-07****SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

bem estar da empresa, autorizado o uso do nome empresarial INDIVIDUALMENTE, vedado, no entanto em atividades estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Primeiro – Todos os documentos que criem obrigações para a sociedade, diferentes da atividade definida no objeto social, ou desonerem terceiros de obrigações de qualquer valor para com a sociedade, deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, serem assinados pelos administradores, ou deles se obtenha por escrito a anuência.

Parágrafo Segundo – Fica facultado ao Administrador, nomear procuradores para um período determinado, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores nomeados.

Parágrafo Terceiro – É vedado aos Administrador, obrigar a sociedade em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma e concederem em seu nome, avais, fianças, ou outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social, ou ainda, alienação de seus bens, moveis e imóveis e equipamentos sem anuência dos sócios que representam a totalidade do Capital Social.

CLÁUSULA NONA – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de Pró-Labore, cujo valor não ultrapasse o limite fixado pela legislação do imposto de renda.

CLÁUSULA DÉCIMA – O administrador declara nesta ocasião desimpedido de exercer a administração da sociedade nos termos da legislação aplicável, não estando incurso em pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, de peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**CNPJ/MF – 51.890.698/0001-07****SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL****CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA CONSOLIDAÇÃO DO INSTRUMENTO:**

Tendo em vista as modificações ora ajustadas, consolida-se o Instrumento Constitutivo, que passa a ter a seguinte redação:

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO****CNPJ – 51.890.698/0001-07**

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 05 de Outubro de 1993, portador da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nº 05987249371, expedida pelo Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (DETRAN-PR), CPF nº 080.425.289-06, residente e domiciliado na Rua Francisco Paganelli nº 166, São Braz, CEP 82015-382, Curitiba, Paraná, sócio da sociedade limitada unipessoal que gira sob o nome empresarial de **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA**, com sede e foro a Rua Rogério Pereira de Camargo nº 1109, Apartamento 64, andar 6, Cond Posiville II Res, Bloco Torre 2, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná, CEP 81.280-390, sob o CNPJ/MF nº 51.890.698/0001-07 cujo ato constitutivo se encontra registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, em sessão do dia 21 de Agosto de 2023 sob o NIRE 41211899287, resolve consolidar o citado instrumento conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A razão social gira sob o nome de **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA**

CLÁUSULA SEGUNDA – O seu objeto social é Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar; Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas; Comércio atacadista de equipamentos de informática; Comércio atacadista de suprimentos para informática; Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; Comércio atacadista de máquinas,

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**CNPJ/MF – 51.890.698/0001-07****SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças; Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças; Comércio atacadista de ferragens e ferramentas; Comércio atacadista de material elétrico; Comércio varejista de lubrificantes; Comércio varejista de tintas e materiais para pintura; Comércio varejista de ferragens e ferramentas; Comércio varejista de materiais hidráulicos; Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; Comércio varejista de artigos de iluminação; Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios e Comércio varejista de equipamentos para escritório.

E exerce as seguintes atividades:

CNAE Nº 4530-7/05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar CNAE Nº 4661-3/00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças CNAE Nº 4662-1/00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças CNAE Nº 4663-0/00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças CNAE Nº 4669-9/01 - Comércio atacadista de bombas e compressores; partes e peças CNAE Nº 4530-7/03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores CNAE Nº 4541-2/02 - Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e motonetas CNAE Nº 4651-6/01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática CNAE Nº 4651-6/02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática CNAE Nº 4672-9/00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas CNAE Nº 4673-7/00 - Comércio atacadista de material elétrico CNAE Nº 4732-6/00 - Comércio varejista de lubrificantes CNAE Nº 4741-5/00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura CNAE Nº 4744-0/01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas CNAE Nº 4744-0/03 - Comércio varejista de materiais hidráulicos CNAE Nº 4754-7/03 - Comércio varejista de artigos de iluminação CNAE Nº 4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios CNAE Nº 4789-0/07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório CNAE Nº 4751-2/01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática

CLÁUSULA TERCEIRA – A Sociedade iniciou suas atividades em 18 de Agosto de 2023 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.



ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**CNPJ/MF – 51.890.698/0001-07****SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

CLÁUSULA QUARTA – O Capital Social no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), divididos em 80.000 quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente do País, pelos sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL
PAULO TRACZ DE PAULA LOURO	80.000	R\$ 80.000,00
TOTAL	80.000	R\$ 80.000,00

CLÁUSULA QUINTA – A sociedade poderá, quando estiver aos seus interesses, abrir ou encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do País, destacado ou não para estas uma parte do capital social da matriz, nestes casos por decisão unânime dos sócios.

CLÁUSULA SEXTA – A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

CLÁUSULA SÉTIMA – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para sua aquisição se apostas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual.

CLÁUSULA OITAVA – A transferência ou cessão de quotas, a qualquer título, deverá sempre respeitar a mesma proporção do número de quotas pertencentes a cada sócio na data da ocorrência.

Parágrafo Primeiro – Os sócios tem o direito de preferência entre si, na aquisição das quotas sociais em relação a terceiros, estranhos à sociedade.

Parágrafo Segundo – O terceiro, estranho à sociedade, poderá ingressar se observado o direito de preferência dos demais sócios e ainda, se adquirir também quotas sociais de outros sócios que eventualmente não concordem com o ingresso e não possuam meios para adquirir as quotas ofertadas dentro da preferência, observando o contido na cláusula quarta.

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

CNPJ/MF – 51.890.698/0001-07

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA NONA – Caso algum sócio tenha suas quotas penhoradas e não promova a baixa da constrição dentro de 90 (noventa) dias, os demais sócios poderão adquiri-las na proporção de suas participações societárias, pelo preço da avaliação apontado na constrição judicial, mediante depósito em favor do juízo em que se processar a execução.

Parágrafo Único – Caso o sócio retirante em razão desta cláusula se recuse a assinar a respectiva alteração de contrato, o comprovante do depósito em favor do juízo da execução, acompanhado de comprovação da penhora das quotas, servirá para fundamentar a alteração contratual, junto ao Registro Público de Empresas.

CLÁUSULA DÉCIMA – A administração da sociedade caberá ao sócio: **PAULO TRACZ DE PAULA LOURO** com poderes e atribuição de Administrador visando o bem estar da empresa, autorizado o uso do nome empresarial **INDIVIDUALMENTE**, vedado, no entanto em atividades estranhas ao interesse social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Primeiro – Todos os documentos que criem obrigações para a sociedade, diferentes da atividade definida no objeto social, ou desonerem terceiros de obrigações de qualquer valor para com a sociedade, deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, serem assinados pelos administradores, ou deles se obtenha por escrito a anuência.

Parágrafo Segundo – Fica facultado ao Administrador, nomear procuradores para um período determinado, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores nomeados.

Parágrafo Terceiro – É vedado aos Administrador, obrigar a sociedade em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma e concederem em seu nome, avais, fianças, ou outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social, ou ainda, alienação de seus bens, moveis e imóveis e equipamentos sem anuência dos sócios que representam a totalidade do Capital Social.



ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**CNPJ/MF – 51.890.698/0001-07****SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de Pró-Labore, cujo valor não ultrapasse o limite fixado pela legislação do imposto de renda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O administrador declara nesta ocasião desimpedido de exercer a administração da sociedade nos termos da legislação aplicável, não estando incurso em pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, de peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Parágrafo Primeiro – Todos os documentos que criem obrigações para a sociedade, diferentes da atividade definida no objeto social, ou desonerem terceiros de obrigações de qualquer valor para com a sociedade, deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, serem assinados pelos administradores, ou deles se obtenha por escrito a anuência.

Parágrafo Segundo – Fica facultado ao Administrador, nomear procuradores para um período determinado, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelos procuradores nomeados.

Parágrafo Terceiro – É vedado aos Administrador, obrigar a sociedade em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da mesma e concederem em seu nome, avais, fianças, ou outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social, ou ainda, alienação de seus bens, moveis e imóveis e equipamentos sem anuência dos sócios que representam a totalidade do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de Pró-Labore, cujo valor não ultrapasse o limite fixado pela legislação do imposto de renda.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – O administrador declara nesta ocasião desimpedido de exercer a administração da sociedade nos termos da legislação aplicável, não estando incurso em pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos



ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

CNPJ/MF – 51.890.698/0001-07

SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, de peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O balanço será levantado em 31 de Dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em Lei, e os lucros apurados terão a destinação determinada pelos sócios neste contrato, ou por deliberação oportuna, e os eventuais prejuízos, serão acumulados para compensação em exercícios futuros, considerando que todos os sócios participam nos lucros e nas perdas da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – As deliberações dos sócios ocorrerão a qualquer tempo através da manifestação escrita, que assim poderá constituir-se diretamente em alterações do contrato social, se unânime a decisão, caso contrário, será obrigatória à realização de uma reunião convocada através de cartas convite, com antecedência mínima de 08 (oito) dias, aos sócios que representam a maioria absoluta do capital (art. 1.071 e 1.078 CC 2002).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Cada quota dará direito a um voto nas deliberações sociais. As quais serão tomadas sempre por maioria de votos, podendo o instrumento correspondente ser assinado apenas pelo sócio que reúna a maior parte do capital social, inclusive no que se refere às deliberações sobre exclusão de sócios, inclusive por justa causa da sociedade e da transformação do tipo jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– A retirada, morte ou incapacidade de qualquer dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, os haveres do sócio retirante, falecido ou incapacitado, serão pagos a seus sucessores, ou quem de direito, com base em balanço especial da sociedade, levantado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Será observado o disposto no art. 1.033 da Lei 10.406/2002. Quanto à liquidação da sociedade, ou ainda poderá ser iniciada a liquidação se por dois exercícios consecutivos, a sociedade obtiver resultados negativos, ou por razões econômicas ou técnicas, se tornar inviável a consecução do objeto social.

10 JFC

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**CNPJ/MF – 51.890.698/0001-07****SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Parágrafo Único – Será liquidante o sócio titular da maioria do capital social, independente da fiscalização pelos demais sócios, sendo os haveres da sociedade empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateado entre os sócios na proporção da participação respectiva no capital social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA, com sede e foro a Rua Rogério Pereira de Camargo nº 1109, Apartamento 64, andar 6, Cond Posiville II Res, Bloco Torre 2, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná, CEP 81.280-390, sob o CNPJ/MF nº 51.890.698/0001-07, declara sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termo da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Para resolver quaisquer questões, decorrentes deste contrato, ou havidas entre os sócios e entre estes e a sociedade, será sempre competente o foro da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lavrado em 1 (uma) única via.

Curitiba, Paraná, 16 de Abril de 2024.

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO





MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

* 000235
Página 11 de 11

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
08042528906	PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
14739801949	CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO



CERTIFICO O REGISTRO EM 29/04/2024 11:36 SOB N° 20242689442.
PROTOCOLO: 242689442 DE 23/04/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406020615. CNPJ DA SEDE: 51890698000107.
NIRE: 41211899287. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/04/2024.
ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Handwritten signature



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

NOME
PAULO TRACZ DE PAULA LOURO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF
94094763 SEEP-PR

CPF
080.425.289-06

DATA NASCIMENTO
05/10/1993

FILIAÇÃO
CARLOS APARECIDO DE PAULA L. OURO
IZABEL TRACZ DE PAULA LOURO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
05987249371

VALIDADE
13/04/2032

1ª HABILITAÇÃO
30/01/2014

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CURITIBA, PR

DATA EMISSÃO
13/04/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

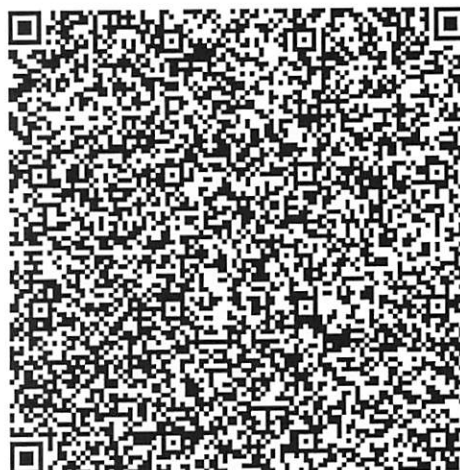
54308492099
PR521298184

PARANÁ

DENATRAN CONTRAN

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2386158180

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

Handwritten signature

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE CURITIBA **ESTADO DO PARANÁ**

1º OFÍCIO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO
 CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
 AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 1º ANDAR - FONE: (41) 3027-5253
 EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL - CENTRO-CÍVICO
 CEP: 80530-808
www.1distribuidorcuritiba.com.br



EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELIKI
 LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
 ISABEL ANGELA WYPYCH
 MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
 FERNANDA GALLASSINI
 KARINA BAVARO ALVES

PEDIDO DE CERTIDÕES

JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL
 AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 - TÉRREO - CEP 80530-808

TITULAR

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CÍVEL
 VARAS CRIMINAIS-VARAS DA FAZENDA-VARAS DA FAMÍLIA-PRECATORIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS
 EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO - REGISTROS PÚBLICOS - TRIBUNAL DO JURI
 TABELIONATOS - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

CERTIDÃO NEGATIVA FEITOS AJUIZADOS

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para FINS GERAIS, que revendo os livros de registros de distribuições físicas e eletrônicas de AÇÕES DE FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, existentes nesta serventia, dos mesmos NÃO CONSTA qualquer ação contra:

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMÁTICOS E TINTAS LTDA

CNPJ.51.890.698/0001-07

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste cartório - Lei No.4.677, de 29/12/62) a 01/09/2023 .

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 05 de setembro de 2023 .

FERNANDA GALLASSINI
Escrevente Juramentada

Emitida por: FERNANDA
 Lei nº19.803 de 21/Dez/18
 Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R\$ 38.16)

*** Se impressa, verificar sua autenticidade no <http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/autentica> usando o código 8FB6647A ***

1º
 OFÍCIO DISTRIBUIDOR

Digitally signed
 by JOSÉ BORGES
 DA CRUZ
 FILHO:31628532
 904
 Date:
 2023.09.05
 13:24:46 BRT

Handwritten signature

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 27, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA, município Curitiba, CNPJ nº 51.890.698/0001-07, Número de Registro (NIRE) 41211899287.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro(amos), sob as penas da Lei, que o livro apresentado para autenticação preenche todas as formalidades legais exigíveis, bem como que estou(amos) devidamente habilitado(s) para assinatura dos termos de abertura e de encerramento do livro.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 21/08/2023

Ato constitutivo: 41211899287

Curitiba, 01/09/2023

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
Administrador, Sócio
CPF 147.398.019-49

JEFFERSON CESAR DA SILVA
CONTADOR
CRC/PR 040423O7

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

CNPJ: 51.890.698/0001-07

Fl. 2

Livro Diario

Data	Devedora	Credora	Documento	Ordem	Historico	Valor
21/08/2023	1.1.01.001.00001	2.3.01.001.00800		0800001	INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL CONFORM CONTRATO SOCIAL REGISTRADO NA JUCEPAR SOB Nº 41211899287	80.000,00
21/08/2023	8.5.02.003.02074	1.1.01.001.00001		0800002	TAXA JUCEPAR ABERTURA DE EMPRESA	118,10
21/08/2023	8.5.02.002.02057	1.1.01.001.00001		0800006	SERVIÇOS DE TERCEIROS	581,90
31/08/2023	1.2.03.001.00241	1.1.01.001.00001		0800003	MÓVEIS E UTENSÍLIOS ADQUIRIDOS 2023	8.000,00
31/08/2023	1.2.03.001.00243	1.1.01.001.00001		0800004	MAQUINAS ESCRITORIO ADQUIRIDOS 2023	12.500,00
31/08/2023	2.3.04.001.00873	9.1.01.001.02952		0800007	Prejuízo do período	700,00

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Fl. 3

CNPJ: 51.890.698/0001-07

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO LEVANTADO EM 31/08/2023

Descricao	Saldo Anterior	Debito	Credito	Saldo
ATIVO	0,00	100.500,00	21.200,00	79.300,00
CIRCULANTE	0,00	80.000,00	21.200,00	58.800,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	0,00	80.000,00	21.200,00	58.800,00
CAIXA GERAL	0,00	80.000,00	21.200,00	58.800,00
1 CAIXA	0,00	80.000,00	21.200,00	58.800,00
NÃO CIRCULANTE	0,00	20.500,00	0,00	20.500,00
IMOBILIZADO	0,00	20.500,00	0,00	20.500,00
BENS EM OPERAÇÃO	0,00	20.500,00	0,00	20.500,00
241 MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
243 MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	0,00	12.500,00	0,00	12.500,00
PASSIVO	0,00	700,00	80.000,00	79.300,00 -
PATRIMONIO LIQUIDO	0,00	700,00	80.000,00	79.300,00 -
CAPITAL	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00 -
CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00 -
600 CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	80.000,00	80.000,00 -
LUCROS OU PREJUÍZOS	0,00	700,00	0,00	700,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	700,00	0,00	700,00
673 PREJUÍZOS ACUMULADOS	0,00	700,00	0,00	700,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	700,00	0,00	700,00
DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	700,00	0,00	700,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	700,00	0,00	700,00
UTILIDADES E SERVIÇOS	0,00	581,90	0,00	581,90
2057 SERVICOS DE TERCEIROS - PF	0,00	581,90	0,00	581,90
IMPOSTOS E TAXAS	0,00	118,10	0,00	118,10
2074 TAXAS E EMOLUMENTOS	0,00	118,10	0,00	118,10
CONTAS TRANSITÓRIAS	0,00	0,00	700,00	700,00 -
CONTAS TRANSITÓRIAS	0,00	0,00	700,00	700,00 -
CONTAS TRANSITÓRIAS	0,00	0,00	700,00	700,00 -
PTRIMONIAIS E RESULTADOS	0,00	0,00	700,00	700,00 -
2952 APURAÇÃO DE RESULTADO	0,00	0,00	700,00	700,00 -

CURITIBA-PR, 31 de AGOSTO de 2023.

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
CPF: 14739801949
SÓCIO ADMINISTRADOR

JEFFERSON CESAR DA SILVA
CRC: PR-040423/O-7 CPF: 839.055.619-72
TÉCNICO CONTABILIDADE



ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

C.N.P.J.: 51.890.698/0001-07

Inscricao Estadual: 9102254993

Fl. 4

BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/08/2023

ATIVO				
CIRCULANTE				
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
CAIXA GERAL				
CAIXA	58.800,00	58.800,00	58.800,00	58.800,00
NÃO CIRCULANTE				
IMOBILIZADO				
BENS EM OPERAÇÃO				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	8.000,00			
MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	12.500,00	20.500,00	20.500,00	20.500,00
TOTAL DO ATIVO				79.300,00

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

C.N.P.J.: 51.890.698/0001-07

Inscricao Estadual: 9102254993

Fl. 5

BALANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/08/2023

PASSIVO				
PATRIMONIO LIQUIDO				
CAPITAL				
CAPITAL SOCIAL				
CAPITAL SOCIAL	80.000,00	80.000,00	80.000,00	
LUCROS OU PREJUIZOS				
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS				
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(700,00)	(700,00)	(700,00)	79.300,00
TOTAL DO PASSIVO				79.300,00

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial no valor de R\$ 79.300,00 - Setenta e nove mil trezentos reais conforme documentos apresentados.

CURITIBA-PR, 31 de AGOSTO de 2023.

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
CPF: 14739801949
SÓCIO ADMINISTRADOR

JEFFERSON CESAR DA SILVA
CRC: PR-040423/O-7 CPF: 839.055.619-72
TÉCNICO CONTABILIDADE



ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

C.N.P.J.: 51.890.698/0001-07

Inscricao Estadual: 9102254993

Fl. 6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO ANALITICA EM 31/08/2023

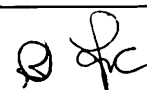
RECEITA LIQUIDA.....	0,00
(=) LUCRO BRUTO.....	0,00
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
UTILIDADES E SERVIÇOS.....	581,90
SERVICOS DE TERCEIROS - PF.....	581,90
IMPOSTOS E TAXAS.....	118,10
TAXAS E EMOLUMENTOS.....	118,10
RESULTADO ANTES PROVISAO IR E CSL.....	700,00
(=) PREJUIZO LIQUIDO EXERCICIO.....	700,00

Reconhecemos a exatidão da presente Demonst. do Resultado no valor de
R\$ 700,00 - Setecentos reais conforme documentos apresentados.

CURITIBA-PR, 31 de AGOSTO de 2023.

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
CPF: 14739801949
SÓCIO ADMINISTRADOR

JEFFERSON CESAR DA SILVA
CRC: PR-040423/O-7 CPF: 839.055.619-72
TÉCNICO CONTABILIDADE



ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

C.N.P.J.: 51.890.698/0001-07

Inscricao Estadual: 9102254993

Fl. 7

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS EM 31/08/2023

(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS.....	700,00
SALDO FINAL DE PREJUÍZOS ACUMULADOS.....	700,00

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração Lucros ou Prejuízos no valor de R\$ 700,00 - Setecentos reais conforme documentos apresentados.

CURITIBA-PR, 31 de AGOSTO de 2023.

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
CPF: 14739801949
SÓCIO ADMINISTRADOR

JEFFERSON CESAR DA SILVA
CRC: PR-040423/O-7 CPF: 839.055.619-72
TÉCNICO CONTABILIDADE



ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Análise Econômica em 31/08/2023

Fl. 8

1 - Liquidez Corrente		Interpretação	
Ativo Circulante	58.800,00	=	0,00
Passivo Circulante	0,00		
		A empresa tem R\$ 0,00 para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo	
2 - Liquidez Seca		Interpretação	
Ativo Circulante - Estoque	58.800,00	=	0,00
Passivo Circulante	0,00		
		A empresa tem R\$ 0,00 para cada R\$ 1,00 de dívida	
3 - Liquidez Geral		Interpretação	
Ativo Circ. + Real. L/ Prazo	58.800,00	=	0,00
Passivo Circ.+Não Circulante	0,00		
		A empresa tem R\$ 0,00 para cada R\$ 1,00 de dívida total	
4 - Participação de Terceiros - (Endividamento)		Interpretação	
Exigível Total	0,00	=	0,00 %
Ativo Total	79.300,00		
		Capital Terceiros representa 0,00 p/ cento do ativo total	
5 - Garantia de Capitais de Terceiros		Interpretação	
Exigível Total	0,00	=	0,00 %
Patrimonio Líquido	79.300,00		
		Capital Terceiros é garantido por 0,00 p/ cento do capital próprio	
6 - Imobilizado do Investimento Total		Interpretação	
Ativo Não Circulante	20.500,00	=	25,85 %
Ativo Total	79.300,00		
		Ativo Permanente representa 25,85 p/ cento do ativo total	
7 - Imobilização do Capital Próprio		Interpretação	
Ativo Não Circulante	20.500,00	=	25,85 %
Patrimonio Líquido	79.300,00		
		Ativo Permanente representa 25,85 p/ cento do capital próprio	
8 - Rentabilidade do Investimento Total		Interpretação	
Prejuízo Líquido	700,00	=	0,88 %
Ativo Total	79.300,00		
		O Prejuízo Líquido é de 0,88 p/ cento do investimento total	
9 - Rentabilidade do Capital Próprio		Interpretação	
Prejuízo Líquido	700,00	=	0,88 %
Patrimonio Líquido	79.300,00		
		O Prejuízo Líquido é de 0,88 p/ cento do capital próprio	
10 - Capital de Giro Próprio			
Ativo Circulante	58.800,00		
At. Realizável a Longo Prazo	0,00		58.800,00
(-) Passivo Circulante	0,00		
(-) Passivo não circulante	0,00		
			0,00
(=) Capital de Giro Próprio			58.800,00
11 - GEG - Grau de Endividamento Geral		Interpretação	
Passivo Circulante	0,00		
(+) Passivo não circulante	0,00		0,00
Ativo Total	79.300,00	=	0,00
		Solvencia Geral. A empresa tem R\$ 1,00 para cada R\$ 0,00 de terceiros.	
12 - Solvencia Geral		Interpretação	
At. circulante + At. não circul.	79.300,00	=	0,00
Passivo circul + Passivo não circul.	0,00		
		A empresa tem R\$ 0,00 para cada R\$ 1,00 de dívida.	

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Análise Econômica em 31/08/2023

Fl. 9

CURITIBA-PR, 31 de AGOSTO de 2023.

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
CPF: 14739801949
SÓCIO ADMINISTRADOR

JEFFERSON CESAR DA SILVA
CRC: PR-040423/O-7 CPF: 838.055.819-72
TÉCNICO CONTABILIDADE



ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 10

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
1. . . .		ATIVO	N
1.1. . .		CIRCULANTE	N
1.1.01. .		CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	N
1.1.01.001.		CAIXA GERAL	N
1.1.01.001.00001	1	CAIXA	N
1.1.01.001.00021	21	FUNDO FIXO	N
1.1.01.002.		BANCOS CONTA MOVIMENTO	N
1.1.01.002.00041	41	BANCO DO BRASIL	N
1.1.01.002.00042	42	BANCO BRADESCO	N
1.1.01.002.00043	43	BANCO CONTA MOVIMENTO	N
1.1.01.002.00044	44	CAIXA ECONOMICA	N
1.1.01.002.00045	45	BANCO MERCANTIL DO BRASIL	N
1.1.01.003.		BANCOS CÉDULA RURAL	N
1.1.01.003.00061	61	BANCO DO BRASIL	N
1.1.01.004.		BANCOS CONTA APLICAÇÕES	N
1.1.01.004.00071	71	BANCO DO BRASIL	N
1.1.01.004.00072	72	BANCO ITAU	N
1.1.01.004.00073	73	BANCO BRADESCO	N
1.1.01.004.00074	74	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	N
1.1.02. .		CRÉDITOS A REALIZAR	N
1.1.02.001.		DUPLICATAS A RECEBER	N
1.1.02.001.03001	3001	CLIENTES DIVERSOS	N
1.1.02.001.19998	19998	(-) PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	N
1.1.02.001.19999	19999	(-) DUPLICATAS DESCONTADAS	N
1.1.02.001.20000	3002	CARLOS ALBERTO DOS SANTOS TECIDOS - ME	N
1.1.02.001.20001	3003	M S A FARIAS CASTELO BRANCO	N
1.1.02.001.20002	3004	Jefferson Constantino de Paiva	N
1.1.02.001.20003	3005	ADRIANO A. DE OLIVEIRA CIA LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20004	3006	Fama Ar Condicionado e Climatizadores Lt	N
1.1.02.001.20005	3007	FAMA INSTALACOES ELETRICAS E AR CONDICIO	N
1.1.02.001.20006	3008	A.J. SOUZA PINTO COMERCIAL LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20007	3009	JosA da Silva Braga Filho	N
1.1.02.001.20008	3010	C B F DE SOUSA COMERCIO - EPP	N
1.1.02.001.20009	3011	BRISAINOX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EP	N
1.1.02.001.20010	3012	DISTRIBUIDORA MULT MARCAS LTDA	N
1.1.02.001.20011	3013	BRAS FIBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD	N
1.1.02.001.20012	3014	FACHIN EQUIPAMENTOS PARA AVICULTURA LTDA	N
1.1.02.001.20013	3015	REDENCAO COMERCIO DE MOTOSSERRAS LTDA -	N
1.1.02.001.20014	3016	O IMPERADOR - COMERCIO DE CONFECCOES E E	N
1.1.02.001.20015	3017	Matriaves Ltda	N
1.1.02.001.20016	3018	BRISA COMERCIO E SERVICOS LTDA ME	N
1.1.02.001.20017	3019	E C NEPOMUCENO - ME	N
1.1.02.001.20018	3020	INOVAR EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - M	N
1.1.02.001.20019	3021	ROCHA COMERCIO INDUSTRIA LTDA	N
1.1.02.001.20020	3022	G. R. CAMARGO CLIMATIZADOR - EPP	N
1.1.02.001.20021	3023	LM SOUSA RODRIGUES SOUSA JUNIOR LTDA - E	N
1.1.02.001.20022	3024	INDUSTRIA DE CLIMATIZADORES NOBRE LTDA -	N
1.1.02.001.20023	3025	DIPOLD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME	N
1.1.02.001.20024	3026	FALKD CLIMATIZADORES E DUTO DE AR EIRELI	N
1.1.02.001.20025	3027	PAULO CESAR ERCEGO 05532118973	N
1.1.02.001.20026	3028	AMAZONBRISA COMERCIO E REPRESENTACOES LT	N
1.1.02.001.20027	3029	A. F. FIGUEIREDO EXAUSTORES - EIRELI - M	N
1.1.02.001.20028	3030	S L DE OLIVEIRA CLIMATIZADORES - ME	N
1.1.02.001.20029	3031	CLIMA VIDA INDUSTRIA E COMERCIO DE CLIMA	N
1.1.02.001.20030	3032	INDUCLIMA CLIMATIZADORES EIRELI - EPP	N
1.1.02.001.20031	3033	EDMAR GUSTAVO SILVA 02161820184	N
1.1.02.001.20032	3034	CLAYTON JUNIO BUENO 04351714107	N
1.1.02.001.20033	3035	ELETROZEMA S/A	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 11

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
1.1.02.001.20034	3036	Nazareno de Jesus Noletto	N
1.1.02.001.20035	3037	Katia Andreia Freitas Sudre	N
1.1.02.001.20036	3038	CONGREGACAO CRISTA NO BRASIL	N
1.1.02.001.20037	3039	CONSTRUKA CONSTRUCAO CIVIL EIRELI	N
1.1.02.001.20038	3040	GUINDASTES SANTA FELICIDADE LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20039	3041	R.PISCINAS COMERCIO E REPRESENTACOES LTD	N
1.1.02.001.20040	3042	DURLICOUROS IND E COM DE COUROS, EXP E I	N
1.1.02.001.20041	3043	DURLICOUROS IND E COM DE COUROS, EXP E I	N
1.1.02.001.20042	3044	PROTECAO VIGILANCIA PATRIMONIAL E INDUST	N
1.1.02.001.20043	3045	CRIOS INDUSTRIAL LTDA	N
1.1.02.001.20044	3046	GRECA TRANSPORTES DE CARGAS S/A	N
1.1.02.001.20045	3047	STANGE CIA LTDA	N
1.1.02.001.20046	3048	CELSE BRONQUETTI FILHO	N
1.1.02.001.20047	3049	SUSTENTALL MANUTENCOES E SERVICOS LTDA -	N
1.1.02.001.20048	3050	S.G.E SERVICOS GERAIS DE ESTRUTURAS META	N
1.1.02.001.20049	3051	HIGI SERV CARGO SERVICOS AUXILIARES DE T	N
1.1.02.001.20050	3052	ALMEIDA ARAUJO CONSTRUCAO CIVIL - EIRELI	N
1.1.02.001.20051	3053	GRASSTECNO GRAMADOS PAISAGISMO E SERVICO	N
1.1.02.001.20052	3054	DIMATEC MANUTENCAO LTDA ME	N
1.1.02.001.20053	3055	TOWER PLAST LTDA - ME	N
1.1.02.001.20054	3056	INDUSTRIA E COMERCIO TOJOQUIM LTDA	N
1.1.02.001.20055	3057	PITLAK CIA. LTDA	N
1.1.02.001.20056	3058	SR SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	N
1.1.02.001.20057	3059	KEOPS INDUSTRIA GRAFICA S.A.	N
1.1.02.001.20058	3060	PARANAGUA SANEAMENTO S.A.	N
1.1.02.001.20059	3061	R. FRANCO ENGENHARIA LTDA	N
1.1.02.001.20060	3062	INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLV	N
1.1.02.001.20061	3063	ASSESSORIAL COMERCIO DE MATERIAIS PARA A	N
1.1.02.001.20062	3064	TIMBERBOX, INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEF	N
1.1.02.001.20063	3065	RIO LINHAS AEREAS S.A	N
1.1.02.001.20064	3066	FUNTEF - FUNDACAO DE APOIO A EDUC, PESQ	N
1.1.02.001.20065	3067	PAULO ROBERTO CHROMIEC JUNIOR	N
1.1.02.001.20066	3068	TREVES DO BRASIL LTDA.	N
1.1.02.001.20067	3069	BAGGIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	N
1.1.02.001.20068	3070	ELEMONT PRESTADORA DE SERVICOS INDUSTRIA	N
1.1.02.001.20069	3071	COND.JARDIM DAS AMERICAS	N
1.1.02.001.20070	3072	BIOGENESIS BAGO SAUDE ANIMAL LTDA.	N
1.1.02.001.20071	3073	MAFLOW DO BRASIL LTDA	N
1.1.02.001.20072	3074	LUIZ MAURICIO KERSCHER	N
1.1.02.001.20073	3075	COPYLINK EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LT	N
1.1.02.001.20074	3076	PROFILATICA PRODUTOS ODONTO MEDICO HOSPI	N
1.1.02.001.20075	3077	EUROSUL FORNECEDORA DE NAVIOS LTDA	N
1.1.02.001.20076	3078	PAVISERVICE ENGENHARIA E SERVICOS LTDA	N
1.1.02.001.20077	3079	J. PELIZZARO CONSTRUCAO CIVIL LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20078	3080	AAM DO BRASIL LTDA	N
1.1.02.001.20079	3081	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCI	N
1.1.02.001.20080	3082	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCI	N
1.1.02.001.20081	3083	L.D. LAVA CAR E TRUCK LTDA - ME	N
1.1.02.001.20082	3084	RICARDO DOS REIS PEREIRA	N
1.1.02.001.20083	3085	MUNDIPLASTICOS INDUSTRIA E COMERCIO	N
1.1.02.001.20084	3086	PINFER METALURGICA INDUSTRIA E COMERCIO	N
1.1.02.001.20085	3087	EMPRESA GESTAO DE PESSOAS E SERVICOS LTD	N
1.1.02.001.20086	3088	IB TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	N
1.1.02.001.20087	3089	RFNSA INSTALACOES TELEFONICAS EIRELI - E	N
1.1.02.001.20088	3090	CIMBESSUL S/A. CENTRO INTEGRADO DE MERCA	N
1.1.02.001.20089	3091	ATO VISUAL - COMUNICACAO VISUAL LTDA - M	N
1.1.02.001.20090	3092	DINAMO EXPRESS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	N
1.1.02.001.20091	3093	COPEL GERACAO E TRANSMISSAO S.A.	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 12

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
1.1.02.001.20092	3094	FERTILIZE - AGRICOLA LTDA	N
1.1.02.001.20093	3095	ENGEPOLI LTDA EPP	N
1.1.02.001.20094	3096	JJP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EI	N
1.1.02.001.20095	3097	ALPHA SERVICOS DE ASSESSORIA TECNICA LTD	N
1.1.02.001.20096	3098	IMPLANEX MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA -	N
1.1.02.001.20097	3099	MANULI FITASA DO BRASIL S/A	N
1.1.02.001.20098	3100	JRC SOLUCAO AUTOMOTIVA LTDA - ME	N
1.1.02.001.20099	3101	AQUECEDORES MAX CHAMA LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20100	3102	A. KAMINSKI FILHOS LTDA - ME	N
1.1.02.001.20101	3103	PLAYWOOD INDUSTRIAL LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20102	3104	ENGP ESCAVACOES, DESMONTE DE ROCHA E TER	N
1.1.02.001.20103	3105	CRESTANI CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20104	3106	LATINEX INTERNATIONAL IMPORTACAO E EXPOR	N
1.1.02.001.20105	3107	NELSON DO BRASIL PECAS TUBULARES E TUBOS	N
1.1.02.001.20106	3108	VDS MILLENYUM SERVICOS E MONTAGENS - LTD	N
1.1.02.001.20107	3109	A.G.B. MONTAGENS ELETRO-MECANICAS LTDA	N
1.1.02.001.20108	3110	CONDOMINIO CENTRO EMPRESARIAL ENGENHEIRO	N
1.1.02.001.20109	3111	TRANSLIQUIDO TRANSPORTES - EIRELI	N
1.1.02.001.20110	3112	GAS PONTO COM DISTRIBUIDORA DE GAS S.A.	N
1.1.02.001.20111	3113	ELOI FERREIRA CIA LTDA - ME	N
1.1.02.001.20112	3114	METHAL C MAQUINAS E PECAS LTDA	N
1.1.02.001.20113	3115	VGR COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA- ME	N
1.1.02.001.20114	3116	E M C - SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARAC	N
1.1.02.001.20115	3117	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL NOVA CURITIB	N
1.1.02.001.20116	3118	PEDRA BRANCA ESCAVACOES LTDA	N
1.1.02.001.20117	3119	FRANK COMPENSADOS LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20118	3120	CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO EST	N
1.1.02.001.20119	3121	SARTE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIA	N
1.1.02.001.20120	3122	TM3 INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA	N
1.1.02.001.20121	3123	IN-TECH AUTOMACAO E SISTEMAS LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20122	3124	TELES RIBEIRO INCORPORACOES E CONSTRUCOE	N
1.1.02.001.20123	3125	DEPINE AUTO CENTER LTDA - ME	N
1.1.02.001.20124	3126	R S FLORESTAL LTDA - ME	N
1.1.02.001.20125	3127	UMANA BRASIL - ASSESSORIA E CONSULTORIA	N
1.1.02.001.20126	3128	BIO RESIDUOS TRANSPORTES LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20127	3129	ELIO HENRIQUE HORST JUNIOR - ME	N
1.1.02.001.20128	3130	JET VAP INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS	N
1.1.02.001.20129	3131	FIRESHOP COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULIC	N
1.1.02.001.20130	3132	NOVELTY PARTNERS LTDA	N
1.1.02.001.20131	3133	COGEP COMPANHIA DE GEOTECNOLOGIAS DO PAR	N
1.1.02.001.20132	3134	MD ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - ME	N
1.1.02.001.20133	3135	JK INSPECOES E ENSAIOS NAO DESTRUTIVOS E	N
1.1.02.001.20134	3136	SEJEAN SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICA	N
1.1.02.001.20135	3137	BOXCAR INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTACAO	N
1.1.02.001.20136	3138	FEMMIL METALURGICA E SERVICOS LTDA - ME	N
1.1.02.001.20137	3139	M E LOCACAO DE MOBILIARIO LTDA ME	N
1.1.02.001.20138	3140	MULTIVAC DO BRASIL SISTEMAS PARA EMBALAG	N
1.1.02.001.20139	3141	DSG CONSTRUTORA EIRELI - EPP	N
1.1.02.001.20140	3142	ACERTO SOLUCOES E CONSTRUCOES LTDA - ME	N
1.1.02.001.20141	3143	ELEMENTO V LTDA - ME	N
1.1.02.001.20142	3144	TRANSWALEDU -TRANSPORTE E COMERCIO LTDA.	N
1.1.02.001.20143	3145	3+ INTELIGENCIA INDUSTRIAL LTDA	N
1.1.02.001.20144	3146	CAVICHIOLO MOREIRA CONSTRUCAO CIVIL LTDA	N
1.1.02.001.20145	3147	S. FELTRIN CIA LTDA - ME	N
1.1.02.001.20146	3148	ONDREPSB PR LIMPEZA E SERVICOS ESPECIAIS	N
1.1.02.001.20147	3149	ATZ REFORMADORA DE PNEUS LTDA	N
1.1.02.001.20148	3150	TATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA SAUDE	N
1.1.02.001.20149	3151	E. MACHADO MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALI	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 13

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
1.1.02.001.20150	3152	ALCATEIA COMERCIAL LTDA	N
1.1.02.001.20151	3153	TORMAX PROATIVA AMBIENTAL COMERCIO E TEC	N
1.1.02.001.20152	3154	KAILER E NOGUEIRA SERRALHERIA LTDA	N
1.1.02.001.20153	3155	WORK LEATHER INDUSTRIA E COMERCIO DE COU	N
1.1.02.001.20154	3156	MACASIL IND E COM. DE COMPENSADO LTDA EP	N
1.1.02.001.20155	3157	A.R.M. BATISTA PINTURA E MANUTENCAO PRED	N
1.1.02.001.20156	3158	RR RR SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO	N
1.1.02.001.20157	3159	GM EMPREITEIRA DE OBRAS LTDA- ME	N
1.1.02.001.20158	3160	ARVOREDO PLANTAS E JARDINS LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20159	3161	THALA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA - ME	N
1.1.02.001.20160	3162	QUALIBLOC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EP	N
1.1.02.001.20161	3163	SEL GASTRONOMIA LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20162	3164	LUIZ CARLOS LOREGIAN CIA LTDA - ME	N
1.1.02.001.20163	3165	arielson biaobok noqueira epp (000001)	N
1.1.02.001.20164	3166	RITMO LOGISTICA S/A	N
1.1.02.001.20165	3167	RITMO LOGISTICA S/A	N
1.1.02.001.20166	3168	ALIANCA ENGENHARIA CIVIL LTDA	N
1.1.02.001.20167	3169	TRIAL TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	N
1.1.02.001.20168	3170	ZAVATTARO ENGENHARIA E CONSTRUcoes EIREL	N
1.1.02.001.20169	3171	SOL S COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	N
1.1.02.001.20170	3172	BDL ANDES CONSULTORIA GEOLOGICA E MEIO A	N
1.1.02.001.20171	3173	A3 GESTAO DE PESSOAS EIRELI - EPP	N
1.1.02.001.20172	3174	CAPITAL COMERCIO DE EPIS E FERRAMENTAS L	N
1.1.02.001.20173	3175	CONDOMINIO PALLADIUM SHOPPING CENTER CUR	N
1.1.02.001.20174	3176	J.S. SERVICOS LTDA - ME	N
1.1.02.001.20175	3177	JOSIAS GOMES DA SILVA - SERVICOS - ME	N
1.1.02.001.20176	3178	TEFA TECNOLOGIA EM FUNDICAO DE ALUMINIO	N
1.1.02.001.20177	3179	AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANA	N
1.1.02.001.20178	3180	TAXCON HR LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20179	3181	TIAGO ALEXANDRE MOREIRA - ME	N
1.1.02.001.20180	3182	MARCELO PERES - EPP	N
1.1.02.001.20181	3183	PULSE SISTEMAS ELETRONICOS LTDA	N
1.1.02.001.20182	3184	FIRE SAFETY ENGENHARIA LTDA	N
1.1.02.001.20183	3185	HYGIELINE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	N
1.1.02.001.20184	3186	BELMONT OBRAS E SERVICOS LTDA.	N
1.1.02.001.20185	3187	SOMARE - LIMPEZA, MANUTENCAO E ANALISES	N
1.1.02.001.20186	3188	CIMCOP S/A - ENGENHARIA E CONSTRUcoes	N
1.1.02.001.20187	3189	EDIFICIO HENRI MATISSE	N
1.1.02.001.20188	3190	D G CONSTRUcoes - EIRELI - ME	N
1.1.02.001.20189	3191	CORDON DO BRASIL LTDA.	N
1.1.02.001.20190	3192	P. R. DOS SANTOS - CONSTRUCAO CIVIL - ME	N
1.1.02.001.20191	3193	PINHAIS ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA	N
1.1.02.001.20192	3194	HCC METHAL COMPANY INDUSTRIA E COMERCIO	N
1.1.02.001.20193	3195	MMA LAVAGENS ESPECIAIS LTDA - ME	N
1.1.02.001.20194	3196	TBS SURFBOARDS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA M	N
1.1.02.001.20195	3197	12A COMERCIO E LOCACOES DE FERRAMENTAS L	N
1.1.02.001.20196	3198	M. N. KNOPP ENGENHARIA ELETRICA - ME	N
1.1.02.001.20197	3199	EMERSON DE MEDEIROS SANTOS 01978583923	N
1.1.02.001.20198	3200	FORTE SEG SERVICOS LTDA - ME	N
1.1.02.001.20199	3201	GODOY CASCARDO LTDA - ME	N
1.1.02.001.20200	3202	NEXT DISTRIBUIDORA COMERCIO, TRANSPORTES	N
1.1.02.001.20201	3203	SAFIRA MARMORARIA LTDA - ME	N
1.1.02.001.20202	3204	CSW SERVICOS LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20203	3205	PARQUE RIO SAGRADO - EIRELI - ME	N
1.1.02.001.20204	3206	PICNIC AMERICAN BURGER RESTAURANTE LTDA	N
1.1.02.001.20205	3207	H L SERVICOS - EIRELI - ME	N
1.1.02.001.20206	3208	CYRELA SUL CONSTRUTORA LTDA	N
1.1.02.001.20207	3209	WOOD DOOR LTDA - ME	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 14

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
1.1.02.001.20208	3210	GBF EPI E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	N
1.1.02.001.20209	3211	DIP FRANGOS S.A.	N
1.1.02.001.20210	3212	DIP FRANGOS S.A.	N
1.1.02.001.20211	3213	DIP FRANGOS S.A.	N
1.1.02.001.20212	3214	DIP FRANGOS S.A.	N
1.1.02.001.20213	3215	RENT-A-LED - EIRELI - ME	N
1.1.02.001.20214	3216	SEED OF LIFE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRO	N
1.1.02.001.20215	3217	JK SERRALHERIA LTDA - ME	N
1.1.02.001.20216	3218	FILADELFIA CONSTRUcoes E OBRAS LTDA - ME	N
1.1.02.001.20217	3219	ROSAMARINHO ESTRUTURAS METALICAS LTDA -	N
1.1.02.001.20218	3220	INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SO	N
1.1.02.001.20219	3221	RIBEIRO E SARINHO LTDA - ME	N
1.1.02.001.20220	3222	PLANEJARQ ADMINISTRACAO DE OBRAS LTDA -	N
1.1.02.001.20221	3223	MR FIBRAS TELECOMUNICACOES LTDA - ME	N
1.1.02.001.20222	3224	REFF ENGENHARIA LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20223	3225	M M BAPTISTA - COMERCIO DE EPIS, FERRAGE	N
1.1.02.001.20224	3226	FERNANDO FERNANDES SOUZA - ME	N
1.1.02.001.20225	3227	PAULO EDUARDO LOBO DAMASO DE OLIVEIRA	N
1.1.02.001.20226	3228	M C B A BARISSON SERVICOS ELETRICOS - ME	N
1.1.02.001.20227	3229	DI DOMENICO SCUISSIATTO JUNIOR MATERIAIS	N
1.1.02.001.20228	3230	OVAGNO MARTINS DOS SANTOS - ME	N
1.1.02.001.20229	3231	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO CONA	N
1.1.02.001.20230	3232	TANDEM CONSTRUcoes LTDA - ME	N
1.1.02.001.20231	3233	SOLUSUPRI COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZ	N
1.1.02.001.20232	3234	CHELERTON FRANCIS DA CRUZ - REDES DE TEL	N
1.1.02.001.20233	3235	LAREDO ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTER	N
1.1.02.001.20234	3236	CONSISA ENGENHARIA EIRELI	N
1.1.02.001.20235	3237	TREZACO COMERCIO DE TUBOS E ACO LTDA. -	N
1.1.02.001.20236	3238	RIGO LEMES EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LT	N
1.1.02.001.20237	3239	ROSELI PEREIRA - ME	N
1.1.02.001.20238	3240	LUIS CARLOS VIANA 63516870982	N
1.1.02.001.20239	3241	CRUZ CARRIO SERVICOS PARA CONSTRUCAO CIV	N
1.1.02.001.20240	3242	MIGUEL MANSUR AISSE	N
1.1.02.001.20241	3243	RESINAS YSER LTDA	N
1.1.02.001.20242	3244	RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA	N
1.1.02.001.20243	3245	RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA	N
1.1.02.001.20244	3246	RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA	N
1.1.02.001.20245	3247	MARCIO SOUZA VILLELA	N
1.1.02.001.20246	3248	JSL S/A.	N
1.1.02.001.20247	3249	JSL S/A.	N
1.1.02.001.20248	3250	ZOPONE-ENGENHARIA E COMERCIO LTDA.	N
1.1.02.001.20249	3251	GUARAUNA AGRICULTURA E PECUARIA LTDA - M	N
1.1.02.001.20250	3252	MASTERCARGO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA	N
1.1.02.001.20251	3253	OVERSEAS IMPORTADORA E EXPORTADORA DE CO	N
1.1.02.001.20252	3254	ORLIGAS COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTD	N
1.1.02.001.20253	3255	MATERNIDADE E CIRURGIA N. S. DO ROCIO S/	N
1.1.02.001.20254	3256	TRANSPORTES COLETIVOS NOSSA SENHORA DA P	N
1.1.02.001.20255	3257	TRANSPORTES COLETIVOS NOSSA SENHORA DA P	N
1.1.02.001.20256	3258	TRANSPORTES CORDENONSI LTDA	N
1.1.02.001.20257	3259	TRANS PETERSEN TERRAPLANAGEM TRANSPORTE	N
1.1.02.001.20258	3260	SEC. DE ESTADO DA SEG PUBLICA E ADM PENI	N
1.1.02.001.20259	3261	IRMAOS MUFFATO CIA LTDA	N
1.1.02.001.20260	3262	IMARIBO SA INDUSTRIA E COMERCIO	N
1.1.02.001.20261	3263	CLUBE CURITIBANO	N
1.1.02.001.20262	3264	JMALUCELLI CONSTRUTORA DE OBRAS	N
1.1.02.001.20263	3265	EXPRESSO AZUL LTDA	N
1.1.02.001.20264	3266	ASSOCIACAO D PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCION	N
1.1.02.001.20265	3267	TRANSPORTADORA ESTEFANO LTDA	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 15

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
1.1.02.001.20266	3268	INCEPA REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA (CAM	N
1.1.02.001.20267	3269	SHOPPING SAO JOSE LTDA	N
1.1.02.001.20268	3270	INSTITUTO DE ENGENHARIA DO PARANA	N
1.1.02.001.20269	3271	CENTRO ISRAELITA DO PARANA	N
1.1.02.001.20270	3272	BIANCO TECNOLOGIA DO CONCRETO	N
1.1.02.001.20271	3273	JATOBA - AGRICULTURA E PECUARIA S/A	N
1.1.02.001.20272	3274	CENTRO DE ONCOLOGIA DO PARANA LTDA	N
1.1.02.001.20273	3275	BUENO ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	N
1.1.02.001.20274	3276	TRANS-PIZZATTO TRANSPORTADORA DE CARGAS	N
1.1.02.001.20275	3277	TRANSPORTADORA ADRIANE LTDA	N
1.1.02.001.20276	3278	CASTEVAL CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA	N
1.1.02.001.20277	3279	VIACAO TAMANDARE LTDA	N
1.1.02.001.20278	3280	VIACAO TAMANDARE LTDA	N
1.1.02.001.20279	3281	DE AMORIM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	N
1.1.02.001.20280	3282	DE AMORIM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	N
1.1.02.001.20281	3283	COTRANS LOCACAO DE VEICULOS LTDA	N
1.1.02.001.20282	3284	COMLIDER INDUSTRIA E COMERCIO DE VEDACOE	N
1.1.02.001.20283	3285	SANTA FELICIDADE TRANSPORTE E LOGISTICA	N
1.1.02.001.20284	3286	CATEDRAL CONSTRUcoes CIVIS LTDA	N
1.1.02.001.20285	3287	FUND DA UNIV FEDERAL DO PARANA - FUNPAR	N
1.1.02.001.20286	3288	HRC INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA	N
1.1.02.001.20287	3289	HIGISERV LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	N
1.1.02.001.20288	3290	MILI S/A	N
1.1.02.001.20289	3291	MILI S.A	N
1.1.02.001.20290	3292	DALLA BONA BOUTIN LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20291	3293	MINERACAO TABIPORA LTDA	N
1.1.02.001.20292	3294	ACUSTIMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	N
1.1.02.001.20293	3295	3R DESCARTAVEIS - CONFECCAO E COMERCIO D	N
1.1.02.001.20294	3296	TECNIGRAN PROTECAO DE GRAOS E SEMENTES L	N
1.1.02.001.20295	3297	DIFERRACO DISTRIBUIDORA DE FERRO E ACO L	N
1.1.02.001.20296	3298	RECOA REVESTIMENTOS COLONIAIS ACRILICOS	N
1.1.02.001.20297	3299	HUMBERTO A.CARCERERI CIA LTDA	N
1.1.02.001.20298	3300	FORRO SERVICE COMERCIO DE FORROS E PARED	N
1.1.02.001.20299	3301	ESQUADRIAS DE ALUMINIO ALUPAR LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20300	3302	TOZO TRANSPORTES E DISTRIBUICAO LTDA - M	N
1.1.02.001.20301	3303	VIACAO SANTA CLARA LTDA	N
1.1.02.001.20302	3304	SEI - SOCIEDADE DE EDUCACAO INTEGRAL S/S	N
1.1.02.001.20303	3305	CEMBRA ENGENHARIA LTDA	N
1.1.02.001.20304	3306	NAKID CONSTRUcoes CIVIS LTDA	N
1.1.02.001.20305	3307	IGUACU CELULOSE PAPEL S/A	N
1.1.02.001.20306	3308	IGUACU CELULOSE PAPEL S/A	N
1.1.02.001.20307	3309	IGUACU CELULOSE PAPEL S/A	N
1.1.02.001.20308	3310	J BANA COM DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA -	N
1.1.02.001.20309	3311	J BANA COM DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA -	N
1.1.02.001.20310	3312	INTERACAO EMPRESARIAL LTDA - ME	N
1.1.02.001.20311	3313	GRAFICA EXPRESS LTDA - ME	N
1.1.02.001.20312	3314	GRANTEL ENGENHARIA LTDA	N
1.1.02.001.20313	3315	CONSTRUTORA SERRA DA PRATA	N
1.1.02.001.20314	3316	TAMBAU IND E COM DE MARMORES E REVESTIME	N
1.1.02.001.20315	3317	METHAL COMPANY INDUSTRIAL LTDA.	N
1.1.02.001.20316	3318	LATICINIO SIMIONATO LTDA	N
1.1.02.001.20317	3319	TRANSELLI TRANSPORTES RODOVIARIO DE CAR	N
1.1.02.001.20318	3320	METALURGICA EXPOENTE LTDA	N
1.1.02.001.20319	3321	CASSOL PRE FABRICADOS LTDA	N
1.1.02.001.20320	3322	CASSOL PRE FABRICADOS LTDA MONTE MOR SP	N
1.1.02.001.20321	3323	CASSOL PRE FABRICADOS LTDA SEROPEDICA RJ	N
1.1.02.001.20322	3324	CASSOL PRE FABRICADOS LTDA GOV CELSO RAM	N
1.1.02.001.20323	3325	FERTIPAR FERTILIZANTES DO PARANA LTDA	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 16

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
1.1.02.001.20324	3326	CLINICA DE DOENCAS RENAIS DE SAO JOSE DO	N
1.1.02.001.20325	3327	TALMAX PRODUTOS DE PROTESE DENTARIA LTDA	N
1.1.02.001.20326	3328	CANTEIRO FERTIL JARDINAGEM E PAISAGISMO	N
1.1.02.001.20327	3329	PALLET DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE	N
1.1.02.001.20328	3330	IMPEXTRACO LATIN AMERICA COMERCIO E INDU	N
1.1.02.001.20329	3331	ZIVALPLAST MATRIZ INDUSTRIAL	N
1.1.02.001.20330	3332	MARILDO ANTONIO RIGONI	N
1.1.02.001.20331	3333	AGUA VIVA TECNOLOGIA LTDA	N
1.1.02.001.20332	3334	TWE MONTAGENS INDUSTRIAIS EIRELI	N
1.1.02.001.20333	3335	ARAMEPAR INDUST. E COM. DE ARAMES	N
1.1.02.001.20334	3336	RACING AUTOMOTIVE LTDA	N
1.1.02.001.20335	3337	IB TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	N
1.1.02.001.20336	3338	SERILON BRASIL LTDA	N
1.1.02.001.20337	3339	MARLON BONILHA EIRELI	N
1.1.02.001.20338	3340	VINCE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	N
1.1.02.001.20339	3341	VALDECIR DA SILVA - MANDIRITUBA - EPP	N
1.1.02.001.20340	3342	COMERCIAL RIELLY LTDA	N
1.1.02.001.20341	3343	MARILEI ISABEL SCHUEDA PISSAIA - EPP	N
1.1.02.001.20342	3344	CMX MINERACAO LTDA - ME	N
1.1.02.001.20343	3345	PROGRESSO CONSTRUcoes E SERVICOS LTDA -	N
1.1.02.001.20344	3346	LUXPLAST MATRIZ INDUSTRIAL	N
1.1.02.001.20345	3347	GIRABRASIL DISTRIBUIDORA FARMACEUTICA LT	N
1.1.02.001.20346	3348	INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCACAO CONTINU	N
1.1.02.001.20347	3349	CRIATIVA ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA - ME	N
1.1.02.001.20348	3350	SPACECOM MONITORAMENTO S/A	N
1.1.02.001.20349	3351	BRAHMAN ENGENHARIA LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20350	3352	VIACAMPOS INCORPORACOES E CONSTRUcoes LT	N
1.1.02.001.20351	3353	EXCEL MULTIMARCAS EIRELI	N
1.1.02.001.20352	3354	ARE MIX DO BRASIL EVENTOS E LOCACAO DE B	N
1.1.02.001.20353	3355	R.A. ROSSILHO - EPP	N
1.1.02.001.20354	3356	PORTO COMERCIO DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS L	N
1.1.02.001.20355	3357	ARQ STEEL LTDA - EPP	N
1.1.02.001.20356	3358	CONSTRUTORA SKY LTDA	N
1.1.02.001.20357	3359	V F N CIA LTDA - ME	N
1.1.02.001.20358	3360	TCP - TERMINAL DE CONTEINERES DE PARANAG	N
1.1.02.001.20359	3361	SIVANILDO RODRIGUES DE JESUS - EQUIPAMEN	N
1.1.02.001.20360	3362	TCI - TRANSPORTES COLETIVOS IGUACU LTDA	N
1.1.02.001.20361	3363	TRANSPIEDADE - TRANSPORTES COLETIVOS LTD	N
1.1.02.001.20362	3364	LUCIANO ANDREI FELIPE ME	N
1.1.02.001.20363	3365	GEIA ASSESSORIA EM PROJETOS DE MEIO AMBI	N
1.1.02.001.20364	3366	COSTAMAQ MANUTENCAO E ASSISTENCIA TECNIC	N
1.1.02.001.20365	3367	J2SC ENGENHARIA DE PRODUCAO CIVIL LTDA -	N
1.1.02.001.20366	3368	CAMINHO REAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO	N
1.1.02.001.20367	3369	CR CONSULTORIA EM SEGURANCA DO TRABALHO	N
1.1.02.001.20368	3370	DGC MAP PARANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIAR	N
1.1.02.001.20369	3371	M.E.I. TECHNOLOGY BRASIL IMPLANTACOES DE	N
1.1.02.001.20370	3372	ELETROAL INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	N
1.1.02.001.20371	3373	ENG HIVE INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIA	N
1.1.02.001.20372	3374	EDIFICIO VIVERE	N
1.1.02.001.20373	3375	CLINICA DE DOENCAS RENAIS DE COLOMBO LTD	N
1.1.02.001.20374	3376	RITMO ENERGIA S.A.	N
1.1.02.001.20375	3377	CASA FACIL INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA	N
1.1.02.001.20376	3378	MED PLASTICOS EIRELI - ME	N
1.1.02.001.20377	3379	KRAEMER EMPREITEIRA DE OBRAS E IND DE MA	N
1.1.02.001.20378	3380	COOPERATIVA AGRO PECUARIA DO VALE DO PAR	N
1.1.02.001.20379	3381	MONUMENTA ENGENHARIA LTDA - ME	N
1.1.02.001.20380	3382	BERTON E PIZZICHINI CONSTRUcoes LTDA - M	N
1.1.02.001.20381	3383	QUOCIENTE ENGENHARIA LTDA - ME	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 17

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
1.1.02.001.20382	3384	RODOLFO MINGOSSO MANTOVANI	N
1.1.02.001.20383	3385	JRD SERVICOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS EIR	N
1.1.02.001.20384	3386	TECNOAR TECNICA E COMERCIO DE COMPRESSOR	N
1.1.02.001.20385	3387	A D I - DESENTUPIMENTOS LTDA. - EPP	N
1.1.02.001.20386	3388	INSTITUTO DO RIM DO PARANA LTDA	N
1.1.02.001.20387	3389	QUALITERMO SOLUCOES EM PLASTICOS DE ENGE	N
1.1.02.001.20388	3390	CONDOMINIO EDIFICIO SAINT LAWRENCE	N
1.1.02.001.20389	3391	PARQUE IGUACU ADMINISTRACAO LTDA	N
1.1.02.001.20390	3392	CONSTRUTORA SAN REMO LTDA	N
1.1.02.001.20391	3393	ASSOCIACAO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR	N
1.1.02.001.20392	3394	PLONA EQUIPAMENTOS IND DE COMPONENTES ME	N
1.1.02.001.20393	3395	TRANS IGUACU EMPRESA DE TRANSPORTES RODO	N
1.1.02.001.20394	3396	INCEPA REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA (SAO	N
1.1.02.001.20395	3397	CIRCULO MILITAR DO PARANA	N
1.1.02.001.20396	3398	ABRASCORT COMERCIAL IMPORTADORA DE CORRE	N
1.1.02.001.20397	3399	GOUDARD INDUSTRIA METALURGICA LTDA	N
1.1.02.001.20398	3400	VIAPLAN ENGENHARIA LTDA	N
1.1.02.001.20399	3401	PRE FABRICADOS JUNCAO LTDA - ME	N
1.1.02.001.20400	3402	JUFAP ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA	N
1.1.02.001.20401	3403	NATO CONSTRUCOES E PARTICIPACOES LTDA	N
1.1.02.001.20402	3404	ALFA TRANSPORTES EIRELI	N
1.1.02.001.20403	3405	SONDAR ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	N
1.1.02.002.		TÍTULOS A RECEBER	N
1.1.02.002.00080	80	CLIENTES RENEGOCIAÇÕES	N
1.1.02.002.00081	81	DEVEDORES MOBILIÁRIOS	N
1.1.02.002.00082	82	EMPRESTIMOS DE TERCEIROS	N
1.1.02.003.		IMPOSTOS A RECUPERAR	N
1.1.02.003.00090	90	ICMS A RECUPERAR	N
1.1.02.003.00091	91	ISS A RECUPERAR	N
1.1.02.003.00092	92	IRRF A RECUPERAR	N
1.1.02.003.00093	93	IPI A RECUPERAR	N
1.1.02.003.00094	94	PIS A RECUPERAR	N
1.1.02.003.00095	95	COFINS A RECUPERAR	N
1.1.02.003.00096	96	INSS A RECUPERAR	N
1.1.02.003.00097	20080	IMPOSTOS FEDERAIS RETIDOS	N
1.1.02.004.		ADIANTAMENTOS	N
1.1.02.004.00100	100	ADIANTAMENTO DE SALARIOS	N
1.1.02.004.00101	101	ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	N
1.1.02.004.00102	102	ADIANTAMENTO 13º SALARIO	N
1.1.02.004.00103	103	ADIANT. FORNECEDORES OPER.	N
1.1.02.004.00104	104	ADIANT. FORNECEDORES INVEST.	N
1.1.02.005.		INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	N
1.1.02.005.00110	110	FUNDO BRADESCO CNPJ 04.237.583/0001-20	N
1.1.02.005.00111	111	FUNDO BRADESCO CNPJ 03.766.575/0001-08	N
1.1.02.005.00112	112	CDB/RDB	N
1.1.02.006.		OUTROS CRÉDITOS	N
1.1.02.006.00120	120	VALE TRANSPORTE A RECUPERAR	N
1.1.02.006.00121	121	VALE REFEIÇÃO A RECUPERAR	N
1.1.02.006.00122	20078	INSS A RECUPERAR	N
1.1.03.		ESTOQUES	N
1.1.03.001.		MERCADORIAS ADQUIRIDAS TERCEIROS	N
1.1.03.001.00130	130	ESTOQUE DE MERCADORIAS	N
1.1.03.001.00131	131	ESTOQUE DE MERCADORIAS	N
1.1.03.001.00132	132	MERCADORIAS ISENTAS IMPOSTOS	N
1.1.03.001.00133	133	MERCADORIAS C/ DIFERIMENTOS IMPOSTOS	N
1.1.03.001.00139	139	MATERIAIS DE USO E CONSUMO	N
1.1.03.002.		PRODUÇÃO INDUSTRIAL	N
1.1.03.002.00140	140	MATÉRIA-PRIMA	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 18

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
1.1.03.002.00141	141	PRODUTOS EM ELABORAÇÃO	N
1.1.03.002.00142	142	PRODUTOS ACABADOS	N
1.1.03.002.00143	143	EMBALAGENS	N
1.1.03.002.00144	144	MATERIAIS DE USO CONSUMO	N
1.1.03.002.00149	149	(-) PROVISÃO PARA PERDA ESTOQUE	N
1.1.03.003.		PRODUÇÃO AGROPECUÁRIO	N
1.1.03.003.00160	160	CAFÉ	N
1.1.03.003.00161	161	SOJA	N
1.1.03.003.00162	162	MILHO	N
1.1.03.003.00167	167	REBANHO BOVINO EM FORMAÇÃO	N
1.1.03.003.00168	168	REBANHO BOVINO PARA CORTE	N
1.1.03.003.00169	169	REBANHO BOVINO EM TRANSITO	N
1.1.03.003.00170	170	INSUMO PARA AGROPECUÁRIA	N
1.1.03.004.		IMOVEIS DE REVENDA	N
1.1.03.004.00175	175	IMOVEIS COMERCIAIS	N
1.1.03.004.00176	176	IMÓVEIS RESIDENCIAIS	N
1.1.04.		DESPESAS ANTECIPADAS	N
1.1.04.001.		CUSTOS A APROPRIAR	N
1.1.04.001.00180	180	PREMIO DE SEGUROS A VENCER	N
1.1.04.001.00181	181	ASSINATURA DE JORNAIS E REVISTAS	N
1.1.04.001.00182	182	ALUGUEIS ANTECIPADOS	N
1.2.		NÃO CIRCULANTE	N
1.2.01.		REALIZAVEL A LONGO PRAZO	N
1.2.01.001.		TÍTULOS A RECEBER	N
1.2.01.001.00190	190	CLIENTES RENEGOCIAÇÕES	N
1.2.01.001.00191	191	DEVEDORES MOBILIARIOS	N
1.2.01.001.00192	192	EMPRESTIMOS DE TERCEIROS A RECEBER	N
1.2.01.002.		INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	N
1.2.01.002.00001	20001	APLICAÇÕES EM PAPÉIS	N
1.2.01.002.00002	20002	APLICAÇÃO FUNDOS DI PLATINUM	N
1.2.01.002.00003	20003	APLICAÇÕES AUTOMÁTICAS BRADESCO	N
1.2.01.002.00200	200	TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	N
1.2.01.002.00201	201	INCENTIVOS FISCAIS	N
1.2.01.003.		OUTROS CREDITOS	N
1.2.01.003.00210	210	CREDITOS DE DIRETORES	N
1.2.01.003.00211	211	IMPOSTOS A RECUPERAR	N
1.2.01.003.00212	212	EMPRESTIMOS COMPULSÓRIOS	N
1.2.01.003.00219	219	(-) PROVISÃO PARA PERDAS	N
1.2.02.		INVESTIMENTOS PERMANENTES	N
1.2.02.001.		PARTICIPAÇÕES OUTRAS SOCIEDADES	N
1.2.02.001.00220	220	SOCIEDADES CONTROLADAS	N
1.2.02.001.00221	221	SOCIEDADES COLIGADAS	N
1.2.02.002.		OUTROS INVESTIMENTOS	N
1.2.02.002.00230	230	OBRAS DE ARTE	N
1.2.02.002.00231	231	TERRENOS E IMOVEIS RENDA	N
1.2.02.002.00239	239	(-) PROVISÃO PARA PERDA	N
1.2.03.		IMOBILIZADO	N
1.2.03.001.		BENS EM OPERAÇÃO	N
1.2.03.001.00240	240	INSTALAÇÕES	N
1.2.03.001.00241	241	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	N
1.2.03.001.00242	242	VEÍCULOS	N
1.2.03.001.00243	243	MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	N
1.2.03.001.00244	244	IMOVEL COMERCIAL	N
1.2.03.001.00245	245	FERRAMENTAS	N
1.2.03.001.00246	246	TERRENOS	N
1.2.03.001.00247	247	TERRA NUA	N
1.2.03.001.00248	248	BENFEITORIAS PROPRIEDADES TERCEIROS	N
1.2.03.001.00249	249	MAQUINAS EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 19

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
1.2.03.001.00250	250	PASTAGENS	N
1.2.03.001.00251	251	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURAS	N
1.2.03.001.00252	252	REDES ELETRICAS E COMUNICAÇÃO	N
1.2.03.001.00253	253	ANIMAIS DE REPRODUÇÃO	N
1.2.03.001.00254	254	ANIMAIS DE TRABALHO	N
1.2.03.001.00255	255	MINAS E JAZIDAS	N
1.2.03.001.00256	256	EQUIPAMENTOS E MAQUINAS DE PRODUÇÃO	N
1.2.03.001.00257	257	CULTURAS PERMANENTES	N
1.2.03.001.00258	258	FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO	N
1.2.03.002.		(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	N
1.2.03.002.00270	270	INSTALAÇÕES	N
1.2.03.002.00271	271	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	N
1.2.03.002.00272	272	VEÍCULOS	N
1.2.03.002.00273	273	MAQUINAS EQTO ESCRITÓRIO	N
1.2.03.002.00274	274	EDIFÍCIOS	N
1.2.03.002.00275	275	FERRAMENTAS	N
1.2.03.002.00276	276	BENFEITORIAS PROPRIEDADES TERCEIROS	N
1.2.03.002.00277	277	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	N
1.2.03.002.00278	278	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURAS	N
1.2.03.002.00279	279	REDES ELÉTRICAS E COMUNICAÇÃO	N
1.2.03.002.00280	280	ANIMAIS DE REPRODUÇÃO	N
1.2.03.002.00281	281	ANIMAIS DE TRABALHO	N
1.2.03.002.00282	282	EQUIPAMENTOS E MAQUINAS DE PRODUÇÃO	N
1.2.03.002.00283	283	CULTURAS PERMANENTES	N
1.2.03.003.		(-) EXAUSTÃO ACUMULADAS	N
1.2.03.003.00300	300	PASTAGENS	N
1.2.03.003.00301	301	MINAS E JAZIDAS	N
1.2.03.003.00302	302	FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO	N
1.2.04.		IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	N
1.2.04.001.		BENS EM CURSO	N
1.2.04.001.00350	350	OBRAS EM ANDAMENTO	N
1.2.04.001.00351	351	IMPOSTAÇÕES PARA IMOBILIZADO	N
1.2.04.001.00352	352	PASTAGENS EM FORMAÇÃO	N
1.2.04.001.00353	353	CULTURA PERMANENTE EM FORMAÇÃO	N
1.2.05.		INTANGÍVEL	N
1.2.05.001.		BENS INCORPÓRIOS	N
1.2.05.001.00370	370	FUNDO DE COMÉRCIO	N
1.2.05.001.00371	371	MARCAS E PATENTES	N
1.2.05.001.00372	372	DIREITOS AUTORAIS	N
1.2.05.001.00373	373	APLICATIVOS SOFTWARE	N
1.2.05.001.00374	374	DIREITOS SOBRE RECURSOS NATURAIS	N
1.2.05.001.00375	375	ÁGIO EXPECTATIVAS FUTURAS	N
1.2.05.002.		(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	N
1.2.05.002.00380	380	FUNDO DE COMÉRCIO	N
1.2.05.002.00381	381	MARCAS E PATENTES	N
1.2.05.002.00382	382	DIREITOS AUTORAIS	N
1.2.05.002.00383	383	APLICATIVOS SOFTWARE	N
1.2.05.002.00384	384	DIREITOS SOBRE RECURSOS NATURAIS	N
1.3.		CONTAS DE COMPENSAÇÃO	N
1.3.01.		COMPENSAÇÕES ATIVAS	N
1.3.01.001.		BENS E DIRETOS	N
1.3.01.001.00400	400	SEGUROS CONTRATADOS	N
1.3.01.001.00401	401	CONTRATO DE COMPRAS	N
1.3.01.001.00402	402	BANCO CONTA CAUÇÃO	N
2.		PASSIVO	N
2.1.		CIRCULANTE	N
2.1.01.		OBRIGAÇÕES A PAGAR	N
2.1.01.001.		FORNECEDORES MAT/ SERVIÇOS OPERAC.	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 20

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
2.1.01.001.20000	20000	FORNECEDORES DIVERSOS	N
2.1.01.001.20001	20004	SHANDONG YUYUN MACHINERY	N
2.1.01.001.20002	20005	SHANDONG YUYUN MACHINERY	N
2.1.01.001.20003	20006	SHANDONG YUYUN MACHINERY	N
2.1.01.001.20004	20007	SHANDONG YUYUN MACHINERY	N
2.1.01.001.20005	20008	SHANDONG YUYUN MACHINERY	N
2.1.01.001.20006	20009	SHANDONG YUYUN MACHINERY	N
2.1.01.001.20007	20010	SHANDONG YUYUN MACHINERY	N
2.1.01.001.20008	20011	SHANDONG YUYUN MACHINERY	N
2.1.01.001.20009	20012	SHANDONG YUYUN MACHINERY	N
2.1.01.001.20010	20015	SEPR SIST.BRAS.PROT.RESPIRATORIA LTDA	N
2.1.01.001.20011	20016	KALIPSO EQUIP. INDIVIDUAIS DE PROTECAO L	N
2.1.01.001.20012	20017	COMERCIAL SIBRAS LTDA	N
2.1.01.001.20013	20018	VOLK DO BRASIL LTDA - MTZ	N
2.1.01.001.20014	20019	ULTRA MASTER PLUG.C.IND.EQ.P. IND.LTDA-E	N
2.1.01.001.20015	20020	PREVEMAX CONFECCOES PLASTICAS LTDA	N
2.1.01.001.20016	20021	HASTEN INDUSTRIA E COMERCIO DE ESPECIALI	N
2.1.01.001.20017	20022	BRASCAMP EQUIPAMENTOS DE PROTECAO DO TRA	N
2.1.01.001.20018	20023	BIGCOMPRA EIRELI	N
2.1.01.001.20019	20024	JJP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EI	N
2.1.01.001.20020	20025	PLASTCOR DO BRASIL LTDA - SP	N
2.1.01.001.20021	20026	CHINAMEX IND. COM. LTDA	N
2.1.01.001.20022	20027	COMERCIAL RIELLY LTDA	N
2.1.01.001.20023	20028	KADESH CALCADOS PROFISSIONAIS LTDA	N
2.1.01.001.20024	20029	MULTI EPI EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA	N
2.1.01.001.20025	20030	PANTANEIRO INDUSTRIA E COMERCIO DE CAPAS	N
2.1.01.001.20026	20031	PRO-SAFETY INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIP	N
2.1.01.001.20027	20032	R S FLORESTAL LTDA - ME	N
2.1.01.001.20028	20033	CANADA EPI CALCADOS PROFISSIONAIS LTDA	N
2.1.01.001.20029	20034	SUPER SAFETYIMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	N
2.1.01.001.20030	20035	INNOVARE EQUIPAMENTOS DE PROTECAO LTDA M	N
2.1.01.001.20031	20036	BSB PRODUTORA DE EQUIPAMENTOS DE PROTECA	N
2.1.01.001.20032	20037	GRAZIA IND. E COM. DE EPI LTDA.-EPP	N
2.1.01.001.20033	20038	PAMCOLD DO BRASIL LTDA	N
2.1.01.001.20034	20039	KITSINAL EQUIP DE SEG E SINALI EIRELI ME	N
2.1.01.001.20035	20040	UNIGLOVES BRASIL IMPORTADORA LTDA.	N
2.1.01.001.20036	20041	FANE TECIDOS LTDA.	N
2.1.01.001.20037	20042	SDF RIOVALLEY LTDA EPP	N
2.1.01.001.20038	20043	LUCIANO ANDREI FELIPE ME	N
2.1.01.001.20039	20044	MW DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI	N
2.1.01.001.20040	20045	MEIRIANE BECK - ME	N
2.1.01.001.20041	20046	SB IND. E COM. EQUIP.DE SEGURANCA LTDA	N
2.1.01.001.20042	20047	MARLUVAS CALCADOS DE SEGURANCA LTDA	N
2.1.01.001.20043	20048	W HENZ	N
2.1.01.001.20044	20049	SAFE LIFE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SE	N
2.1.01.001.20045	20050	3M DO BRASIL LTDA	N
2.1.01.001.20046	20051	SEIKI IND. COM. E CONFECCOES LTDA.	N
2.1.01.001.20047	20052	DIMENSIONAL EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA	N
2.1.01.001.20048	20053	DVS EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL	N
2.1.01.001.20049	20054	TKVB INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	N
2.1.01.001.20050	20055	LEDAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	N
2.1.01.001.20051	20056	HONEYWELL IND E EQUIP DE SEGURANCA LTDA	N
2.1.01.001.20052	20057	INTERFILTROS INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL	N
2.1.01.001.20053	20058	MULT INDUSTRIA DE MATERIAIS DE SEGURANCA	N
2.1.01.001.20054	20059	CENCI UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	N
2.1.01.001.20055	20060	IND. E COM. ARTEFATOS DE COURO VWA LTDA.	N
2.1.01.001.20056	20061	LUVAS YELING LTDA	N
2.1.01.001.20057	20062	TEGAPE IMP E COM DE TEC TECNICCS LTDA	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 21

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
2.1.01.001.20058	20063	O.V.D. IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA	N
2.1.01.001.20059	20064	FERRAGENS NEGRAO COM LTDA-CURITIBA	N
2.1.01.001.20060	20065	DE AMORIM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	N
2.1.01.001.20061	20066	MARACCINI FRANCO FRANCO LTDA. - ME	N
2.1.01.001.20062	20067	M.S.B INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	N
2.1.01.001.20063	20068	ARADEFE IND E COM DE MALHAS LTDA	N
2.1.01.001.20064	20069	CENCI CIA LTDA	N
2.1.01.001.20065	20070	CONFORTO ARTEFATOS DE COURO LTDA	N
2.1.01.001.20066	20071	LUVEX IND DE EQUIP DE PROTECAO LTDA	N
2.1.01.001.20067	20072	COMERCIAL 199 ALBATROZ LTDA	N
2.1.01.001.20068	20073	DIP FRANGOS S.A.	N
2.1.01.001.20069	20074	BUNZL EQUIPAMENTOS PARA PROTECAO INDIVID	N
2.1.01.001.20070	20075	MULT INDUSTRIA DE MATERIAIS DE SEGURANCA	N
2.1.01.001.20071	20076	Zeus do Brasil Ltda	N
2.1.01.001.20072	20077	VIGILANTE SHOP COMERCIO DE PRODUTOS DE S	N
2.1.01.002.		FORNECEDORES MAT. SERVIÇOS INVEST.	N
2.1.01.002.00450	450	FORNECEDORES DIVERSOS	N
2.1.01.003.		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	N
2.1.01.003.00500	500	ALEXANDER ANDRÉ RIGO	N
2.1.01.003.00501	501	CRISTIAN FELIPE RIGO	N
2.1.01.003.00502	502	TÍTULOS A PAGAR	N
2.1.01.004.		OBRIGAÇÕES COM PESSOAL	N
2.1.01.004.00520	520	SALARIOS A PAGAR	N
2.1.01.004.00521	521	RESCISÕES CONT.TRAB. A PAGAR	N
2.1.01.004.00522	522	FÉRIAS A PAGAR	N
2.1.01.004.00523	523	13º SALARIO A PAGAR	N
2.1.01.004.00524	524	PROVISÃO PARA 13º SALÁRIO	N
2.1.01.004.00525	525	PROVISÃO PARA FÉRIAS	N
2.1.01.004.00527	527	PRO-LABORE A PAGAR	N
2.1.01.005.		OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	N
2.1.01.005.00530	530	INSS A RECOLHER	N
2.1.01.005.00531	531	FGTS A RECOLHER	N
2.1.01.005.00532	532	PIS FOLHA DE PAGAMENTO	N
2.1.01.005.00533	533	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	N
2.1.01.005.00534	534	PROV INSS S/ PROV FERIAS	N
2.1.01.005.00535	535	PROV FGTS S/ PROV FERIAS	N
2.1.01.005.00536	536	PROV INSS S/ PROV 13º SALARIO	N
2.1.01.005.00537	537	PROV FGTS S/ PROV 13º SALARIO	N
2.1.01.006.		OBRIGAÇÕES FISCAIS	N
2.1.01.006.00540	540	SIMPLES A RECOLHER	N
2.1.01.006.00541	541	ICMS A RECOLHER	N
2.1.01.006.00542	542	ISS A RECOLHER	N
2.1.01.006.00543	543	PIS A RECOLHER	N
2.1.01.006.00544	544	COFINS A RECOLHER	N
2.1.01.006.00545	545	IRRF A RECOLHER	N
2.1.01.006.00546	546	IMP.FEDERAIS A RECOLHER	N
2.1.01.006.00547	547	IPi A RECOLHER	N
2.1.01.006.00548	548	IRPJ A RECOLHER	N
2.1.01.006.00549	549	CSLL A RECOLHER	N
2.1.01.007.		OUTRAS OBRIGAÇÕES	N
2.1.01.007.00560	560	LUCROS A PAGAR	N
2.1.01.007.00561	561	ALEXSANDER ANDRÉ RIGO	N
2.1.01.007.00565	565	CRISTIAN FELIPE RIGO	N
2.2. . .		NÃO CIRCULANTE	N
2.2.01. . .		OBRIGAÇÕES A PAGAR	N
2.2.01.001.		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	N
2.2.01.001.00570	570	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO BANCARIO	N
2.2.01.001.00571	571	TÍTULOS A PAGAR	N

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 22

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
2.3.		PATRIMONIO LIQUIDO	N
2.3.01.		CAPITAL	N
2.3.01.001.		CAPITAL SOCIAL	N
2.3.01.001.00600	600	CAPITAL SOCIAL	N
2.3.01.001.00601	601	AÇÕES	N
2.3.01.002.		CAPITAL A SUBSCREVER	N
2.3.01.002.00610	610	QUOTAS DE CAPITAL	N
2.3.01.002.00611	611	AÇÕES	N
2.3.01.003.		CAPITAL A INTEGRALIZAR	N
2.3.01.003.00620	620	QUOTAS DE CAPITAL	N
2.3.01.003.00621	621	AÇÕES	N
2.3.02.		RESERVAS	N
2.3.02.001.		RESERVAS DE CAPITAL	N
2.3.02.001.00630	630	CORREÇÃO MONETARIA DO CAPITAL	N
2.3.02.001.00631	631	ÁGIO DE AÇÕES	N
2.3.02.001.00632	632	ÁGIO DE QUOTAS	N
2.3.02.001.00633	633	ALIENAÇÃO PARTES BENEFICIÁRIAS	N
2.3.02.001.00634	634	ALIENAÇÃO DE BONUS DE SUBSCRIÇÃO	N
2.3.02.001.00635	635	OPÇÕES DE OUTORGAS RECONHECIDAS	N
2.3.02.002.		RESERVAS DE LUCRO	N
2.3.02.002.00650	650	RESERVA LEGAL	N
2.3.02.002.00651	651	RESERVAS ESTATUTARIAS	N
2.3.02.002.00652	652	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	N
2.3.02.002.00653	653	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	N
2.3.02.002.00654	654	RESERVA DE INCENTIVO FISCAL	N
2.3.03.		AJUSTES DE AVALIAÇÕES	N
2.3.03.001.		AVALIAÇÃO DE VALOR JUSTO	N
2.3.03.001.00660	660	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	N
2.3.03.001.00661	661	AJUSTES ACUMULADOS DE CONVERSÃO	N
2.3.04.		LUCROS OU PREJUÍZOS	N
2.3.04.001.		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	N
2.3.04.001.00670	670	SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	N
2.3.04.001.00671	671	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	N
2.3.04.001.00672	672	LUCRO DO EXERCÍCIO	N
2.3.04.001.00673	673	PREJUÍZOS ACUMULADOS	N
2.3.04.001.00674	674	LUCROS ACUMULADOS	N
2.3.04.001.00675	20013	LUCROS ACUMULADOS	N
2.3.04.001.00676	20014	PREJUÍZOS ACUMULADOS	N
2.4.		COMPENSAÇÕES	N
2.4.01.		COMPENSAÇÕES PASSIVA	N
2.4.01.001.		DIREITOS E BENS	N
2.4.01.001.00700	700	CONTRATOS DE SEGUROS	N
2.4.01.001.00701	701	COMPRAS CONTRATADAS	N
2.4.01.001.00702	702	ENDOSSO PARA CAUÇÃO	N
8.		RESULTADO DO EXERCÍCIO	S
8.1.		RECEITAS	S
8.1.01.		RECEITA BRUTA	S
8.1.01.001.		VENDA DE MERCADORIAS	S
8.1.01.001.00770	770	VENDA DE MERCADORIAS A VISTA	S
8.1.01.001.00771	771	VENDA DE MERCADORIAS A PRAZO	S
8.1.01.002.		VENDA DE SERVIÇOS	S
8.1.01.002.00775	775	VENDA DE SERVIÇOS A VISTA	S
8.1.01.002.00776	776	VENDA DE SERVIÇOS A PRAZO	S
8.1.01.003.		VENDA PRODUTOS INDUSTRIALIZADO	S
8.1.01.003.00800	800	VENDA PROD. INDUST. A VISTA	S
8.1.01.003.00801	801	VENDA PROD. IND. A PRAZO	S
8.1.01.004.		VENDA SOJA	S
8.1.01.004.00805	805	VENDA DE SOJA A VISTA	S

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA.

Plano de Contas

Fl. 23

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
8.1.01.004.00806	806	VENDA SOJA A PRAZO	S
8.1.01.005.		VENDA DE MILHO	S
8.1.01.005.00810	810	VENDA DE MILHO A VISTA	S
8.1.01.005.00811	811	VENDA MEILHO A PRAZO	S
8.1.01.010.		VENDA DE BOVINO	S
8.1.01.010.00880	880	VENDA BOVINO A VISTA	S
8.1.01.010.00881	881	VENDA BOVINO A PRAZO	S
8.2. . .		DEDUÇÕES, ABATIMENTOS E AJUSTES	S
8.2.03. . .		DEDUÇÕES	S
8.2.03.001.		IMPOSTOS INCIDEN. S/ VENDAS	S
8.2.03.001.00900	900	ICMS S/ VENDAS	S
8.2.03.001.00901	901	ISS S/ VENDAS	S
8.2.03.001.00902	902	COFINS	S
8.2.03.001.00903	903	PIS	S
8.2.03.001.00904	904	IPI S/ VENDAS	S
8.2.03.001.00905	905	SIMPLES NACIONAL	S
8.2.04. . .		ABATIMENTOS	S
8.2.04.001.		DESCONTOS, CANCELAMENTOS E DEVOLUÇÕES	S
8.2.04.001.00910	910	DESCONTOS INCONDICIONAIS	S
8.2.04.001.00911	911	DEVOLUÇÕES DE VENDAS	S
8.2.04.001.00912	912	CANCELAMENTO DE VENDAS	S
8.2.05. . .		AJUSTES	S
8.2.05.001.		AJUSTE A VALOR PRESENTE	S
8.2.05.001.00890	890	(-) DESPESAS COM PAVP	S
8.2.05.001.00891	891	RECEITAS DE PAVP	S
8.3. . .		CUSTOS	S
8.3.01. . .		CUSTOS DAS MERCADORIAS	S
8.3.01.001.		CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	S
8.3.01.001.00920	920	COMPRA DE MERCADORIAS - A VISTA	S
8.3.01.001.00921	921	COMPRA DE MERCADORIAS - A PRAZO	S
8.3.01.001.00922	922	FRETES - A VISTA	S
8.3.01.001.00923	923	FRETES - A PRAZO	S
8.3.01.001.00924	924	(-) ICMS S/ COMPRAS	S
8.3.01.001.00925	925	(-) DEVOLUCOES DE COMPRAS	S
8.3.01.001.00926	926	ICMS S/ DEVOL. DE COMPRAS	S
8.3.01.001.00936	936	(-) PIS - NÃO CUMULATIVO	S
8.3.01.001.00937	937	(-) COFINS - NÃO CUMULATIVO	S
8.3.01.001.00938	938	ESTOQUE INICIAL	S
8.3.01.001.00939	939	(-) ESTOQUE FINAL	S
8.3.02. . .		CUSTOS DOS SERVIÇOS	S
8.3.02.001.		CUSTO SERVIÇOS VENDIDOS	S
8.3.02.001.00979	979	REMUNERACAO A DIRIGENTES	S
8.3.02.001.00980	980	SALÁRIOS E ORDENADOS	S
8.3.02.001.00981	981	FÉRIAS E 13º SALÁRIO	S
8.3.02.001.00982	982	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	S
8.3.02.001.00983	983	VALE TRANSPORTE	S
8.3.02.001.00984	984	ALIMENTACAO DO TRABALHADOR	S
8.3.02.001.00985	985	PLANO DE SAUDE	S
8.3.02.001.00986	986	PREVIDENCIA SOCIAL - PATRONAL	S
8.3.02.001.00987	987	PREVIDENCIA SOCIAL - TERCEIROS	S
8.3.02.001.00988	988	FGTS	S
8.3.02.001.00989	989	SERVICÓS DE TERCEIROS - PF	S
8.3.02.001.00990	990	SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	S
8.3.02.001.00999	999	OUTRAS DESPESAS C/ PESSOAL	S
8.3.02.001.01000	1000	MATERIAL DE USO E CONSUMO	S
8.3.02.001.01001	1001	MANUTENCAO E CONSERVACAO	S
8.3.02.001.01002	1002	FRETES	S
8.3.02.001.01003	1003	ARRENDAMENTO MERCANTIL	S

00 299

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 24

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
8.3.02.001.01004	1004	DEPRECIACOES	S
8.3.02.001.01010	1010	(-) PIS - NÃO CUMULATIVO	S
8.3.02.001.01011	1011	(-) COFINS - NÃO CUMULATIVO	S
8.3.02.001.01012	1012	ESTOQUE INICIAL	S
8.3.02.001.01013	1013	(-) ESTOQUE FINAL	S
8.3.03.		CUSTO DOS PRODUTOS	S
8.3.03.001.		CUSTO PRODUTOS VENDIDOS	S
8.3.03.001.01500	1500	COMPRA MATERIA PRIMA - A VISTA	S
8.3.03.001.01501	1501	COMPRA MATERIA PRIMA - A PRAZO	S
8.3.03.001.01502	1502	COMPRA MATERIAL SECUNDARIO - A VISTA	S
8.3.03.001.01503	1503	COMPRA MATERIAL SECUNDARIO - A PRAZO	S
8.3.03.001.01504	1504	COMPRA DE EMBALAGENS - A VISTA	S
8.3.03.001.01505	1505	COMPRA DE EMBALAGENS - A PRAZO	S
8.3.03.001.01506	1506	FRETES - A VISTA	S
8.3.03.001.01507	1507	FRETES - A PRAZO	S
8.3.03.001.01508	1508	(-) ICMS S/ COMPRAS	S
8.3.03.001.01509	1509	(-) IPI S/ COMPRAS	S
8.3.03.001.01510	1510	(-) DEVOLUCOES DE COMPRAS	S
8.3.03.001.01511	1511	ICMS S/ COMPRAS	S
8.3.03.001.01512	1512	IPI S/ DEVOLUCOES DE COMPRAS	S
8.3.03.001.01515	1515	ENERGIA ELETRICA	S
8.3.03.001.01516	1516	REMUNERACAO A DIRIGENTES	S
8.3.03.001.01517	1517	SALARIOS E ORDENADOS	S
8.3.03.001.01518	1518	FERIAS E 13º SALÁRIO	S
8.3.03.001.01519	1519	INSS EMPRESA	S
8.3.03.001.01520	1520	PREVIDENCIA SOCIAL - TERCEIROS	S
8.3.03.001.01521	1521	FGTS	S
8.3.03.001.01522	1522	VALE TRANSPORTE	S
8.3.03.001.01523	1523	ALIMENTACAO DO TRABALHADOR	S
8.3.03.001.01524	1524	PLANO DE SAUDE	S
8.3.03.001.01525	1525	SERVICOS TERCEIROS - PF	S
8.3.03.001.01526	526	SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	S
8.3.03.001.01530	1530	OUTRAS DESPESAS C/ PESSOAL	S
8.3.03.001.01531	1531	MATERIAIS DE USO E CONSUMO	S
8.3.03.001.01532	1532	MANUTENCAO E CONSERVACAO	S
8.3.03.001.01533	1533	ARRENDAMENTO MERCANTIL	S
8.3.03.001.01534	1534	DEPRECIACOES	S
8.3.03.001.01550	1550	OUTRAS DESPESAS	S
8.3.03.001.01551	1551	(-) PIS - NÃO CUMULATIVO	S
8.3.03.001.01552	1552	(-) COFINS - NAO CUMULATIVO	S
8.3.03.001.01553	1553	ESTOQUE FINAL	S
8.3.03.001.01554	1554	(-) ESTOQUE FINAL	S
8.3.04.		CUSTO PRODUÇÃO AGRICOLA	S
8.3.04.001.		CUSTEIO DE SOJA	S
8.3.04.001.01800	1800	SEMENTES	S
8.3.04.001.01801	1801	ADUBOS E FETILIZANTES	S
8.3.04.001.01802	1802	CORREÇÃO DE SOLO	S
8.3.04.001.01803	1803	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	S
8.3.04.001.01804	1804	DEPRECIACOES	S
8.3.04.001.01805	1805	REPAROS E MANUTENÇÃO	S
8.3.04.001.01806	1806	MÃO-DE-OBRA APLICADA	S
8.3.04.001.01807	1807	FÉRIAS E 13º SALÁRIO	S
8.3.04.001.01808	1808	DIÁRISTA	S
8.3.04.001.01809	1809	ENCARGOS SOCIAIS	S
8.3.04.001.01820	1820	OUTRAS DESPESAS	S
8.3.04.001.01821	1821	ESTOQUE INICIAL	S
8.3.04.001.01822	1822	(-) ESTOQUE FINAL	S
8.5.		DESPESAS OPERACIONAIS	S

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 25

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
8.5.01.		DESPESAS COM VENDAS	S
8.5.01.001.		DESPESAS COM PESSOAL	S
8.5.01.001.02000	2000	SALARIOS E ORDENADOS	S
8.5.01.001.02001	2001	FÉRIAS	S
8.5.01.001.02002	2002	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	S
8.5.01.001.02003	2003	PREVIDENCIA SOCIAL - PATRONAL	S
8.5.01.001.02004	2004	PREVIDENCIA SOCIAL - TERCEIROS	S
8.5.01.001.02005	2005	FGTS	S
8.5.01.001.02006	2006	VALE TRANSPORTE	S
8.5.01.001.02007	2007	VALE REFEIÇÃO	S
8.5.01.001.02008	2008	13º SALÁRIO	S
8.5.01.001.02009	2009	OUTRAS DESPESAS C/ PESSOAL	S
8.5.01.002.		UTILIDADES E SERVIÇOS	S
8.5.01.002.02010	2010	PROPAGANDA E PUBLICIDADE	S
8.5.01.002.02011	2011	AMOSTRAS E BRINDES	S
8.5.01.002.02012	2012	PESQUISA DE OPINIÃO	S
8.5.01.002.02013	2013	VIAGENS E ESTADAS	S
8.5.01.002.02014	2014	SERVICOS DE TERCEIROS - PF	S
8.5.01.002.02015	2015	SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	S
8.5.01.002.02019	2019	OUTROS SERVIÇOS	S
8.5.01.003.		PROV. DEVEDORES DUVIDOSOS	S
8.5.01.003.02020	2020	CONSTITUIÇÃO SALDO ATUAL	S
8.5.01.003.02021	2021	REVERSÃO SALDO ANTERIOR	S
8.5.01.004.		DESPESAS GERAIS	S
8.5.01.004.02025	2025	IMPOSTOS E TAXAS	S
8.5.01.004.02026	2026	DEPRECIAÇÕES	S
8.5.01.004.02030	2030	DESPESAS DIVERSAS	S
8.5.02.		DESPESAS ADMINISTRATIVAS	S
8.5.02.001.		PESSOAL E ENCARGOS	S
8.5.02.001.02040	2040	SALARIOS E ORDENADOS	S
8.5.02.001.02041	2041	FÉRIAS	S
8.5.02.001.02042	2042	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	S
8.5.02.001.02043	2043	PREVIDENCIA SOCIAL - PATRONAL	S
8.5.02.001.02044	2044	PREVIDENCIA SOCIAL - TERCEIROS	S
8.5.02.001.02045	2045	FGTS	S
8.5.02.001.02046	2046	VALE TRANSPORTE	S
8.5.02.001.02047	2047	ALIMENTACAO DO TRABALHADOR	S
8.5.02.001.02048	2048	PLANO DE SAUDE	S
8.5.02.001.02050	2050	OUTRAS DESPESAS	S
8.5.02.002.		UTILIDADES E SERVIÇOS	S
8.5.02.002.02051	2051	TELEFONE	S
8.5.02.002.02052	2052	CORREIOS E MALOTES	S
8.5.02.002.02053	2053	DESPESAS COM CARTÓRIO	S
8.5.02.002.02054	2054	SEGUROS	S
8.5.02.002.02055	2055	ALUGUEL	S
8.5.02.002.02056	2056	CONDOMINIO	S
8.5.02.002.02057	2057	SERVICOS DE TERCEIROS - PF	S
8.5.02.002.02058	2058	SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	S
8.5.02.002.02059	2059	ANUNCIOS E PUBLICACOES	S
8.5.02.002.02070	2070	DESPESAS DIVERSAS	S
8.5.02.003.		IMPOSTOS E TAXAS	S
8.5.02.003.02071	2071	IMPOSTO PREDIAL	S
8.5.02.003.02072	2072	IMPOSTOS S/ VEÍCULOS	S
8.5.02.003.02073	2073	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL	S
8.5.02.003.02074	2074	TAXAS E EMOUMENTOS	S
8.5.02.003.02075	2075	PIS	S
8.5.02.003.02076	2076	COFINS	S
8.5.02.003.02077	2077	I.O.F.	S

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

Plano de Contas

Fl. 26

Classificacao	Codigo	Descricao	Encerra
8.5.02.003.02079	2079	DESP COM SEGURANÇA - ALARME MONITORADO	S
8.5.02.004.		DESPESAS GERAIS	S
8.5.02.004.02080	2080	DESPESAS COM ALUGUEL	S
8.5.02.004.02081	2081	MATERIAL DE EXPEDIENTE	S
8.5.02.004.02082	2082	HIGIENE E LIMPEZA	S
8.5.02.004.02083	2083	FRETES E CONHECIMENTOS	S
8.5.02.004.02084	2084	MATERIAL DE USO/CONSUMO	S
8.5.02.004.02085	2085	DESPESAS COM SISTEMAS E SOFTWARES	S
8.5.02.004.02086	2086	COMBUSTÍVEIS	S
8.5.02.004.02087	2087	OUTRAS CONTRIBUICOES E DOACOES	S
8.5.02.004.02088	2088	ENERGIA ELÉTRICA	S
8.5.02.004.02089	2089	MANUTENCAO E REPAROS	S
8.5.02.004.02090	2090	PRO-LABORE	S
8.5.02.004.02091	2091	DEPRECIACOES	S
8.5.02.004.02092	2092	DESPESAS COM TELEFONE	S
8.5.02.004.02099	2099	IPVA E LICENCIAMENTOS VEÍCULOS	S
8.5.02.004.02100	20079	CONFECÇÃO UNIFORMES	S
8.5.03.		RESULTADO FINANCEIRO	S
8.5.03.001.		RECEITAS FINANCEIRAS	S
8.5.03.001.02150	2150	RECEBIMENTO JUROS E MULTAS	S
8.5.03.001.02151	2151	RENDIMENTO APLICAÇÃO FINANCEIRA	S
8.5.03.002.		DESPESAS FINANCEIRAS	S
8.5.03.002.02160	2160	JUROS E MULTAS	S
8.5.03.002.02161	2161	DESPESAS BANCARIAS	S
8.5.04.		OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	S
8.5.04.001.		OUTRAS RECEITAS	S
8.5.04.001.02170	2170	VENDA DE SUCATA	S
8.5.04.001.02171	2171	DESPESAS RECUPERADAS	S
8.5.04.001.02172	2172	DIVIDENDOS DE INVESTIMENTOS	S
8.5.04.001.02173	2173	ARRENDAMENTOS COMERCIAIS	S
8.5.04.001.02174	2174	INDENIZAÇÕES DE SEGUROS	S
8.5.04.002.		OUTRAS DESPESAS	S
8.5.04.002.02180	2180	PREJUÍZO PART. O. SOCIEDADE	S
8.5.04.002.02181	2181	INDENIZAÇÕES POR DANOS	S
8.5.05.		RESULTADO BAIXA DO ATIVO	S
8.5.05.001.		BENS E INVESTIMENTOS	S
8.5.05.001.02200	2200	RESULTADO BAIXA IMOBILIZADO	S
8.5.05.001.02201	2201	RESULTADO ALIENAÇÃO INVESTIMENTOS	S
8.6.		PROVISÕES	S
8.6.01.		IMPOSTOS S/ O LUCRO	S
8.6.01.001.		IMPOSTO DE RENDA/CONTRIB.SOCIAL	S
8.6.01.001.02300	2300	CONTRIBUICAO SOCIAL	S
8.6.01.001.02301	2301	IMPOSTO DE RENDA	S
9.		CONTAS TRANSITÓRIAS	N
9.1.		CONTAS TRANSITÓRIAS	N
9.1.01.		CONTAS TRANSITÓRIAS	N
9.1.01.001.		PTIMONIAIS E RESULTADOS	N
9.1.01.001.02950	2950	CONVERSÃO DE MOEDA	N
9.1.01.001.02951	2951	BALANÇO DE ABERTURA	N
9.1.01.001.02952	2952	APURAÇÃO DE RESULTADO	S
9.1.01.001.02953	2953	ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO	N

Termo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 27, e serviu para escrituração no período de 01/09/2023 a 01/09/2023, da empresa ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA.

Curitiba, 01/09/2023

CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
Administrador, Sócio
CPF 147.398.019-49

JEFFERSON CESAR DA SILVA
CONTADOR
CRC/PR 04042307



**ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
14739801949	CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO
83905561972	JEFFERSON CESAR DA SILVA



CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021,
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/09/2023 19:33 SOB N°
20236391860.
PROTOCOLO: 236391860 DE 05/09/2023. NIRE: 41211899287.
ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
CURITIBA, 05/09/2023
empresafacil.pr.gov.br

Handwritten signature and initials.



Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro autenticados automaticamente os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, em conformidade com o Art. 10 da IN DREI 82/2021 e com base nas informações prestadas pelo solicitante, sob a autenticidade nº 12313210670 em 05/09/2023, protocolo 236391860. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.pr.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
Número de Registro:	41211899287
CNPJ:	51890698000107
Município:	Curitiba

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/09/2023 - 01/09/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
14739801949	CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO	
83905561972	JEFFERSON CESAR DA SILVA	PR04042307



CONFORME ART. 10 DA IN DREI 82/2021,
CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO AUTOMÁTICA EM 05/09/2023 19:33 SOB Nº
20236391860.
PROTOCOLO: 236391860 DE 05/09/2023. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12313210670. NIRE: 41211899287.
ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
CURITIBA, 05/09/2023
empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,
informando seus respectivos códigos de verificação.

Handwritten signature

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 41211899287	CNPJ 51.890.698/0001-07	
NOME EMPRESARIAL ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 21/08/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 1
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) E2.E6.47.D8.06.64.9E.29.40.FB.84.A2.25.5A.27.C3.04.5C.36.EE	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	05907093994	RAFAEL OLIVEIRA BAPTISTA:05907093994	262676298713408983 4	05/05/2023 a 04/05/2024	Não
Administrador	14739801949	CARLOS APARECIDO DE PAULA LOURO:14739801949	579537324766697218 740849408477916807 91	21/08/2023 a 20/08/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

E2.E6.47.D8.06.64.9E.29.40.FB.84.A2.
25.5A.27.C3.04.5C.36.EE-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/04/2024 às 14:07:17

C9.53.F9.F2.0E.39.65.A5
ED.E8.87.65.3E.F2.45.40

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

ed jlc

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**
Período da Escrituração: **21/08/2023 a 31/12/2023** CNPJ: **51.890.698/0001-07**
Número de Ordem do Livro: **1**
Período Selecionado: **21 de Agosto de 2023 a 31 de Dezembro de 2023**

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**
NIRE **41211899287**
CNPJ **51.890.698/0001-07**
Número de Ordem **1**
Natureza do Livro **Diário Geral**
Município **CURITIBA**
Data do arquivamento dos atos constitutivos **21/08/2023**
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária
Data de encerramento do exercício social **31/12/2023**
Quantidade total de linhas do arquivo digital **750**

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**
Natureza do Livro **Diário Geral**
Número de ordem **1**
Quantidade total de linhas do arquivo digital **750**
Data de início **21/08/2023**
Data de término **31/12/2023**

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E2.E6.47.D8.06.64.9E.29.40.FB.84.A2.25.5A.27.C3.04.5C.36.EE-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1

gpc

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: **ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA**
 Período da Escrituração: **21/08/2023 a 31/12/2023** CNPJ: **51.890.698/0001-07**
 Número de Ordem do Livro: **1**
 Período Selecionado: **21 de Agosto de 2023 a 31 de Dezembro de 2023**

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 0,00	R\$ 328.908,33
CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 308.408,33
DISPONIBILIDADES		R\$ 0,00	R\$ 308.408,33
CAIXA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 0,00	R\$ 308.408,33
BANCO DO BRASIL		R\$ 0,00	R\$ 308.408,33
NAO CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 20.500,00
IMOBILIZADO		R\$ 0,00	R\$ 20.500,00
BENS IMOBILIZADO		R\$ 0,00	R\$ 20.500,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 12.500,00
MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 0,00	R\$ 8.000,00
PASSIVO		R\$ 0,00	R\$ 328.908,33
CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 8.009,76
EXIGIVEL CURTO PRAZO		R\$ 0,00	R\$ 8.009,76
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R\$ 0,00	R\$ 8.009,76
SIMPLES NACIONAL A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 8.009,76
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 0,00	R\$ 320.898,57
PATRIMONIO		R\$ 0,00	R\$ 320.898,57
CAPITAL SOCIAL		R\$ 0,00	R\$ 80.000,00
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		R\$ 0,00	R\$ 80.000,00
LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R\$ 0,00	R\$ 240.898,57
LUCROS E/OU PREJ. ACUMULADOS		R\$ 0,00	R\$ 240.898,57

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E2.E6.47.D8.06.64.9E.29.40.FB.84.A2.25.5A.27.C3.04.5C.36.EE-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade:	ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA		
Período da Escrituração:	21/08/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	51.890.698/0001-07
Número de Ordem do Livro:	1		
Período Selecionado:	21 de Agosto de 2023 a 31 de Dezembro de 2023		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R\$ (0,00)	R\$ 396.318,27
VENDAS DE MERCADORIAS - PRAZO		R\$ (0,00)	R\$ 396.318,27
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (0,00)	R\$ (10.077,54)
(-) IMPOSTO SIMPLES NACIONAL		R\$ (0,00)	R\$ (10.077,54)
(-) CUSTOS		R\$ (0,00)	R\$ (144.291,84)
(-) COMPRAS DE MERCADORIAS - VISTA		R\$ (0,00)	R\$ (79.149,26)
(-) COMPRAS DE MERCADORIAS - PRAZO		R\$ (0,00)	R\$ (64.646,21)
(-) ICMS SOBRE COMPRAS		R\$ (0,00)	R\$ (496,37)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (468,42)
(-) TAXAS E EMOLUMENTOS		R\$ (0,00)	R\$ (468,42)
RESULTADO LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		R\$ (0,00)	R\$ 241.480,47

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E2.E6.47.D8.06.64.9E.29.40.FB.84.A2.25.5A.27.C3.04.5C.36.EE-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1

7 de 21/08/2023

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO NO PERÍODO DE 01/01/2023 A 31/12/2023

Folha: 000001

	2023
Fluxos das Atividades Operacionais	
Recebimentos de clientes	(396.318,27)
Pagamentos a fornecedores e empregados	143.795,47

Caixa gerado pelas operações	(252.522,80)
Juros pagos	0,00
Imposto de renda e contribuição pagos	10.077,54
Imposto de renda na fonte sobre dividendos recebidos	0,00
Outros recebimentos decorrentes das operações	0,00
Outros pagamentos decorrentes das operações	0,00

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(242.445,26)
Fluxos das Atividades de Investimento	
Aquisição da controlada, líquido do caixa incluído na aquisição	0,00
Compra de ativo imobilizado	0,00
Recebimento pela venda de imobilizado	0,00
Juros recebidos	0,00
Dividendos recebidos	0,00
Outros recebimentos decorrentes das atividades de investimento	0,00
Outros pagamentos decorrentes das atividades de investimento	0,00

Caixa líquido usado nas atividades de investimento	0,00
Fluxos das Atividades de Financiamento	
Recebido pela emissão de ações	0,00
Recebido por empréstimos a longo prazo	0,00
Pagamentos de passivo por arrendamento	0,00
Dividendos pagos	0,00
Outros recebimentos decorrentes das atividades de financiamento	0,00
Outros pagamentos decorrentes das atividades de financiamento	0,00

Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	0,00
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	0,00
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do período	0,00

Aumento líquido ao caixa e equivalentes de caixa	0,00

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

7 de 21/08/2023

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO NO PERÍODO DE 01/01/2023 A 31/12/2023

Folha: 000002

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

**

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras
e nos responsabilizamos por todas elas.

CURITIBA, 31 de DEZEMBRO de 2023

Assinatura digital de RAFAEL
OLIVEIRA BAPTISTA:05907093994
DN: C=BR, OU=AC SyngularID, O=ICP-Brasil,
CN=AC SyngularID Multipla
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 16 16e maio 16e 2024
16:05:15

PAULO TRACZ DE PAULA LOURO
SOCIO ADMINISTRADOR

CPF nº 08042528906

RAFAEL OLIVEIRA BAPTISTA
CONTADOR - CRC PR-057251/O-6
RG nº 96876734 / Estado Expedidor PR
CPF nº 05907093994

Handwritten signature and initials.

ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA - CNPJ: 51890698000107
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMÔNIAL EM: 12/2023

A EMPRESA ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA, CNPJ 51.890.698/0001-07, EMPRESA ENQUADRADA PELO SIMPLES NACIONAL APUROU SUA CONTABILIDADE DA SEGUINTE FORMA:

AS RECEITAS FORAM CONTABILIZADAS ATRAVÉS DAS NOTAS FISCAIS DE VENDAS EMITIDAS PELA ENTIDADE OS LANÇAMENTOS REFERENTE A COMPRAS DE MERCADORIAS FORAM CONTABILIZADAS DE ACORDO COM AS NOTAS DE ENTRADA

(AQUISIÇÃO) EMITIDAS POR SEUS FORNCEDORES.

FOI REALIZADA A INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE R\$ 80.000,00 EM 21/08/2023.

FORAM CONTABILIZADAS DESPESAS DE ABERTURA DA EMPRESA, AQUISIÇÃO DE MOVEIS E UTENSÍLIOS E MAQUINAS E

EQUIPAMENTOS.

AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS FORAM LANÇADAS EM CONTA DE RESULTADO CONFORME APURA-SE EM DRE (DEMONSTRAÇÃO DO

RESULTADO DO EXERCÍCIO)

ALÉM DA CONTABILIZAÇÃO DOS IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS, SENDO QUE REFERENTE A COMPETÊNCIA

12/2023 O MESMO FOI PROVISIONADO EM CONTA NO PASSIVO PARA PAGAMENTO NA COMPETÊNCIA 01/2024.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
Período da Escrituração: 21/08/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 51.890.698/0001-07
Número de Ordem do Livro: 1
Período Selecionado: 21 de Agosto de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
NIRE 41211899287
CNPJ 51.890.698/0001-07
Número de Ordem 1
Natureza do Livro Diário Geral
Município CURITIBA
Data do arquivamento dos atos constitutivos 21/08/2023
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária
Data de encerramento do exercício social 31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital 750

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
Natureza do Livro Diário Geral
Número de ordem 1
Quantidade total de linhas do arquivo digital 750
Data de início 21/08/2023
Data de término 31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E2.E6.47.D8.06.64.9E.29.40.FB.84.A2.25.5A.27.C3.04.5C.36.EE-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1

Handwritten signature/initials



PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VILHENA
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO (SEMTRAN)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA/DESEMPENHO

Por solicitação da parte interessada, a Prefeitura Municipal de Vilhena, situada à Rua Rony de Castro Pereira nº 4177 – Jardim América – Passo Municipal, inscrita sob o CNPJ nº 04.092706/0001/81, atesta nos termos da Lei nº 14.133/2021, para fins de comprovação de Capacidade Técnica, que a empresa Lukauto Comércio de Pneumáticos e Peças Ltda Epp., com sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 7927 - Loja 12, Boqueirão, Curitiba – PR, CEP 81.670-000, inscrita no CNPJ nº 13.545.473/0001-16, forneceu a esta Instituição os itens abaixo relacionados, nada constando em nossos registros que possa desaboná-la, cumprindo corretamente os compromissos assumidos, sem dar motivos a queixas quanto à qualidade dos itens fornecidos.

Item	Descrição Resumida	Unidade	Quantidade
01	Tinta para demarcação viária em resina acrílica, cor BRANCA , secagem rápida, balde de 18 L, para pintura em asfalto, a base de solvente, de acordo padrão DNIT Norma ABNT NBR 11862, com prazo de validade acima de 02 (dois) anos. (Tonalidade N 9,5).	Unidade	209
02	Tinta para demarcação viária em resina acrílica, cor AMARELA , secagem rápida, balde de 18 L, para pintura em asfalto, a base de solvente, de acordo padrão DNIT Norma ABNT NBR 11862, com prazo de validade acima de 02 (dois) anos. (Tonalidade 10YR 7,5/14).	Unidade	200

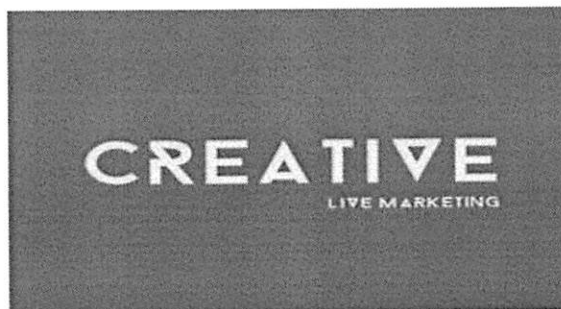
Vilhena-RO, 03 de abril de 2024

Djalmi Nobokite Duarte
Secretario Adjunto de Transporte e Trânsito
Decreto nº 61.483/2023

CENTRO ADMINISTRATIVO SENADOR DOUTOR TEOTÔNIO VILELA – PAÇO MUNICIPAL
Bairro Jardim América Telefone: 69 3321-3920
E-mail: semtranvilhena@outlook.com



ed *fre*



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA/DESEMPENHO

Atestamos para os devidos fins, que a Pessoa Jurídica **Atenas Distribuidora de Pneumáticos e Tintas.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.890.698/0001-07, forneceu à **Creative Representações**, possuidora do CNPJ/MF nº 45.827.306/0001-54, no endereço Rua Presidente Faria, nº 421, Centro, Curitiba – PR, CEP 80.020-290, conforme os seguintes serviços de entrega de **Materiais de Pintura Geral e Lona Plástica para Forração**, no período de Setembro de 2023.

Registramos, ainda, que a empresa cumpriu fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Curitiba, 05 de Setembro, 2023

Documento assinado digitalmente
gov.br VINICIUS GUALDEZI BRAGUETTO
Data: 05/09/2023 13:00:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vinicius Braguetto
CPF nº 077.333.549-86

Handwritten initials or signature in the bottom right corner.

000309

RECEBEMOS DE ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA OS PRODUTOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO.

DATA EMISSÃO
05/09/2023 12:42:00

Nº 2

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

VLR. TOTAL
R\$ 4.371,50

SÉRIE: 1



ATENAS DISTRIBUIDORA DE PNEUMATICOS E TINTAS LTDA
RUA ROGERIO PEREIRA DE CAMARGO, 1109 - CIDADE INDUSTRIAL - CEP: 81280-390
CURITIBA - PR
Telefone: (41) 3225-2765
E-mail: cwbatenas@gmail.com

DANFE
DOCUMENTO AUXILIAR DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA
0 - ENTRADA
1 - SAÍDA
Nº 2
SÉRIE: 1
FOLHA 1 / 1

CONTROLE DO FISCO

CHAVE DE ACESSO
4123 0951 8906 9800 0107 5500 1000 0000 0217 2677 9781
Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora.

NATUREZA DA OPERAÇÃO
VENDA DE MERCADORIA ADQUIRIDA OU RECEBIDA DE TERCEIROS

PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
141230232214302

INSCRIÇÃO ESTADUAL
9102254993

INSCRIÇÃO ESTADUAL DE SUBST.

CNPJ / CPF
51.890.698/0001-07

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL
BRAGUETTO & BRAGUETTO CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

CNPJ / CPF
45.827.306/0001-54

DATA EMISSÃO
05/09/2023 12:42:00

ENDEREÇO
RUA PRESIDENTE FARIA, 421

BAIRRO / DISTRITO
CENTRO

CEP
80020-290

DATA ENTRADA / SAÍDA
05/09/2023

MUNICÍPIO
CURITIBA

FONE / FAX
(41) 9828-5038

UF
PR

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA ENTRADA / SAÍDA
12:42:00

FATURA / DUPLICATA

À VISTA

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS R\$ 0,00	VALOR DO ICMS R\$ 0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS R\$ 0,00	VALOR DO ICMS SUBST. R\$ 0,00	VALOR DESONERAÇÃO R\$ 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS R\$ 4.371,50
VALOR DO FRETE R\$ 0,00	VALOR DO SEGURO R\$ 0,00	DESCONTO R\$ 0,00	OUTRAS DESPESAS R\$ 0,00	VALOR TOTAL DO IPI R\$ 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA R\$ 4.371,50

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA Contratação do Frete por conta do Remetente (CIF)	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE 1	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 0,000	PESO LÍQUIDO 0,000

DADOS DO PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM/SH	CSOSN	CFOP	UNID	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BASE	VALOR			ALÍQUOTA %		
									Cálculo	ICMS	IPI	COFIN	ICMS	IPI	COFI
ITEM 01	SOLVENTE PARA TINTA ESMALTE	38140080	0103	5102	UN	25,0000	13,88000	341,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0
ITEM 02	LONA PLASTICA PRETA 4X50M	39259090	0103	5102	UN	10,0000	145,00000	1.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0
ITEM 03	TINTA CRILICA BRANCO GELO	32091010	0103	5102	UN	5,0000	258,00000	1.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0
ITEM 04	TINTA ACRILICA COR PALHA	32091010	0103	5102	UN	5,0000	258,00000	1.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0

VERSÃO DO SISTEMA EMISSOR DA NFE: 1.0

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
---------------------	--------------------------	--------------------------	----------------

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Trib aprox R\$836.29 Fed, R\$627.37 Est, R\$0.00 Mun. Fonte: IBPT

RESERVADO AO FISCO

